



**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR  
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

**RENATA GUIMARÃES DE CARVALHO**

**REDES SOCIAIS E TRABALHO ENTRE FEIRANTES: O CASO DE UMA  
FEIRA DE ROUPAS NA CIDADE DE FORTALEZA - CE**

**SOCIAL NETWORKS AND WORK AMONG MERCHANTS: THE CASE OF A  
FAIR OF CLOTHING IN THE CITY OF FORTALEZA - CE**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2016**

**RENATA GUIMARÃES DE CARVALHO**

**REDES SOCIAIS E TRABALHO ENTRE FEIRANTES: O CASO DE UMA  
FEIRA DE ROUPAS NA CIDADE DE FORTALEZA - CE**

**SOCIAL NETWORKS AND WORK AMONG MERCHANTS: THE CASE OF A  
FAIR OF CLOTHING IN THE CITY OF FORTALEZA - CE**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia, submetido ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

Área de Concentração: Psicologia, Sociedade e Cultura.

Linha de Pesquisa: Ambiente, Trabalho e Cultura nas Organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Heloisa Maciel

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2016**

Ficha catalográfica da obra elaborada pelo autor através do programa de geração automática da Biblioteca Central da Universidade de Fortaleza

---

Carvalho, Renata Guimarães de.

Redes sociais e trabalho entre feirantes: o caso de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza - CE / Renata Guimarães de Carvalho. - 2016  
187 f.

Tese (Doutorado) - Universidade de Fortaleza. Programa de Doutorado em Psicologia, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel.

1. Redes sociais. 2. Trabalho. 3. Precarização. 4. Informalidade. 5. Subjetividade. I. Maciel, Regina Heloisa Mattei de Oliveira. II. Título.

---



Universidade de Fortaleza – UNIFOR  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Ambiente Trabalho e Cultura nas Organizações

Tese intitulada *“Redes sociais e trabalho entre feirantes: o caso de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza - CE”*, de autoria da doutoranda **Renata Gulmarães de Carvalho**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel - (UNIFOR) – Orientadora

Profa. Dra. Ana Silvia Rocha Ipiranga (UECE)

Prof. Dr. Cassio Adriano Braz de Aquino (UFC)

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos (UECE)

Profa. Dra. Luciana Maria Maia Viana (UNIFOR)

Fortaleza, 29 de março de 2016.

Visto:

**Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
UNIFOR

Dedico esta tese aos meus pais, Humberto (*in memoriam*) e Stella, que encheram a minha infância de livros, despertando em mim o amor pela leitura e pelo conhecimento.

À minha filha Bianca, que comemorou comigo cada etapa concluída desta tese.

E às mulheres feirantes, que constroem com força e esperança sua vida e seu trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

À professora Regina Heloisa Maciel pelo acolhimento de meu projeto no doutorado em psicologia e por tantos aprendizados significativos neste processo de orientação e de construção desta tese.

Às professoras Tereza Gláucia e Luciana Maia que acompanharam esta tese desde o começo e a enriqueceram com suas contribuições por meio das atividades do Laboratório de Estudos do Trabalho (LET).

Aos membros da banca, professores Cássio Adriano Braz de Aquino, João Bosco Feitosa dos Santos e Ana Sílvia Rocha Ipiranga, pelas contribuições a este trabalho.

Aos professores Clerton Martins, Sylvia Cavalcante e Normanda Araújo que ampliaram meus horizontes sobre psicologia e pesquisa nas disciplinas do doutorado.

Aos colegas do LET, especialmente do grupo Feira, pelo compartilhamento de experiências e de conhecimentos que contribuíram para a minha formação como pesquisadora.

À Karen e à Iara, que participaram do processo de coleta de dados na feira e fizeram essa experiência muito mais rica e, também, divertida.

À Universidade Federal do Ceará (UFC) e ao colegiado do curso de Psicologia do Campus de Sobral pela liberação para realização deste doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudo.

À minha família: minha mãe Stella, Liana, Augusto, Gabriel, André, Rodrigo, Allyne, Letícia, por todo o apoio incondicional de sempre. E à querida Bibi que teve paciência e sabedoria para entender que a mãe estava no “tempo tese”.

Carvalho, R. G. (2016). *Redes sociais e trabalho entre feirantes: o caso de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza – CE*. Tese de Doutorado, Universidade de Fortaleza.

## RESUMO

A presente tese trata das relações e das vivências de trabalho construídas por feirantes que atuam no âmbito da informalidade e que se organizam por meio de redes sociais. Para tanto, foi utilizada a abordagem da Análise de Redes Sociais, que envolve teorias, modelos e métodos de investigação próprios, para identificação dos laços entre trabalhadores, suas trocas, as normas que compartilham e sua articulação com a criação e o uso de capital social. Foram percorridos os caminhos do trabalho na atualidade, sobretudo os processos ligados à precarização e à informalidade, e sua articulação com as vivências e práticas dos trabalhadores. Foram descritos resultados de pesquisas sobre o trabalho na informalidade, visando a obtenção dos primeiros indícios de modos de organização dos trabalhadores e da configuração de redes sociais como um elemento importante desse processo. Assim, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa analisar as redes sociais entre feirantes e sua articulação com trabalhos e vivências no contexto de informalidade de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza - CE, optando-se pela investigação de um galpão que faz parte desta feira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que faz uso da observação direta e de entrevistas na coleta de dados, e da técnica de análise de conteúdo para sua análise. Seguindo o proposto pela abordagem da análise de redes sociais, foram utilizadas também técnicas de mapeamento e descrição das características relacionais e estruturais das redes sociais identificadas no cotidiano de trabalho dos feirantes. Como resultados, constatou-se que redes sociais podem ser criadas e mobilizadas no dia a dia das interações entre os sujeitos por meio do capital social e se entrelaçam ao trabalho de feirantes, sendo um arranjo importante em sua ordenação cotidiana. As redes sociais identificadas refletem o entrelaçamento entre o sistema produtivo de mercadorias e a sua comercialização no espaço da feira, envolvendo laços familiares e de amizade, como também vínculos de trabalho remunerado por produção. Especificamente no processo de comercialização de produtos, identificou-se a formação de redes de trabalho e de confiança entre feirantes, que configuram relações de solidariedade e de reciprocidade, mesmo em um contexto de concorrência. A formação de redes de relações entrelaçadas ao capital social, seja por meio de laços fortes familiares, seja a partir de laços mais fracos baseados em amizade e construídos no espaço do galpão, fornece um contraponto às vivências de individualismo e de fragmentação social, presentes na cultura do capitalismo flexível, e pode evidenciar aspectos positivos, à medida que produz novos sentidos e realidades sociais, resgatando o senso de coletividade e potencializando suporte social e confiança entre trabalhadores.

**Palavras-chave:** redes sociais, trabalho, precarização, informalidade, subjetividade.

Carvalho, R. G. (2016). *Redes sociais e trabalho entre feirantes: o caso de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza – CE*. Tese de Doutorado, Universidade de Fortaleza.

### **ABSTRACT**

The present thesis deals with work relationships and experiences built by merchants who work within the informality context and that organize themselves through social networks. To do so, a social network analysis approach is used, which involves theories, models and research methods to identify the links between workers, their exchanges, norms that they share and its articulation with the creation and use of social capital. The study walks through the paths of today jobs, especially the processes linked to labor precarization and informality, and its articulation with workers' experiences and practices. It describes the results of researches about informal work, aiming to reach the first signs of workers' organization modes and of the configuration of social networks as an important element of this process. Thus, the goal of the research is to analyze the merchants' social networks and their articulation with jobs and experiences in the context of informality of a clothing market in the city of Fortaleza – CE. A warehouse divided in stalls that serves as sales location and is part of this market was selected for the investigation. It is a qualitative research that makes use of direct observation and interviews in the collection of data and of a content analysis technique for its analysis. Following what the social network analysis approach proposes, mapping techniques and description of the relational and structural characteristics of the social networks identified in the daily work of the merchants, were also used. It was found that social networks can be created and deployed in the day to day interactions between the subjects through their social capital, and that the networks interlace with the merchants' work, being an important arrangement in their everyday organization. The social networks identified reflect the interweaving between the productive system of goods and their selling in the market, involving family and friendship ties as well as work paid- by-production contracts. Specifically, in the process of commercializing goods, it was identified the formation of work and trust networks between merchants, which constitute solidarity and reciprocity relationships, even in a context of competition. The formation of relationships networks interwoven with social capital, either through strong family ties or weaker friendship-based ties built in the warehouse space, provides a counterpoint to the experiences of individualism and social fragmentation present in the culture of flexible capitalism, and can highlight positive aspects because it produces new meanings and social realities, rescuing the sense of collectivity and increasing social support and trust among workers.

**Keywords:** social networks, work, precarization, informality, subjectivity.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	–	Características	das	Participantes	da	Pesquisa.....	66						
<b>Tabela 2</b>	–	Características	das	Redes	Egocentradas.....	77							
<b>Tabela 3</b>	–	Informações	Complementares	da	Rede	Ampliada	1.....	81					
<b>Tabela 4</b>	–	Informações	Complementares	da	Rede	Ampliada	2.....	86					
<b>Tabela 5</b>	–	Informações	Complementares	da	Rede	Ampliada	3.....	91					
<b>Tabela 6</b>	–	Características	estruturais	e	relacionais	das	redes	ampliadas	1, 2 e	3.....	94		
<b>Tabela 7</b>	–	Características	estruturais	e	relacionais	das	Redes	de	Trabalho	e	de	Confiança.....	96
<b>Tabela 8</b>	–	Percentual	de	Centralidade	nas	Redes	de	Trabalho	e	de	Confiança.....	97	
<b>Tabela 9</b>	–	Descrição	das	Categorias	e	Subcategorias	Temáticas.....	99					
<b>Tabela 10</b>	–	Relatos	de	Feirantes	sobre	a	Subcategoria	Trajatória	Laboral.....	100			

<b>Tabela 11</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria O que se Busca no Trabalho como Feirante.....	102
<b>Tabela 12</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Processo de Inserção na Feira.....	103
<b>Tabela 13</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Vantagens em Ser Feirante.....	105
<b>Tabela 14</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Desvantagens em Ser Feirante.....	107
<b>Tabela 15</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Possibilidade de Mudança de Trabalho.....	109
<b>Tabela 16</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Trabalhos na Feira.....	111
<b>Tabela 17</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Trabalhos Fora da Feira.....	114
<b>Tabela 18</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Amizade.....	117
<b>Tabela 19</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Confiança.....	120
<b>Tabela 20</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Reciprocidade.....	121
<b>Tabela 21</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria E a Concorrência?.....	123
<b>Tabela 22</b> – Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Capacidade de Associação.....	125
<b>Tabela 23</b> – Características dos Laços nas Redes de Trabalho e de Confiança na Feira.....	130
<b>Tabela C1</b> – Matriz de Relações da Rede Egocentrada de BAT Ego1.....	168

<b>Tabela C2</b> – Matriz de Relações da Rede de Trabalho de BAT Ego1.....	168
<b>Tabela C3</b> – Matriz de Relações da Rede de Confiança de BAT Ego1.....	168
<b>Tabela D1</b> – Informações Complementares da Rede Egocentrada de Ego16.....	169
<b>Tabela E1</b> – Informações Complementares da Rede Egocentrada de Ego17.....	170

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b>	–	Rede representando relações entre atores.....	44
<b>Figura 2</b>	–	Redes com estruturas hierárquica e não hierárquica.....	45
<b>Figura 3</b>	–	Rede com mais de um ator em centralidade.....	46
<b>Figura 4</b>	–	Imagem da feira de roupas na rua José Avelino na cidade de Fortaleza - CE.....	55
<b>Figura 5</b>	–	Imagem da feira de roupas no galpão pesquisado.....	62
<b>Figura 6</b>	–	Imagem de bancas no galpão pesquisado.....	63
<b>Figura 7</b>	–	Diagrama da rede ampliada 1.....	80
<b>Figura 8</b>	–	Diagrama da rede de trabalho da rede ampliada 1.....	82
<b>Figura 9</b>	–	Diagrama da rede de confiança da rede ampliada 1.....	84
<b>Figura 10</b>	–	Diagrama da rede ampliada 2.....	85
<b>Figura 11</b>	–	Diagrama da rede de trabalho da rede ampliada 2.....	88
<b>Figura 12</b>	–	Diagrama da rede de confiança da rede ampliada 2.....	89
<b>Figura 13</b>	–	Diagrama da rede ampliada 3.....	90

<b>Figura 14</b> – Diagrama da rede de trabalho da rede ampliada 3.....	92
<b>Figura 15</b> – Diagrama da rede de confiança da rede ampliada 3.....	93
<b>Figura 16</b> – Articulação de temas na discussão dos resultados da pesquisa.....	127
<b>Figura D1</b> – Diagrama da rede egocentrada Ego 16.....	169
<b>Figura E1</b> – Diagrama da rede egocentrada Ego 17.....	170

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	1
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
1.1 Trabalho e Subjetividade: Delineando um Horizonte de Compreensão.....	6
1.2 Transformações do Trabalho: Precarização e o Sujeito trabalhador.....	9
1.3 Compreendendo o contexto da informalidade .....	17
1.4 Processos de trabalho na informalidade.....	22
1.5 As Teias que Tecem as Redes Sociais .....	30
1.6 Construindo Laços Relacionais: Força, Normas e Centralidade.....	35
1.6.1 Força dos laços.....	37
1.6.2 Sobre as normas que regem os laços.....	39
1.6.3 Posição do ator na rede: nível de centralidade nas relações.....	43
1.7 Redes sociais e Capital Social.....	47
1.8 Fazendo a Feira.....	52
1.9 Redes Sociais e Trabalho entre Feirantes: Pressupostos e Objetivos.....	56

<b>2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO</b> .....	61
2.1 Delineamento da Pesquisa .....	61
2.2 Local da Pesquisa.....	62
2.3 Participantes.....	64
2.4 Técnicas de Coleta de Dados .....	67
2.5 Procedimentos de Coleta.....	70
2.6 Análise de Dados.....	71
2.7 Aspectos Éticos.....	74
<b>3 RESULTADOS</b> .....	75
3.1 Mapeando as Redes Sociais na Feira de Roupas.....	75
3.1.1 Redes egocentradas e redes ampliadas.....	76
3.1.2 Características da rede ampliada 1.....	79
3.1.2.1 Rede ampliada 1: redes de trabalho e de confiança.....	82
3.1.3 Características da rede ampliada 2.....	84
3.1.3.1 Rede ampliada 2: redes de trabalho e de confiança.....	87
3.1.4 Características da rede ampliada 3.....	89
3.1.4.1 Rede ampliada 3: redes de trabalho e de confiança.....	92
3.1.5 Análise geral das redes ampliadas 1, 2 e 3.....	94
3.2 Análise das Categorias Temáticas.....	98
3.2.1 Caminhos até a feira.....	99
3.2.2 Sendo feirante.....	105
3.2.3 Os trabalhos dos feirantes e as redes.....	110
3.2.4 Laços, trocas e normas.....	117
<b>4 DISCUSSÃO</b> .....	127
4.1 Redes Sociais e os Trabalhos da Feira.....	128
4.2 A Força dos Laços Fracos: Redes de Solidariedade na Feira.....	133
4.3 Redes Sociais e Vivências de Trabalho entre Feirantes.....	141
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154

<b>APENDICE A</b> .....	166
<b>APENDICE B</b> .....	167
<b>APENDICE C</b> .....	168
<b>APENDICE D</b> .....	169
<b>APENDICE E</b> .....	170
<b>APENDICE F</b> .....	171

## APRESENTAÇÃO

A presente tese de doutoramento trata das relações e das vivências de trabalho construídas por feirantes que atuam no âmbito da informalidade e que se organizam por meio de redes sociais.

O interesse pelo tema foi sendo construído a partir do ingresso no Programa de Pós-graduação em Psicologia, na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), e no Laboratório de Estudos sobre o Trabalho (LET), que faz parte da linha de pesquisa Ambiente, Trabalho e Cultura nas Organizações Sociais do curso de doutorado em Psicologia dessa universidade. Houve um encontro entre reflexões teóricas, disseminadas em grupos de estudos sobre o trabalho na informalidade, capital social e redes sociais; métodos de investigação, por meio da realização de pesquisas e visitas técnicas no ambiente da feira de roupas que é objeto desta tese; e interesses acadêmicos particulares que já estavam presentes no projeto de tese, especialmente sobre o tema das redes sociais, trabalho e subjetividade. A proposta de investigação do contexto de trabalho na informalidade e, especialmente, no ambiente de uma feira, foi sendo, então, inicialmente vislumbrada e depois construída a partir do entrelaçamento de interesses pessoais e do alinhamento com os estudos no laboratório de pesquisa.

A pertinência do tema da informalidade foi fortalecida pela indicação de que no Brasil, mesmo com o dinamismo econômico da década de 2000, com a criação de 21 milhões de postos de trabalho e a diminuição das taxas de desemprego, o nível de informalidade na economia é considerado bastante elevado (Pochmann, 2012). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), no contexto nacional, em 2012, 23% dos trabalhadores brasileiros trabalhavam por conta própria e 3,1% se descreviam como

trabalhadores familiares que não recebiam remuneração. Na região Nordeste, o percentual de trabalhadores por conta própria era de 29,3% e de trabalhadores familiares de 4,9%.

Diante dessas estatísticas é necessário reconhecer a força da informalidade no contexto de trabalho brasileiro. Contudo, é propósito desta tese lançar um olhar para além dos números e buscar a compreensão das experiências vividas por trabalhadores inseridos nesta complexa realidade laboral, que, a princípio, apresenta-se de forma bastante heterogênea e precária.

A informalidade pode contemplar trabalhadores autônomos, assalariados sem registro, temporários, micro empregadores, pequenas unidades produtivas que usam a força de trabalho de membros da família, trabalhadores do terceiro setor e economia solidária. São trabalhadores que atuam em um ambiente de insegurança laboral, sem as proteções vinculadas ao contrato formal de trabalho por tempo indeterminado. Estes trabalhadores “invisíveis” atuam em condições geralmente desfavoráveis em relação ao local de realização do trabalho e à insalubridade do ambiente, com prejuízos para a sua saúde e segurança. A inserção em extensas jornadas de trabalho resulta em baixos e irregulares rendimentos, além de reforçar o pouco acesso à informação e à qualificação, limitando sua inserção no mercado de trabalho formal (Krein & Proni, 2010).

Associado a este panorama, mas com dinâmica econômica e social própria, está o processo de precarização do trabalho que compõe o mundo capitalista nas últimas décadas (Antunes, 1998, 1999, 2006; Castel, 2009). As transformações ligadas à reestruturação produtiva e à flexibilização da regulamentação trabalhista acarretaram em mudanças no modelo tradicional de emprego e nas proteções sociais daí decorrentes, que tornaram mais vulneráveis as condições de trabalho e intensificaram a sensação de insegurança social, de

individualismo, de fragilidade de laços sociais, gerando uma cultura imediatista focada no presente (Dejours, 2004; Castel, 2005; Sennet, 2005).

O trabalhador informal geralmente convive com os contextos sobrepostos da informalidade, da precarização e suas consequências. Em meio a essas dificuldades, precisa encontrar estratégias que o permitam trabalhar, gerar rendimentos e viver. É a noção de “nanoeconomia”, os acontecimentos corriqueiros que se passam no dia a dia da economia popular, dos pequenos empreendimentos e da luta cotidiana para superar obstáculos e criar possibilidades de trabalho e renda. São práticas e processos organizativos estabelecidos no cotidiano que, se não suprimem a precariedade da condição de trabalho, definem arranjos que permitem a continuidade da atividade do trabalhador e sua subsistência material (Spink, 2009).

Um dos arranjos que pode ser destacado nesse ambiente de vulnerabilidade e risco é a formação e o funcionamento de redes sociais. Pesquisas com trabalhadores na informalidade (Conserva, 2004; Lima & Conserva, 2006; Sato, 2007, 2012; Santos, Maciel, & Sato, 2014) apontaram para a existência de redes sociais em seu cotidiano de trabalho que, baseadas em laços familiares e de confiança, articulavam e faziam funcionar normas de convivência, apoio mútuo e modos de organização laboral. As redes ampliavam a capacidade de realização de conexões e de intercâmbio de elementos materiais e simbólicos que favoreciam o estabelecimento de modos de trabalho e de reconhecimento, que eram fundamentais para a continuidade da atividade.

Compreender o fenômeno das redes sociais não é uma tarefa fácil, já que as mesmas se constituem em um objeto complexo e em constante transformação. É necessário partir do entendimento da configuração das relações, dos laços que são formados entre os atores e suas trocas (Wasserman & Faust, 1994; Scott, 2000). Segundo Castells (1999), em termos sociais,

o reconhecimento das redes não é considerado uma novidade, mas se destaca na atualidade a ampla penetração e dinamicidade do fenômeno na estrutura social, marcada pela velocidade e pelo poder dos fluxos de informação e recursos.

Sendo assim, este estudo partiu e foi orientado por algumas indagações centrais: que configurações teriam as redes sociais formadas em um contexto de precarização e de informalidade? Haveria articulação entre as redes sociais e o processo de trabalho? Com que implicações? Quais seriam os laços e como seriam formados? Que conteúdos, objetivos e subjetivos, seriam intermediados nessas relações? Que normas regeriam as interações?

Com o intuito de ampliar a compreensão sobre o funcionamento de redes sociais em ambientes laborais que estariam, a princípio, excluídos do modelo tradicional de emprego formal, buscou-se, neste estudo, investigar a formação de redes sociais entre trabalhadores informais, sua vinculação aos modos de ordenação do trabalho e de sociabilidade e, ainda, sua articulação com as vivências de um trabalho precário e instável. Para tanto, optou-se pela realização de pesquisa empírica em uma feira de roupas localizada no bairro do Centro na cidade de Fortaleza – CE por ser um ambiente característico da informalidade e que cresce a cada ano (Cabral, 2013).

Esta tese apresenta, em sua Introdução, o referencial teórico tomado como base para a discussão do tema: os contextos de precarização laboral e informalidade experimentados pelo sujeito trabalhador na atualidade; a abordagem da análise de redes sociais, seus pressupostos teóricos e metodológicos; a criação de laços e as formas como estas conexões se configuram e ordenam; redes sociais e capital social; e a caracterização do ambiente da feira como espaço de trabalho e de sociabilidade. Define, ainda, o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa.

O capítulo seguinte trata das considerações sobre o método. Para realização desta investigação, optou-se pelo uso da abordagem da pesquisa qualitativa como principal

referência, utilizando-se observação direta e entrevistas para a coleta de dados, e a técnica de análise de conteúdo. Seguindo o proposto pela abordagem da análise de redes sociais, foram utilizadas também técnicas de mapeamento e descrição das características relacionais e estruturais das redes sociais identificadas no cotidiano de trabalho dos feirantes.

O terceiro capítulo apresenta a descrição dos dados e o quarto capítulo a discussão e análise dos resultados da pesquisa. Estes foram articulados para a realização de uma análise geral, onde foi delineada a compreensão sobre a configuração das redes sociais associadas ao trabalho na feira de roupas, estabelecendo articulações com os pressupostos, objetivos e o objeto central de investigação desta tese, em diálogo com o referencial teórico apresentado.

Espera-se, a partir das considerações finais da pesquisa e da difusão científica dos resultados, agregar informações relevantes sobre as experiências de trabalho de feirantes, suas relações, suas contradições, gerando subsídios para novas pesquisas e agregando conhecimento que possa ser útil em ações sociais e políticas públicas para a área.

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, tem-se o intuito de traçar o percurso da discussão teórica que servirá de base ao delineamento de objetivos e pressupostos da pesquisa. Para tanto, percorre-se os caminhos do trabalho na atualidade, sobretudo os processos ligados à precarização e à informalidade, e sua articulação com as vivências e práticas dos trabalhadores. Descreve-se resultados de pesquisas sobre o trabalho na informalidade, visando à obtenção dos primeiros indícios de modos de organização dos trabalhadores e da configuração de redes sociais como um elemento importante desse processo. Para esclarecimento dessa categoria, utiliza-se a abordagem da Análise de Redes Sociais, que envolve teorias, modelos e métodos de investigação próprios, para entendimento dos laços entre os trabalhadores, suas trocas, as normas que compartilham e sua articulação com a criação e o uso de capital social. E por fim, define-se características do ambiente das feiras e, especificamente, da feira de roupas que será o foco do trabalho de campo, lugar onde as categorias teóricas e as experiências dos feirantes terão seu encontro.

### **1.1 Trabalho e subjetividade: delineando um horizonte de compreensão**

Mesmo em suas múltiplas dimensões e formatos, o trabalho pode ser entendido como uma ação humana que pressupõe aplicação de energia física e mental para a produção de bens ou para a realização de algum objetivo material ou imaterial, tendo por motivação inicial uma situação de privação ou necessidade (Liedke, 2006). É uma categoria que perpassa a história

da humanidade, tendo assumido diversos significados construídos em épocas e contextos sociais diferentes. Da Antiguidade greco-romana, passando pela Idade Média e Renascença, até o mundo contemporâneo, os valores culturais, morais e éticos associados ao trabalho revelaram não só modos de produção, mas concepções sobre o ser humano e formas de sociabilidade assumidas em cada período. Nesse processo, o ser humano transforma a natureza, construindo sua própria realidade (Aizpuru & Rivera, 1994). Esta é a base do pensamento sobre o trabalho encontrada em Marx (2004, p. 211):

(...) o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

O ser humano, em sua ação no mundo, transforma o ambiente e nesse processo também se transforma, construindo significados que estabelecem e regulam a vida social e a interação entre os sujeitos. Esta relação dinâmica de dupla construção acontece atrelada a uma atividade consciente e intencional, pois “no fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (Marx, 2004, p.211).

Assim, pensar o trabalho implica também em pensar sobre o sujeito que se constrói e edifica o mundo objetivo nessa ação. Que usa seus recursos físicos e também capacidades imateriais construídas por meio de experiências, vivências, conhecimentos, habilidades e sentidos humanos. E que, na interação com as condições materiais, objetivas, é capaz de

transformar suas condições de vida, o que inclui também a criação de ideias, valores, crenças e signos pertencentes ao campo social, mas que também constituem sua singularidade.

Para Rey (2004), a ideia de sujeito expressa a representação do ser humano que produz sentidos por meio de configurações subjetivas que se entrelaçam com o meio onde se insere. Partindo da psicologia histórico-cultural, define o sentido como uma categoria complexa e processual “que tem sua gênese no encontro singular de um sujeito com uma experiência social concreta” (Rey, 2004, p. 51).

Nessa perspectiva, o sentido não deve ser considerado como uma unidade fechada e acabada, capaz de ser apreendida em sua totalidade, mas compreendido a partir do contexto e das relações que permitem sua criação (Barros, Paula, Pascual, Colaço, & Ximenes, 2009). Supera assim a dicotomia interno e externo, subjetivo e objetivo, à medida que é construído no entrelaçamento dessas dimensões, integrando a história do sujeito e o contexto social que vivencia.

A subjetividade é então compreendida como uma trama de representações que são construídas a partir de experiências, de sentidos partilhados e de contradições vivenciadas na relação com o mundo social. É considerada em seu aspecto experiencial e processual, à medida que se constrói de maneira dinâmica em vários contextos diferentes e no devir histórico, e não como um objeto estático e internalizado em indivíduos. Constitui-se na relação dialética com a cultura, na apropriação do significado social, na singularidade que é criada na ação do sujeito e na atividade consciente que transforma e possibilita o surgimento de variedade e de sentidos particulares (Bock, 2002; Gonçalves, 2002).

A vivência é o que possibilita o contato com o mundo, fazendo a mediação entre a consciência e o meio. Não se trata aqui de uma vivência afetiva particular ou um estado psicológico especial, mas de uma “experiência de si”, de algo que perpassa a relação

consciência/meio e que pode definir singularidades e formas de agir diferenciadas em sujeitos que passam por situações similares (Toassa & Souza, 2010). É a tomada de consciência que possibilita aos sujeitos agir de forma criativa e transformadora em relação a realidades ditas concretas e não ser determinado por elas (Rey, 2004).

Trata-se, então, de colocar como horizonte de compreensão as noções de sujeito e de subjetividade em sua relação com o espaço, o tempo e o coletivo em que se inserem, em sua ação concreta no mundo e, portanto, em uma perspectiva processual. E o trabalho como um espaço privilegiado onde o fazer humano acontece, entrelaçando objetividade e subjetividade, como “atividade criadora e produtiva” (Furtado, 2002, p.80). Assim, compreende-se que trabalho e subjetividade constituem-se em categorias entrelaçadas e em movimento de mútua transformação.

Considerando que as mudanças do capitalismo produzem novas formas de compreensão da subjetividade com suas ambiguidades e possibilidades de resistência e de transformação (Tittoni & Nardi, 2006), no item a seguir são analisados os processos de trabalho no mundo contemporâneo, sobretudo a precarização e a informalidade, e suas implicações para o sujeito trabalhador.

## **1.2 Transformações do Trabalho: Precarização e o Sujeito Trabalhador**

Nos países capitalistas desenvolvidos, notadamente da Europa Ocidental no período posterior à Segunda Guerra, o modelo de produção taylorista-fordista, baseado na padronização, massificação e alta produtividade, deu início a um ciclo de crescimento econômico associado a um maior equilíbrio entre capital e trabalho, mediado pelas políticas do Estado de bem-estar social. Produtividade e consumo eram elementos fundamentais para a

geração de empregos e configuravam relações estáveis de trabalho protegidas por ampla legislação trabalhista (Antunes, 1998, 1999).

A chamada “sociedade salarial” (Castel, 2005, 2009), tem no modelo de contrato de trabalho assalariado um elemento central na determinação dos processos de proteção social, garantindo àqueles que não possuem propriedade privada e nem recursos próprios de sustentação, acesso a direitos e a garantias avalizadas pelo Estado. Nesse contexto, o estatuto social do emprego proporciona, não apenas as condições imediatas de sobrevivência por meio da venda da força de trabalho e do recebimento de salário, mas a sensação de estabilidade e de pertencimento a um sistema social protetor e mediador de conflitos para todos os cidadãos. O Estado faz a mediação entre capital e trabalho, redistribuindo, por meio da seguridade social, os recursos acumulados, promovendo a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Mesmo não tendo existido no Brasil uma plena sociedade salarial e um Estado de bem-estar social, é inegável que esses processos tiveram influência na criação de uma cultura do assalariamento e de proteções sociais, oriundas do Estado, em nosso país (Lima, 2010). No transcorrer da história brasileira e das lutas pela cidadania, como aponta Ianni (1992, p.92), “entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos”.

Assim, o emprego formal tradicional, definido como o trabalho realizado para um único empregador por prazo indeterminado, firmado por meio de contrato entre empregador e empregado, estipulando-se o local de realização e as tarefas desempenhadas, com jornada integral e amparado na legislação (Galeazzi, 2006, p.203), torna-se a forma hegemônica de se pensar o trabalho no Brasil e no mundo.

Esse sistema, passa por um processo de enfraquecimento a partir da década de 1970. Mudanças ancoradas nos ideais do neoliberalismo, como a privatização e o encolhimento das funções sociais do Estado, no delineamento de novas formas de consumo e de organização da

produção, como o modelo toyotista, e na flexibilização dos direitos trabalhistas, entrelaçam de forma complexa a crise do Estado de bem-estar e o processo de reorganização capitalista (Antunes, 1998, 1999; Navarro & Padilha, 2007).

A reestruturação produtiva, necessária para diminuição de custos, aumento da produtividade e recuperação da base de lucros das empresas, é evidenciada na aplicação intensiva da tecnologia no processo produtivo, especialmente a partir da década de 1980. O uso da automação e da microeletrônica se amplia de forma exponencial, invadindo o universo fabril e o setor de serviços, as relações de trabalho e as formas de produção e acumulação de capital. Esse movimento acarretou a flexibilização da produção e a diminuição sistemática de postos de trabalho, principalmente na área industrial, através da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto da máquina. A promessa de ampliação do setor de serviços, para onde deveriam migrar os trabalhadores oriundos da área industrial e requalificados, não foi concretizada plenamente, contribuindo para o agravamento do desemprego estrutural (Antunes, 2006). Essa realidade iniciada em meados da década de 1970 nos países desenvolvidos, chegou a países capitalistas periféricos, como o Brasil, no início da década de 1990 (Nardi, 2006).

A intensificação progressiva do trabalho, entendida como o maior uso das capacidades físicas, cognitivas e emocionais do trabalhador aplicadas à produção, passa a ser considerada uma realidade indispensável a partir das novas formas de organização laboral (Dal Rosso, 2006). Para o trabalhador se manter atuante no mercado é necessário ser produtivo e competitivo, o que se traduz pelo aumento constante da jornada, da carga de trabalho, e do esforço físico e psíquico aplicado na realização das tarefas, compondo um elemento que integra as condições laborais na atualidade. Hirata (2011) destaca que as consequências da intensificação do trabalho, como danos à saúde física e psíquica, atingem

de maneira geral os trabalhadores, sejam eles executivos de empresas ou trabalhadores operacionais.

Esses movimentos sociais, econômicos e políticos circunscrevem a tendência à precarização, que se apresenta como um processo social caracterizado pela instabilidade e pela insegurança, presente nos novos modos de organização do trabalho e na flexibilização da legislação trabalhista e previdenciária, tendo como referência o modelo de emprego formal (Galeazzi, 2006; Thébaud-Mony & Druck, 2007).

Freyssinet (2009), ao analisar a flexibilidade da relação salarial no mercado de trabalho francês na atualidade, faz uma distinção importante entre instabilidade e insegurança do emprego. A instabilidade refere-se ao risco de interrupção da relação empregatícia em um determinado período e a insegurança remete ao risco de permanecer desempregado por um longo período de tempo em caso de demissão. Considera-se que no processo de precarização há um aumento de ambos os riscos. O aumento da incerteza e dos riscos inerentes à precarização do trabalho insere-se como estratégia de dominação no âmbito do capitalismo flexível (Druck, 2011).

Assim, ressalta-se que a precarização, enquanto processo social, político e econômico sistemático, tem relação com as transformações do capitalismo contemporâneo; contudo, a precariedade do trabalho, entendida como vulnerabilidade das condições de trabalho, é muito mais antiga, podendo ser encontrada em ocupações laborais e em momentos históricos anteriores, incluindo os primórdios do capitalismo (Castel, 2009).

Por meio do emprego, o trabalho formal mantém-se ainda para uma parcela expressiva de trabalhadores, principalmente no serviço público e em segmentos da área privada. Contudo, considera-se que a precarização laboral atinge, em sua totalidade, a “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1999), havendo um aumento da insegurança para

todos os trabalhadores, alcançando assalariados formais, informais e desempregados. Atinge com mais força os integrantes de grupos menos favorecidos, como mulheres, jovens em busca do primeiro emprego, trabalhadores mais velhos, considerados obsoletos, e imigrantes (Antunes, 2006).

Essas transformações levaram à ideia de crise da sociedade do trabalho, ou mesmo, à possibilidade de seu desaparecimento, sendo que encontra-se situada no centro dessa controvérsia a noção de emprego, de trabalho assalariado estável, que parece, atualmente, servir menos ao mercado do que as diversificadas formas de trabalho instável e precarizado. Ao invés de pensar no desaparecimento do trabalho ou na perda de sua centralidade social, parece mais adequado buscar compreender sua “nova morfologia ou polissemia” (Antunes, 2006).

Envolto nessa nova polissemia, o termo precarização encontra-se associado em muitos países ao “trabalho temporário”, ao “emprego flexível” (Mészáros, 2006) e ao “trabalho atípico” (Vasapollo, 2006). Galeazzi (2006) considera que contratos atípicos são expressões da precarização e podem ser representados pelo trabalho assalariado não regulamentado, a subcontratação, o trabalho por tempo determinado, em tempo parcial e a terceirização. Apesar da diversidade de contextos e de possibilidades de inserção laboral, considera-se que essas formas são caracterizadas pela ausência do contrato de trabalho assalariado típico e pelo consequente aumento na precariedade das condições de trabalho, que apresentam um padrão inferior se comparadas ao emprego formal.

Segundo Castel (2005), a flexibilização das garantias atreladas ao emprego e as exigências de competitividade impostas às organizações e aos trabalhadores são fenômenos presentes no processo de transição da sociedade salarial que demarcam a chamada “zona cinzenta do emprego”. Contempla formas de trabalho ainda subordinadas a uma organização

ou a um chefe, ou ao recebimento de remuneração, mas com decréscimo ou inexistência de direitos trabalhistas e proteção que intensificam a sensação de insegurança no âmbito social.

As trajetórias de inserção dos sujeitos no mercado de trabalho são agora marcadas pela mobilidade. Os trabalhadores mais qualificados buscam melhores oportunidades e experiências em organizações e setores diferentes, como forma de destacar sua carreira. Os trabalhadores menos qualificados vivenciam uma rotatividade quase obrigatória, sobrevivendo entre empregos precários que lhe rendem baixa remuneração. Nessa conjuntura, uma mesma pessoa pode passar por diversas formas de inserção laboral, como emprego formal, trabalho informal ou mesmo desemprego em um curto período de tempo, ampliando sua incerteza frente às contingências presentes e futuras (Castel, 2005).

Ao sujeito é delegada a responsabilidade pela segurança ou insegurança em que vive, dependendo de sua capacidade de adaptação a esta nova situação. Uma disposição subjetiva adequada à competição, com mais iniciativa e capacidade empreendedora, seria determinante para o sucesso no alcance de boas colocações profissionais e para a inclusão social. O discurso gerencial predominante cria uma cultura pautada na necessidade de desenvolver formas mais sofisticadas de ajustamento e desempenho, de aumentar a rapidez na realização de tarefas diversificadas e de usar o tempo livre para qualificação na tentativa de manter a empregabilidade. Cabe a cada um o gerenciamento de sua história profissional e a responsabilidade pelos riscos e imprevistos que poderão acometê-la (Lima, 2010).

A trajetória laboral é assim uma jornada demarcada por múltiplos cenários, estados transitórios e por percursos profissionais bem particulares que testam a capacidade de ajustamento em ambientes tão incertos. Contudo, não se trata, apenas, do aumento dos riscos associados ao emprego, mas do aumento da insegurança social. A intensa volatilidade insere-

se no processo de desfiliação social, causando o enfraquecimento da cidadania, da coesão e do laço social (Castel, 2005).

Nesse contexto, a questão que se propõem é se o trabalhador, forçado a ser flexível, polivalente, responsável, com espírito de iniciativa e de adaptação, pode comportar-se deste modo em um contexto de insegurança e sem proteção social (Castel, 2005, p.88). De outra forma: quais as implicações subjetivas da inserção em contextos de incerteza atrelados a vínculos laborais inseguros e instáveis?

Sennet (2005) discorre sobre as experiências de trabalhadores que vivenciam modos de trabalho oriundos de um sistema capitalista industrial, fortemente atrelado ao modelo taylorista-fordista, e de um capitalismo flexível, inserido em um ambiente turbulento de mudanças. No capitalismo industrial, ainda vinculado à cultura do emprego mediado pelo Estado e pelos sindicatos, havia uma sensação de estabilidade ancorada em um tempo linear, em uma rotina de trabalho diária que construía um sentido ao garantir previsibilidade para o futuro. No capitalismo flexível, há uma fragmentação dos modos de trabalho e do controle do tempo, definida pela máxima “não há longo prazo”. Os vínculos formados são frágeis - devido à exigência de mobilidade dos trabalhadores para se adaptarem continuamente a novas empresas e ocupações – e sem uma maior consistência, imersos no fluxo de redes de relações instantâneas. Em decorrência, chega-se à “corrosão do caráter”, à deterioração dos valores que priorizam o esforço presente para o alcance de recompensas no futuro e os sentimentos de confiança e lealdade que permitem a formação de ideais coletivos não só no trabalho, mas também nas famílias e nas comunidades.

Em uma linha de argumentação semelhante, Linhart (2014) usa o termo “precarização subjetiva” para delinear o fenômeno que acomete trabalhadores assalariados, em empregos formais, e que remete diretamente à instabilidade, flexibilidade, individualismo e

competitividade vivenciada no trabalho. Instabilidade porque os trabalhadores são assolados por constantes mudanças de sistemas, de chefias, de setores, que impedem a formação das rotinas e hábitos que constroem seu ofício. Há a dificuldade de estabelecimento de vínculos pessoais por conta das mudanças, somando-se a isso o imperativo de se sobressair diante dos demais colegas para se manter competitivo diante do mercado, exacerbando o individualismo. O reconhecimento pela competência é individual e nunca coletivo. Essas características inserem o trabalhador em um contexto de incerteza que impede a formação de coletivos informais e solidários, gerando um sofrimento subjetivo bastante intenso.

Para Dejours (2004), as mudanças contemporâneas nas formas de organização do trabalho e da gestão produzem, como consequência, o sacrifício da subjetividade dos trabalhadores para o alcance de patamares cada vez mais elevados de rentabilidade e de competitividade. Isto acontece por meio de dois princípios fundamentais. O primeiro refere-se ao uso de mecanismos de avaliação quantitativa do trabalho que excluem a medição dos fatores subjetivos relacionados à atividade e levam a distorções sobre as contribuições reais dos trabalhadores nos resultados obtidos, transformando-se em ferramentas de intimidação e de dominação. O segundo princípio destaca a ênfase no individualismo e no incentivo à concorrência como única forma de sobreviver no mercado, gerando o “desenvolvimento de condutas desleais e a ruína das solidariedades” (Dejours, 2004, p.34). Como consequência desse processo, estaria o agravamento de patologias mentais ligadas à sobrecarga, à violência e ao assédio no trabalho e o surgimento de novas patologias, como os casos de suicídio em locais de trabalho. Hirata (2011) destaca os casos de suicídio na França e no Japão em decorrência da intensificação do trabalho e da precarização. No Brasil, a dificuldade de documentação torna os registros de casos ainda subestimados e dispersos.

O que esses autores trazem são dados e reflexões sobre experiências de sofrimento subjetivo do trabalhador que, inserido em processo de precarização social do trabalho, enfrenta a sensação de fragmentação, de insegurança e de fragilidade dos vínculos coletivos. Alves (2013) ressalta que, mais do que a precarização do trabalho, vive-se a “precarização do homem-que-trabalha”, o que tem por consequência o aumento do adoecimento laboral.

Reconhecendo que os trabalhadores brasileiros estão imersos nesse contexto, cabe destacar que há uma coexistência histórica no Brasil entre trabalhos precários e trabalhos assalariados formais, associados ao modelo tradicional de emprego (Aquino, 2008; Druck, 2011). Assim, para a compreensão do entrelaçamento dos processos de precarização e subjetividade, toma-se como referência tendências macroestruturais gerais que permeiam o mundo do trabalho, mas sem perder de vista as peculiaridades das experiências do trabalhador brasileiro, que convive historicamente com trabalhos precários e nunca recebeu os benefícios de uma sociedade salarial em pleno funcionamento.

A noção de informalidade está inserida nesse panorama, embora deva-se tomar o cuidado de não compreender esse fenômeno como uma consequência linear do processo de precarização laboral. No intuito de ampliar essa discussão, passa-se, no próximo item, para a investigação das características da informalidade, enquanto um contexto econômico e social que se articula à precarização na realidade complexa do mercado de trabalho brasileiro.

### **1.3 Compreendendo o contexto da Informalidade**

Definir de maneira precisa a informalidade revela-se um grande desafio dada a heterogeneidade de formas em que se apresenta no capitalismo contemporâneo. A própria noção de informalidade passou por transformações, assumindo novas nuances nas últimas

décadas. No entanto, o surgimento da noção de “setor informal” é considerado um marco para o estudo deste fenômeno (Cacciamali, 2000; Filgueiras, Druck, & Amaral, 2004; Alves & Tavares, 2006; Toni, 2006; Lomnitz, 2009; Krein & Proni, 2010).

Na década de 1970, a partir de estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o emprego no Quênia, constatou-se a existência de um setor informal na economia, composto por unidades econômicas com baixa produtividade e aplicação de capital, criadas em espaços não ocupados por organizações produtivas formais que, tradicionalmente, representavam o “setor formal”. A dinâmica de formação do setor informal era considerada própria dos países capitalistas subdesenvolvidos que não detinham uma economia forte o suficiente para gerar os empregos necessários à absorção do excedente de mão de obra.

Assim, o setor informal, naquela época, era concebido a partir da constituição de pequenos empreendimentos familiares, criados por meio de recursos próprios do trabalhador e à margem de uma qualificação profissional formal. Com pequena produção, necessitavam do uso intensivo do trabalho e de tecnologias adaptadas, instalando-se em segmentos competitivos, mas não regulamentados pelo Estado. Eram unidades econômicas que, pela falta de organização empresarial formal, não alcançariam o acúmulo de capital, mas garantiriam a sobrevivência do gerador do negócio e de seu núcleo familiar de apoio (Krein & Proni, 2010).

Já se detectava aí a ideia de entrelaçamento do setor formal e informal na dinâmica cotidiana dessas pequenas unidades produtivas. Os trabalhadores do setor informal contavam com a renda de membros assalariados para garantir a sobrevivência da família em períodos de pouca demanda pelos produtos e/ou serviços da atividade informal. Nos períodos de grande atividade informal usavam, temporariamente, a força de trabalho familiar para dar conta da

demanda. Assim, as unidades produtivas do setor informal não estariam separadas do setor formal da economia e, sim, vinculadas a ele, pela relação com empresas regulamentadas e com trabalhadores assalariados, familiares e clientes (Alves & Tavares, 2006).

Esse delineamento do setor informal influenciou diretamente a definição de informalidade, inicialmente relacionada a parâmetros econômicos. Filgueiras et al. (2004, p.213) definem informalidade como um conjunto de atividades produtivas que não seguem o formato tipicamente capitalista, já que não se caracterizam pela busca do lucro, e onde não há uma separação clara entre capital e trabalho, já que o trabalhador ao mesmo tempo que gerencia os meios de produção é o principal executor da unidade produtiva, podendo contar com o suporte da família ou ajudantes.

Contribuindo com essa discussão, Cacciamali (2000) propõe o termo “processo de informalidade”, destacando sua integração com as mudanças sociais e econômicas que apresentavam como face mais visível o desemprego e a precarização do trabalho formal. Assim, ressalta como principais manifestações do processo de informalidade o trabalho assalariado sem registro e o trabalhador por conta própria.

O assalariamento sem registro refere-se às relações laborais sem contrato formal, que acontecem sem a efetivação das regras dos contratos por tempo indeterminado e sem o pertencimento a uma organização sindical. Abrange os vínculos em cooperativas e prestação de serviços que têm como principais características insegurança, vulnerabilidade e intensificação laboral, além de baixa remuneração e ausência de acesso a serviços de seguridade social. O trabalho por conta própria envolve as unidades produtivas próprias da definição de setor informal. São criadas para gerar trabalho e renda para os trabalhadores informais e seus familiares, inseridos nesse contexto por necessidade, devido à insuficiência

de oportunidades de emprego, ou por opção, já que em algumas situações podem auferir uma remuneração superior à que teriam como assalariados formais (Cacciamali, 2000).

No ano de 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, com o propósito de esclarecer melhor o conceito de informalidade e de superar a dicotomia entre setor formal e informal, o termo “economia informal” passou a ser utilizado pela OIT (OIT, 2002). O novo termo contempla a vinculação entre setor formal e informal, tanto nas unidades produtivas como nas ocupações laborais, abrangendo os trabalhadores independentes típicos, os falsos autônomos, inseridos em relações precarizadas, os trabalhadores flexíveis e/ou atípicos, os micro empregadores, os produtores para o consumo próprio e os trabalhadores do terceiro setor e economia solidária.

O setor informal passa então a ser compreendido não mais como um refugio do setor formal, mas abrangendo atividades integradas à economia capitalista e geradoras de renda para parcelas expressivas da população mundial. O foco está nas condições precárias e na ausência de direitos sociais que envolvem as atividades informais, inseridas fortemente no movimento de reestruturação produtiva e de aumento da precarização do trabalho, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990. Há a ampliação da noção de informalidade e a construção do conceito de “nova informalidade” que passa a integrar o processo de flexibilização dos contratos de trabalho e das relações de emprego disfarçadas, mediadas por microempresas, falsas cooperativas, trabalho terceirizado e até vínculos de estágio. Há o reconhecimento de que as empresas transferem os custos e os riscos relacionados ao trabalho, burlando a legislação trabalhista para se tornarem mais competitivas em relação ao mercado e assim contribuindo para a informalização (Krein & Proni, 2010). Lima e Soares (2002) consideram a nova informalidade quase um sinônimo de flexibilidade.

Em uma compreensão similar, Filgueiras et al. (2004) delineiam a noção de informalidade a partir de três categorias: setor informal, economia não registrada ou subterrânea e atividades não fordistas. O setor informal retoma a ideia de formação atípica do capitalismo, que não objetiva a acumulação de capital como elemento central, não utiliza trabalho assalariado e está fortemente atrelado à mão de obra familiar, associando-se às atividades por conta própria. Já a definição de economia não registrada ou subterrânea refere-se às sociedades capitalistas desenvolvidas que entram em crise a partir da década de 1970, iniciando um ciclo de precarização, aumento do desemprego e dos vínculos de trabalho não registrados, considerados informais e ilegais. Assim, há uma predominância do critério jurídico para definição da situação de informalidade. As atividades não fordistas trazem uma noção mais ampla sobre a informalidade ao considerar tanto o critério econômico quanto o jurídico em sua definição, ou seja, é trabalho informal tanto aquele encontrado nas unidades produtivas atípicas do capitalismo, quanto o trabalho assalariado precarizado sem registro.

Alves e Tavares (2006) propõem ainda que existem níveis diferenciados de instabilidade entre os trabalhadores informais. Entre os trabalhadores informais tradicionais, os menos instáveis são aqueles que exercem um ofício com mais autonomia, por meio de um conhecimento prático de sua ocupação, como costureiras, pedreiros, jardineiros, que tem uma clientela localizada, mas com poucas variações de demanda. Os trabalhadores mais instáveis são temporários, diaristas, que atuam na produção e/ou prestação de serviços específicos e eventuais, sendo remunerados por esse critério por um empregador. Estes últimos são os que se encontram em situação de maior precariedade laboral, com menor qualificação e remuneração, e ganhos associados diretamente às horas trabalhadas.

Diante da heterogeneidade de ocupações ligadas à informalidade, Lomnitz (2009, p.24) define de maneira mais simplificada o trabalho informal como um conjunto de práticas

laborais que tornam o sujeito economicamente ativo, auferindo a ele uma remuneração, e que são exercidas fora do modelo de emprego formal. Lima e Soares (2002) também definem a ausência de contrato formal e de proteção social como características básicas da informalidade em relação ao trabalho.

Considerando a complexidade relacionada à definição de informalidade, não se pretende aqui esgotar as discussões sobre o tema. No percurso que envolve definições e termos diversos, como setor informal, processo de informalidade, atividades não fordistas e economia subterrânea, entende-se que a noção de economia informal fornece um parâmetro fundamental nas discussões sobre o contexto atual da informalidade, ao reconhecer um mosaico dinâmico e heterogêneo onde se entrelaçam velhas práticas com as transformações da sociedade salarial: tanto o setor informal e as expressões tradicionais da informalidade, quanto a nova informalidade atrelada aos “empregos disfarçados”, ao processo de reestruturação produtiva, precarização, incerteza e risco.

Reconhecendo que “o termo ‘informalidade’ continua sendo o mais apropriado para retratar o debate nacional” (Krein & Proni, 2010, p.23) e por uma questão de simplificação de uso, será utilizado nesta pesquisa o termo informalidade (representando a discussão abordada neste item) e a definição de trabalho informal atrelada à ausência de contrato formal de emprego, por se julgar ser mais compatível com os objetivos desta investigação.

#### **1.4 Processos de Trabalho na Informalidade**

Para Lomnitz (2009) a informalidade é um campo heterogêneo e em interdependência com o setor formalizado da economia. Reflete ações efetivadas à margem das normas do

Estado por pessoas e grupos que não têm suas necessidades econômicas e sociais satisfeitas e, por isso, buscam meios e estratégias para sobreviver nessa realidade.

Em uma linha de reflexão similar, Spink (2009) descreve como nanoeconomia as práticas de trabalhadores que não fazem parte do mercado de trabalho formal, mas que atuam em pequenos negócios e serviços, gerando remuneração compatível com sua sobrevivência. São micro cadeias produtivas que realizam ações no dia a dia e criam possibilidades de renda; são micro eventos da economia popular que pressupõem relações solidárias entre pessoas em situação de vulnerabilidade. Envolvem práticas, estratégias e formas de organização construídas coletivamente pelos trabalhadores no cotidiano, aparentemente invisíveis ao observador externo, mas eficazes na busca por soluções que garantam sua subsistência material e dignidade. São “empreendimentos caseiros” construídos à margem da regularização formal, equilibrados por meio de negociações constantes com clientes, fornecedores, parceiros de trabalho, concorrentes, poder público, entre outros, mas que atendem bem, com eficiência, à demanda da comunidade onde se instalam.

Esses acontecimentos, conversas, conflitos e encontros triviais compõem as tramas da nanoeconomia no cotidiano, entendido aqui como “um fluxo de fragmentos corriqueiros e de acontecimentos em micro-lugares” (Spink, 2008, p.70). A vida se passa no cotidiano e nos micro-lugares, que são espaços de encontros que demarcam sociabilidades e materialidades que ali fazem sentido, ordenando vidas e práticas sociais.

Esses modos de ordenação do trabalho, das relações e de sistemas produtivos, que acontecem na nanoeconomia e em situações de informalidade, envolvem a concepção de “organização” como um processo psicossocial que se fundamenta na capacidade dos trabalhadores de agir, de interagir, e de ordenar suas ações em seu cotidiano laboral. São processos organizativos que articulam atividades e significados diversos, e mesmo

conflituosos, que são construídos pelos sujeitos de forma espontânea e sem prescrições formais, no próprio fazer do seu trabalho (Spink, 1996). Na mesma linha de compreensão, Sato (2007) esclarece que nos processos organizativos as pessoas atuam, em interação simbólica, mas circunscritas em um determinado contexto laboral, técnico, econômico e social que deve ser levado em consideração.

Esses trabalhadores podem estabelecer vínculos sociais entrelaçados às práticas laborais cotidianas e formar coletivos de trabalho, já que o trabalho não acontece como uma atividade de produção individual isolada. Os sujeitos envolvidos em um mesmo coletivo de trabalho efetivam regras práticas de convivência e de cooperação que estruturam e organizam suas tarefas e ofícios, permitindo seu desenvolvimento (Gernet & Dejours, 2011).

Como forma de compreender melhor as relações entre informalidade e as vivências do trabalhador nesse contexto, assim como a possibilidade de ocorrência de processos organizativos ou coletivos de trabalho, buscou-se subsídios em pesquisas que investigaram a realidade de grupos de trabalhadores inseridos principalmente no comércio ambulante e na feira.

Salvitti, Viégas, Mortada, e Tavares (1999) descrevem a realidade de trabalho de camelôs na cidade de São Paulo. A maioria dos entrevistados vinha de outras cidades, apresentava baixa escolaridade e a inserção na informalidade tinha sido intermediada por redes sociais de apoio. Vivendo um trabalho extremamente cansativo e inseguro, planejar a própria vida era considerado, por eles, um “luxo”. No relato dos entrevistados, evidenciam-se as marcas do preconceito e da discriminação por desempenharem sua função no espaço da rua. Apesar da aparente fragmentação do trabalho ambulante, foi constatada a existência de regras tácitas construídas coletivamente que regem a convivência dos trabalhadores e conduzem as suas tarefas no cotidiano, constituindo a chamada “empresa-rua”. Uma dessas,

refere-se aos laços de ajuda e de solidariedade que dão suporte para o desempenho da atividade de camelô. Apesar das dificuldades e riscos, o trabalho na informalidade era considerado mais estável que as experiências de instabilidade e de exploração vividas em vínculos assalariados anteriores, pois só dependeria da força de vontade e do trabalho de cada um.

No estudo realizado por Garcia et al. (2010) com mulheres ambulantes na cidade de São Paulo, e publicado mais de dez anos depois da pesquisa de Salvitti et al. (1999), é possível encontrar uma realidade bem parecida, apesar do interstício de tempo e da mudança da situação econômica do Brasil com a diminuição dos índices de desemprego no período.

Garcia et al. (2010) delineiam o perfil de trabalhadoras com trajetória laboral marcada pela precarização e com dificuldade de inserção no trabalho assalariado formal. Constataram elevada carga horária de trabalho entre as ambulantes, já que produzem o que vendem, e o uso do trabalho familiar não remunerado. As entrevistadas identificam vivências positivas em sua atividade, como a percepção de liberdade para organizar horários, tarefas e estabelecer relações interpessoais; e vivências negativas, oriundas da sensação de insegurança, humilhação e falta de reconhecimento pelo trabalho feito na rua. Há o desejo de melhores condições de vida por parte das mulheres entrevistadas, mas elas tendem a transferir para a próxima geração a possibilidade de inserção em um trabalho menos precário. As dificuldades são superadas com a ajuda de outros ambulantes que formam uma coletividade solidária, mas permeada por uma tensão constante causada pela competição e pela disputa de espaço na rua.

Em pesquisa similar com vendedores ambulantes da cidade de João Pessoa, identificou-se a existência de redes sociais, originadas em relações de parentesco e amizade, que fornecem não só segurança e garantia de apoio aos trabalhadores, mas também um modo de organização da atividade informal (Conserva, 2004; Lima & Conserva, 2006).

As redes originadas nos laços familiares cumprem a função de inserir os membros da família na atividade produtiva como ambulantes e dão suporte para sua permanência e desenvolvimento no ofício. Constituem verdadeira trama de relações e funções laborais que são definidas de acordo com laços de parentesco e até gênero; contam com divisão de tarefas, hierarquia de comando e têm o objetivo de organizar e garantir a produção e a venda de bens e/ou serviços. É preciso também ampliar essas relações em direção a outros trabalhadores da rua pois, para consolidação de espaço para a venda, é necessário formar laços de amizade e de confiança. Além disso, as estratégias de organização coletiva da atividade entre os ambulantes permitem aos trabalhadores ter mais proteção e força em negociações com fornecedores de mercadorias e mesmo com o poder público.

A importância das redes sociais como suporte para trabalhadores informais é destacada também por Cockell e Peticarrari (2011) em seu estudo com operários do ramo da construção civil. Os participantes da pesquisa, que não integram o sistema de seguridade social e que não têm como bancar financeiramente as redes privadas de proteção, como planos de saúde, seguro, previdência privada, entre outros, contam exclusivamente com a rede de apoio social composta por familiares, amigos e membros da igreja para suporte em situações de infortúnio. Os momentos de infortúnio são representados por acidentes, doenças, ou qualquer imprevisto que inviabilize o prosseguimento do trabalho e da renda. Mesmo instituições formais, como sindicatos e associações comunitárias, não foram apontadas como elementos atuantes na rede de proteção social dos trabalhadores.

Sato (2007), em seu estudo sobre o trabalho em uma feira livre, assinala que a constituição da coletividade de feirantes, com identidade e normas próprias, é também mediada pelo funcionamento de redes de relações. Esse funcionamento é um elemento fundamental para a existência diária da feira, considerada uma “bagunça organizada” (Sato,

2007, p. 98). O tempo para exposição e venda de produtos é limitado, o que exige extrema agilidade na comunicação e tomada de decisão entre os feirantes, e uma rápida adaptação frente aos imprevistos. Como no caso em que um feirante monta sua banca no espaço de um colega ausente para conseguir mais clientes e para não deixar espaços vazios na feira; ou do feirante impossibilitado de montar sua banca e que vira ajudante de outra banca para não perder o dia de trabalho. A rede amplia a capacidade de realizar conexões e trocar informações, possibilitando a cada feirante compreender sua função sem perder de vista a noção de totalidade da feira. Redes de significados vão sendo construídas e compartilhadas no próprio fazer do trabalho, aferindo um mínimo senso de ordem e de estabilidade às relações e à atuação laboral dos sujeitos.

As redes, com diversas ramificações, garantem uma ordenação mínima ao espaço dinâmico da feira, e, ainda, facilitam a interação entre os trabalhadores, promovendo um senso de coletividade. A ordenação informal da feira, permeada por movimentos de cooperação e de competição entre as bancas, é possível pelo desenvolvimento de uma rede de relações, com experiências, vivências e significados partilhados, normas não escritas, demarcadas por olhares e conversas, que regulam o ofício do feirante e constituem sua subjetividade. O alcance da rede transcende ainda o espaço geográfico de uma única feira e atinge os trabalhadores em outras feiras, locais de abastecimento, em suas casas e quaisquer outros locais onde realizem seu trabalho itinerante (Sato, 2012).

A partir de pesquisas em feiras e comércio ambulante, Santos et al. (2014) chamam a atenção para um tipo de arranjo de trabalho denominado de “redes socioprodutivas”. Essas são formadas a partir de relações de confiança e de cooperação, que envolvem predominantemente a família, mas também amigos e vizinhos, com o intuito de empreender atividades produtivas que individualmente seria impossível realizar. Surgem a partir da

mobilização do capital social de uma pessoa foco, que é o trabalhador inserido na informalidade, e efetivamente funciona a partir de trocas de favores e ajudas que não envolvem necessariamente pagamento financeiro pelo serviço prestado. Assim, um dos casos apresentados envolve um trabalhador ambulante que vende roupas em uma praça no centro da cidade de Fortaleza e conta com o suporte de sua esposa, que produz os vestidos vendidos; de uma vizinha, que cuida de seus filhos e ganha roupas em retorno; de um primo e de um cunhado, que ajudam nas vendas em períodos de maior demanda e ganham comissão ou agradados.

As pesquisas descritas anteriormente abordam situações diferentes, mas apresentam características em comum, como o estabelecimento de associações entre os trabalhadores, predominantemente comerciantes ambulantes e feirantes, que atuam em um ambiente de instabilidade e precariedade, longe do modelo idealizado de emprego formal, e próximo da noção de nanoeconomia (Spink, 2009). Nessas condições são formadas e mobilizadas redes sociais que estruturam coletivos de trabalho que organizam as práticas cotidianas, estabelecendo normas de convivência, inclusive para mediar a competição. Há a presença de laços familiares propiciando o suporte necessário para a inserção e a realização do trabalho. E relações de amizade entre os trabalhadores que embasam um sistema de trocas de elementos materiais e simbólicos, tendo por referência a confiança entre os pares.

Reconhecendo que o contexto da informalidade, mesmo com a diversidade que possa evocar, está associado à instabilidade, à insegurança e ao risco, considera-se que esses dados apontam para a possibilidade de enfrentamento dessa situação por meio do estabelecimento de relações sociais e de cooperação que dão uma certa estabilidade à vida cotidiana dos trabalhadores (Lima & Conserva, 2006; Lomnitz, 2009).

Para Lomnitz (2009), em contextos como o da informalidade, que ficam à margem das leis formais, prosperam formas de organização baseadas em relações culturais tradicionais que têm por referência a família, a amizade e a construção de redes de solidariedade.

Agregando subsídios a essa reflexão, Castel (2005) chama de “proteção próxima” o primeiro sistema de segurança social, derivado de laços de parentesco e do pertencimento a uma comunidade. A proteção social advém de vínculos próximos que constroem “redes fechadas de dependência e interdependência” (Castel, 2005, p.13). À medida que a modernidade e o liberalismo avançaram nas sociedades capitalistas a segurança social não era mais garantida pelos vínculos, e sim pelo Estado Liberal e pela propriedade privada, e, posteriormente, pelo Estado de bem-estar e pela propriedade social. Pode-se pensar, assim, que há uma lógica no uso de um sistema de proteção tradicional, quando não há bens e recursos suficientes para uma total independência e nem possibilidade de proteção pelo Estado, como no caso da informalidade.

Em contraponto a essas proposições, Nardi (2006) coloca o contexto de trabalhadores informais, como vendedores ambulantes, pedreiros e recicladores de lixo, que apresentam trajetórias laborais heterogêneas, mas, de uma forma geral, bastante precárias. O trabalho informal não foi uma escolha e, sim, uma imposição diante da necessidade de sobrevivência. O foco está no dia a dia, vivenciado como muito instável e inseguro, sem perspectiva de melhoria futura em suas condições de vida. A família que dá apoio a esses trabalhadores é extensiva, baseada em laços mais fluídos, em vínculos com companheiros e mesmo com pessoas sem parentesco. Os laços de solidariedade estabelecidos são frágeis, pois são vividos em um contexto de insuficiência de recursos, de impotência e de invalidação social,

resultando em uma sensação de desalento ou na elaboração de soluções fantasiosas para resolução dos problemas, como ganhar na loteria.

É necessário também considerar a crítica de Sennet (2005), quando aponta que as redes criadas entre os trabalhadores no capitalismo flexível, nos intercâmbios necessários para a realização do trabalho, são redes de laços fracos, sem grande consistência, o que, segundo o autor, impede a formação de sentimentos de lealdade e de confiança mais duradouros, dada a necessidade de mudança e contínua mobilidade entre os sujeitos.

Parece então que duas situações se colocam diante da incerteza e da insegurança: uma em que a vivência do trabalhador é permeada por individualismo e fragmentação dos laços, em uma precária inserção laboral e social (Sennet, 2005; Nardi, 2006), e outra em que as relações são não só possíveis, mas têm uma função fundamental como forma de resistência e de vida (Lomnitz, 2009; Spink, 2009).

Para tentar esclarecer essa questão, que evoca uma aparente contradição, é necessário reunir mais subsídios sobre a origem, o funcionamento e o desenvolvimento das redes sociais. Para tanto, busca-se analisar abordagens teóricas sobre as redes sociais, a configuração das relações de troca e seu entrelaçamento com a formação e a mobilização de capital social.

### **1.5 As Teias que Tecem as Redes Sociais**

Castells (1999, p.497) destaca que na atualidade “o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder”, em referência à influência das redes e suas conexões nos processos sociais e econômicos que se desenrolam na atualidade. A configuração das redes

seria própria dos ambientes complexos, característicos da sociedade contemporânea, que estão em constante mudança.

Apesar de suas extensas implicações, observa-se que na definição de rede prevalece a descrição de uma estrutura aparentemente simples: “entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido”<sup>1</sup> (Cunha, 1997, p.669); “conjunto de vértices, ou nós, que estabelecem conexões entre eles” (Newman, 2003, p.2). Essas conexões são “capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se” (Castells, 1999, p.498), construindo um desenho complexo e dinâmico, capaz de se recriar continuamente.

As redes sociais são definidas como conjuntos de nós, mas diferentemente das redes tecnológicas e biológicas, os nós representam pessoas, grupos e corporações, denominados de “atores”. Os atores das redes estão imersos em processos sociais com determinados padrões de contato ou interação e estão conectados por meio de diferentes laços relacionais. Os vínculos ou laços estabelecidos pelos atores devem ser conexões estáveis ou duradouras o suficiente para permitir padrões de troca de conteúdos materiais e imateriais (Wasserman & Faust, 1994; Scott, 2000; Hanneman, 2001; Borgatti, Mehra, Brass, & Labianca, 2009).

Como exemplo de redes sociais, estão as relações pessoais de amizade e confiança, intercâmbios de negócios em organizações e vínculos entre famílias em comunidades (Wasserman & Faust, 1994; Newman, 2003; Marin & Wellman, 2011). Também podem ser pensadas como possibilidades de configuração de redes sociais as relações de parentesco,

---

<sup>1</sup> Interessante notar que na origem etimológica de palavras como “enredar”, “enredadeira” e “enredado” está o termo “rede”, tanto no sentido daquele que se prendeu em uma rede, ficando emaranhado, como em seu uso mais popular, como intriga e mexerico (Cunha, 1997), em uma referência ao campo de trocas de informações e também de significados em que se insere o sujeito por meio das redes.

redes de apoio, redes de mobilização, redes de empresas, redes de políticas públicas, entre outras (Lemieux & Ouimet, 2012).

A análise de redes sociais adota como princípio básico a perspectiva de que os atores e as suas ações são interdependentes e não unidades autônomas. Por isso, para entendimento de seu comportamento é mais importante a análise de como os sujeitos constroem suas relações do que a compreensão de atributos individuais isoladamente. Os laços relacionais se constituem por meio de normas sociais e de processos de trocas de recursos sendo, portanto, fonte prioritária tanto de oportunidades como de restrições para os interesses e a ação individual (Wasserman & Faust, 1994).

No histórico da origem e desenvolvimento das abordagens sobre as redes sociais identifica-se um movimento interdisciplinar que envolveu vários campos do saber, como sociologia, antropologia, psicologia, economia, teorias matemáticas, além da influência do pensamento estruturalista, em meados do século XX.

Scott (2000) considera a complexidade do entrelaçamento desses saberes, mas destaca a análise sociométrica de pequenos grupos, o estudo dos modelos de relações interpessoais de Harvard e as pesquisas sobre laços em comunidades, efetivadas pelos antropólogos de Manchester, como as três principais tradições ligadas ao surgimento da análise de redes sociais.

As investigações de Jacob Moreno sobre grupos com o uso da sociometria na década de 1930 são consideradas um marco no estudo das redes em ciências sociais (Wasserman & Faust, 1994; Borgatti et al., 2009). Em suas pesquisas, a posição do sujeito nos vínculos construídos no grupo esclarecia a que tipo de influências o mesmo era exposto e, portanto, ajudava a explicar alguns de seus comportamentos. As suas ações dependiam mais da estrutura de suas conexões, do que de suas características individuais. Além disso, o uso do

sociograma para representar as configurações sociais por meio de um diagrama, com pessoas visualizadas em pontos e suas relações sociais por linhas, desenhando os canais de informação e influência no grupo, foi um grande passo em direção à compreensão das redes (Scott, 2000).

Na década de 1940, pesquisas que estudavam processos grupais e estruturas comunicacionais, levando em consideração tanto o posicionamento do ator no conjunto de relações, como a configuração do grupo, geraram noções importantes para o estudo das redes sociais. Scott (2000) destaca as investigações iniciadas na Universidade de Harvard por Elton Mayo, sobre as relações de grupos informais que surgiam espontaneamente em uma fábrica de componentes elétricos em Hawthorne, e por Lloyd Warner, em uma comunidade da Nova Inglaterra onde foi identificada a formação de “cliques”, grupos onde pessoas se associavam por proximidade e afinidade e que definiam o comportamento de seus membros.

A partir da década de 1950 pesquisas antropológicas da Universidade de Manchester concluíram que era necessária a criação de novos conceitos para compreender o comportamento individual e as interações sociais em sociedades complexas, originando conceitos precursores na análise de redes (Wasserman & Faust, 1994). Nesse contexto, pode-se destacar as investigações realizadas por John Barnes sobre as relações de parentesco, amizade e vizinhança em uma comunidade de pesca na Noruega e por Elizabeth Bott sobre as relações de parentesco e formação de redes. Nessas pesquisas, foram mapeadas as “redes egocentradas”, criadas a partir de um ator principal, e analisadas em termos de tamanho, densidade e conectividade (Borgatti et al., 2009).

Pesquisas envolvendo matrizes algébricas e teoria matemática dos grafos foram relevantes nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos para identificar a emergência de grupos por meio de redes. Experimentos buscavam averiguar, por exemplo, a relação entre a

dinâmica de funcionamento de grupos e a configuração das conexões e da estrutura de rede onde se inseriam. Testava-se a influência de redes mais centralizadas, como em formato de estrela, ou menos centralizadas, como em formato de círculo, na capacidade de grupos em resolver problemas com rapidez e precisão (Borgatti et al., 2009). Na Universidade de Harvard, na década de 60, o pesquisador Harrison White liderava pesquisas que buscavam integrar a análise matemática e a teoria dos grafos à investigação dos papéis sociais (Scott, 2000; Martes, Bulgacov, Nascimento, Gonçalves, & Augusto, 2006). Nesse sentido, Portugal (2007a) ressalta que a tradição de estudos nos Estados Unidos avançou fortemente para questões ligadas a elaboração de métodos quantitativos que descrevessem os padrões de relações das redes sociais.

Martes et al. (2006) e Borgatti et al. (2009) destacam a importância dos estudos de Mark Granovetter na década de 1970 para o desenvolvimento do pensamento sobre as redes sociais. O autor investigou, na época, o uso de contatos sociais para a obtenção de informações sobre oportunidades de emprego e, principalmente, que tipos de laços possibilitavam o repasse da informação, se laços fortes ou fracos, e os tipos de informação que eram recebidas. Com seus estudos, Granovetter constatou a importância da força dos laços e das redes sociais na dinâmica social e econômica, abrindo mais caminhos para pesquisas a partir da década de 1980.

Na atualidade, ressalta-se a disseminação de pesquisas e a produção de conhecimento sobre as redes sociais, o que pode ser evidenciado por meio da existência de uma associação internacional que congrega pesquisadores da área, a *International Network of Social Network Analysis* – INSNA; de periódicos científicos em língua inglesa como o *Social Networks* e o *Journal of Social Structure*; e da revista *Redes* em língua espanhola (Portugal, 2007a; Varanda, Rego, Fontes, & Eichner, 2012). No mundo lusófono o desenvolvimento é mais

incipiente, embora a realização de pesquisas e publicações indiquem um movimento de expansão da área (Varanda et al., 2012).

A análise de redes sociais apresenta um forte caráter metodológico, com um conjunto consistente de instrumentos e técnicas que mensuram e descrevem a estrutura de conexões e de relações sociais (Scott, 2000; Marteleto, 2001; Menéndez, 2003). Entretanto, não pode ser considerada “apenas um método, um conjunto sofisticado de técnicas para abordar a realidade social” (Portugal, 2007a, p. 9). Pela influência e amplitude do estudo das redes nas ciências sociais considera-se que tem fortes implicações teóricas e fornece dados fundamentais sobre comportamentos e processos sociais (Boissevain, 1979).

Mizruchi (2006) considera que os pressupostos teóricos da análise de redes sociais fazem uma referência direta aos princípios da sociologia estrutural, que busca explicar as relações sociais a partir da formação de determinados padrões que configuram restrições e oportunidades aos sujeitos. Destaca ainda, em suas bases teóricas, pensadores como Durkheim, Marx e Simmel.

Especialmente no pensamento de Simmel, encontram-se influências para a concepção moderna de redes sociais, como a visão da sociedade como redes de relações e de intercâmbios, o foco nos laços sociais ao invés de em indivíduos isolados, e a necessidade de investigação sociológica dos padrões das relações, denominados por ele de “formas” (Marin & Wellman, 2011).

A sociologia relacional contribui para o entendimento das redes sociais, sem negar a concepção estrutural, mas focando nas relações sociais como unidade de análise (Marques, 2007). Mesmo considerando como tema clássico nas ciências sociais a ideia das relações como elementos fundamentais na dinâmica social, durante muito tempo prevaleceu a polarização entre modelos explicativos centrados em sistemas sociais ou em indivíduos e seus

processos de decisão. A abordagem da sociologia relacional busca a mediação entre as estruturas macro e micro social por meio do olhar direcionado para as relações, presumindo mesmo que estabelecem a unidade básica da sociedade.

Para fins desta tese, considera-se que a abordagem da sociologia relacional é mais pertinente ao objeto de estudo proposto, servindo, portanto de horizonte de compreensão na análise e na discussão dos dados sobre as redes sociais.

### **1.6 Construindo Laços Relacionais: Forças, Normas e Centralidade**

O estudo das relações, mais precisamente dos laços de sociabilidade, seus tipos e finalidades, assume uma função central no desenvolvimento teórico sobre as redes sociais (Borgatti et al., 2009). Como destaca Portugal (2007a, p. 7): “a análise de redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais”.

Nesse sentido, pode-se investigar padrões de relações sociais enfatizando as propriedades da rede como um todo, sem fazer referência direta às características dos atores envolvidos. Isto não significa que as características dos atores devem ser desprezadas em um processo de análise de redes sociais. Atributos pessoais dos atores sociais, como etnia, vizinhança, grupo sócio-econômico ou produtividade no trabalho, devem ser compreendidos em articulação com os laços relacionais (Wasserman & Faust, 1994).

Para Degenne (2009), o termo relação pode ser entendido como um conjunto de laços específicos que fazem parte de uma determinada rede. A formação dos laços depende do modo como acontecem as interações, que são as unidades básicas de ação e de troca entre os sujeitos e que ocorrem em cenários de curta duração. As interações assumem maior força e

influência nos laços à medida que se repetem, entre mesmos atores, em um período maior de tempo.

Os laços podem se constituir de vínculos formais, criados a partir de instituições e de relações de parentesco, e também de vínculos informais, construídos de forma espontânea e não intencional por meio do interesse e da disponibilidade dos sujeitos de estar em interação (Marques, 2007).

Uma das funções mais importantes dos laços é formar conexões que irão unir pares de atores e construir caminhos para intercâmbios de conteúdo. Os elementos trocados podem envolver recursos materiais, como dinheiro, bens, produtos, e recursos imateriais, como informações, afetos e ideias (Wasserman & Faust, 1994; Marques, 2007).

Borgatti et al. (2009) definem os conteúdos trocados por meio de laços como os “fluxos da rede”, caracterizando-os como elementos tangíveis e intangíveis, transmitidos por meio de interações, e que podem fortalecer os laços sociais, como no caso de informações e de crenças, por exemplo. A prevalência de trocas com determinados conteúdos forma tipos de laços específicos que, conseqüentemente, afetam a configuração da rede. Cada tipo de laço pode formar uma rede em separado; assim, mesmos atores poderão ter redes diferentes se o conteúdo intermediado for, por exemplo, informações para o trabalho ou amizade. No entanto, um mesmo laço pode intermediar conteúdos diversos de forma concomitante; é o fenômeno da “multiplexidade” que incide mais frequentemente nos chamados laços fortes.

### **1.6.1 A força dos laços.**

Além de configurar uma ligação entre atores e um canal para trocas de conteúdo, uma das características mais importantes do laço é a sua intensidade ou força. A força do laço pode ser definida a partir da combinação de quatro elementos principais e interdependentes:

quantidade de tempo envolvida no vínculo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos prestados (Granovetter, 1973).

Sendo assim, os laços considerados “fortes” são aqueles que envolvem mais afetividade, confiança, tempo de convivência, frequência na interação e reciprocidade entre os atores, contemplando geralmente relações de parentesco, conjugabilidade e amizade. É predominante em grupos mais coesos, com maior número de laços recíprocos entre seus membros. Por envolverem relações de afinidade, podem se sobrepor em esferas diferentes da vida social, caracterizando a multiplexidade, como no caso de amigos próximos que também trabalham juntos. É ainda comum que, quando um laço forte una dois atores, ambos estabeleçam vinculações com os mesmos atores na rede da qual fazem parte (Lemieux & Ouimet, 2012).

Os laços “fracos” referem-se preferencialmente aos “conhecidos”, como colegas de turma, amigos e parentes mais distantes e vizinhos afastados, onde os contatos são eventuais e há menos proximidade nas interações. Contudo, têm uma força bastante peculiar e importante nos processos sociais (Granovetter, 1973). Em estudo sobre formas de acesso a empregos entre profissionais moradores de um subúrbio na cidade de Boston, Granovetter concluiu que eram os conhecidos, e não os mais próximos, como familiares e amigos, que por meio de indicação ou repasse de informações promoviam o ingresso em um novo emprego. A capacidade de mobilizar pessoas conectadas por laços fracos, em redes e ambientes diferentes, potencializava o acesso a informações de emprego mais rapidamente e em maior quantidade, assumindo uma função importante na vida cotidiana.

Isso acontece porque os laços considerados fortes, responsáveis pela coesão social e oriundos de um círculo social íntimo, configuram uma rede social mais fechada, que oferece informação redundante e pouca inovação para seus componentes. Essas redes geralmente têm

uma quantidade bem limitada de membros. Já as redes formadas a partir de laços fracos, compostos por vínculos mais instáveis, são capazes de constituir estruturas mais abertas e dinâmicas, com uma quantidade maior de atores.

As redes de laços fracos são continuamente alimentadas por conteúdos e vínculos novos que ampliam a potência e a amplitude de suas conexões, podendo gerar mais oportunidades de benefícios para seus membros como, por exemplo, uma informação sobre uma vaga de emprego. Além disso, os laços fracos permitem a participação concomitante em um número maior e mais diversificado de redes sociais, pois não exigem grande investimento de tempo e de proximidade para se manterem.

Os laços fracos são capazes de estabelecer “pontes” entre grupos diferentes, encurtando os caminhos entre as pessoas, e sendo mais eficazes na difusão rápida de conteúdo. Daí a ideia de sua força. Possibilitam um alcance social mais amplo à medida que unem pessoas de grupos sociais distintos, seja em relação à vizinhança, amizade, trabalho ou parentesco. As ligações entre os atores marginais das redes, menos conectados internamente e, portanto, menos comprometidos com a continuidade das normas que regem os vínculos, potencializam a inovação nas redes envolvidas. Sendo assim, os laços fracos, especialmente aqueles que funcionam como pontes, desempenham um importante papel na funcionalidade das redes ao possibilitar novas conexões, que podem gerar normas mais adaptadas ao ambiente e acesso a novos recursos. Essa dinâmica demonstra que relações econômicas e sociais podem se entrelaçar no convívio social e as redes são os meios prioritários para que isso ocorra (Granovetter, 1973).

Cada tipo de laço, então, desempenha funções importantes que devem ser consideradas em estudos sobre redes sociais. Os laços fracos são fundamentais na

transmissão de informações e na mobilização política das redes, enquanto que os laços fortes devem ser analisados como fenômenos de coesão social (Marques, 2007).

### **1.6.2 Sobre as normas que regem os laços.**

Outro elemento importante acerca dos laços refere-se à construção de normas que irão regular o funcionamento dos vínculos. “Por definição, as normas dizem aos indivíduos como eles devem comportar-se e o que devem esperar dos outros (...), reduzem a incerteza e contribuem para definir ‘como devem ser as coisas’ num determinado grupo” (Portugal, 2007b, p.36).

Para Degenne (2009), as condições em que as interações acontecem estão associadas ao estabelecimento de normas coletivas. Quando, por exemplo, a relação entre os atores tende a se repetir ou indica uma diferença de papel ou de hierarquia (como no caso do militar que faz obrigatoriamente uma saudação ao seu superior), a definição de regras adquire uma função específica. Assim, quatro tipos de interação são destacadas pelo autor: as interações autônomas, a confrontação, as interações definidas por uma organização e as interações correlativas.

Na interação autônoma há um conhecimento mútuo prévio, baseado em experiências anteriores compartilhadas pelos atores ou tendo por referência uma cultura comum, que define as regras e diminui a incerteza na relação. Diferentemente desse contexto, na confrontação os atores não têm vínculo, as regras ainda não estão estabelecidas, sendo necessária a criação de normas de conduta por meio de negociação. Nas interações mediadas por uma organização, as normas que regem a relação já estão previamente definidas, ou pelo menos prescritas parcialmente, e devem ser obedecidas pelos atores. Já nas interações correlativas os atores assumem posições complementares que tornam necessária a sua

associação. Há uma interdependência entre os pares baseada em diferenças em suas características, como nas relações de trabalho.

Degenne (2009) assinala que essas interações só são totalmente distintas em circunstâncias ideais e que, na prática, condições diferentes podem ser combinadas. Há um padrão dinâmico nas redes de interações e nas relações que são criadas. Relações se transformam, algumas novas são construídas, outras desaparecem. Mas destaca-se a importância dos hábitos que criam normas para o dia a dia e diminuem os custos de uma negociação constante, principalmente em termos de desgaste de tempo e da instabilidade que provoca entre os atores. E para o estabelecimento compartilhado de normas, a confiança é um elemento fundamental pois funciona como uma garantia da reprodução de determinado papel social em uma relação, já que o comportamento do outro pode não ser totalmente previsível.

O nível de confiança pode depender de fatores culturais, da proximidade geográfica, como vizinhança de bairro, e da intensidade das trocas, mas pressupõe que as pessoas compartilhem uma mesma expectativa de comportamento. Para que a confiança cresça é necessário que as expectativas se concretizem, as normas e obrigações sociais sejam reconhecidas e cumpridas por todos os membros da rede. Assim, a criação de confiança envolve uma dose de incerteza e de imprevisibilidade, pois não há uma garantia total sobre a conduta do outro, associada à percepção de interdependência entre atores e a uma expectativa positiva de cumprimento da norma compartilhada (Lomnitz, 2009).

Dependendo dos tipos de relações que se estabelecem, a confiança pode apresentar dimensões diferenciadas. Luna e Velasco (2005) destacam que em redes complexas, de laços mais heterogêneos, podem ser identificadas três dimensões da confiança: a pessoal/normativa, a estratégica/calculada e a baseada em capacidades/prestígio. A confiança pessoal ou normativa está relacionada a normas, crenças e valores compartilhados que geram

um processo de identificação e de solidariedade social encontrado principalmente em comunidades e característico de redes de laços fortes. Na confiança estratégica, ou calculada, há uma percepção de interdependência de recursos e as pessoas colaboram entre si porque há uma expectativa de benefício e reciprocidade. No terceiro tipo, a confiança baseada nas capacidades ou prestígio dos membros da rede, a cooperação depende das características dos participantes e principalmente de suas capacidades, informação e conhecimento. Nas redes complexas, com atores com interesses mais diversificados e sem a predominância de laços fortes, essas três dimensões da confiança podem existir, tendendo ao equilíbrio, mas podem também se sobrepor, e até mesmo entrar em conflito.

Portugal (2007b) destaca um outro elemento importante na constituição de normas no âmbito de redes sociais, que é o reconhecimento de relações de reciprocidade, que se aproximam do modelo proposto por Marcel Mauss para entendimento das trocas entre atores.

Trata-se do sistema da dádiva, que pressupõe a obrigação de dar, receber e retribuir bens e serviços como forma de estabelecer vínculos sociais que contemplam aspectos religiosos, jurídicos e morais. Esse processo é permeado por símbolos que vão muito além do valor prático da coisa trocada e têm a função de estabelecer uma certa previsibilidade de comportamento entre grupos sociais diferentes que estão em interação. Forma-se um contrato de troca, aparentemente livre, que expressa a autonomia dos sujeitos em oferecer, receber e retribuir o presente, mas que traz, de forma subjacente, mecanismos de obrigação social dos quais não se pode fugir e que forjam um complexo conjunto de normas de conduta e convivência entre pessoas, famílias e clãs (Mauss, 2013).

Assim, o sistema da dádiva estabelece um conjunto de obrigações coletivas e circulares que formam associações e vínculos sociais característicos das sociedades tradicionais. Diferencia-se de sistemas de trocas das sociedades modernas, que tem por

referência o Mercado (dar-pagar) e o Estado (receber-devolver) (Martins, 2005). No entanto, segundo Mauss (2013) o sistema da dádiva encontra-se subjacente na sociedade contemporânea: “uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda” (Mauss, 2013, p. 111).

Em estudo sobre redes familiares e as que funcionam fora das relações de parentesco, Portugal (2007b) articula o sistema de trocas da dádiva à confiança e às normas criadas por meio dos laços. Nas redes baseadas em laços familiares, onde prevalecem relações de confiança pessoal e compromisso mútuo, é possível identificar elementos do sistema de dádiva, como reciprocidade, obrigatoriedade, autonomia, mas de uma forma complexa, permeada por contradições, tensões e conflitos. Assim, “a dependência dos apoios que fluem na rede choca com o princípio basilar da autonomia; (...) a norma da reciprocidade ilude a assimetria das trocas; o dom coexiste com o interesse utilitário” (Portugal, 2007b, p.52). Já nas redes formadas fora do âmbito familiar predominam laços mais fracos, onde a confiança pessoal é mais restrita. Assim, sobressai uma lógica de uma reciprocidade mais calculada, baseada em trocas mais pontuais entre pares, no recebimento do apoio e em sua justa retribuição para a manutenção do vínculo.

Nas proposições de Degenne (2009) e Portugal (2007b) é possível identificar laços e normas que se entrelaçam a partir de níveis ou aspectos diferentes de confiança (Luna & Velasco, 2005): desde a sua inexistência, em relações que exigem confrontações e negociações constantes para regular a interação; até a confiança pessoal, encontrada nas relações autônomas e nas familiares; a confiança estratégica, que se entrelaça às normas de

reciprocidade nas relações extrafamiliares; e a confiança baseada em capacidades, nas relações correlativas que pressupõem interdependência entre os atores.

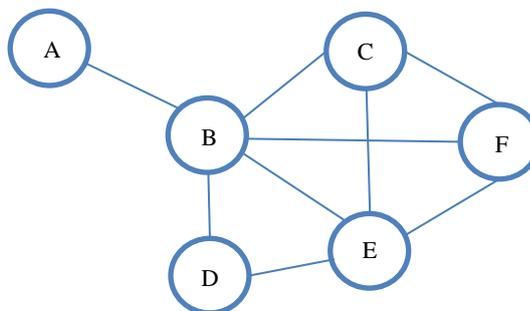
No próximo item, será abordada a importância e a influência do posicionamento do ator na rede para acesso aos conteúdos intermediados e para a formação de laços.

### **1.6.3 Posição do ator na rede: nível de centralidade nas relações.**

Para Borgatti et al. (2009), a posição do ator na rede indica limitações e oportunidades em seu comportamento, sendo esse um dos princípios mais fortes da teoria de redes. Pode indicar processos de influência (exemplo: pessoas adotam a mesma postura ou ideia de alguém com quem se relacionam) e de recebimento de benefícios diretos e indiretos por conta das conexões. Assim, o nível de “centralidade” adotada por atores na configuração de relações da rede é um aspecto fundamental em sua análise.

A centralidade pode ser representada de três formas: grau, proximidade e intermediariedade. A centralidade de grau mede as conexões diretas de cada ator na rede; aquele que possui a maior quantidade de laços diretos com outros atores, ocupará a posição mais central na rede. A centralidade de proximidade busca identificar o caminho mais curto entre dois atores, podendo ser representado por uma conexão direta. Um ator mais central deverá ter distâncias menores com os outros atores, já que estabelece um maior número de conexões diretas na rede. A centralidade de intermediariedade refere-se aos atores que ocupam posições de intermediação em relação às conexões de outros atores; pressupõem-se que quando um ator está em posição de intermediar a conexão de outros atores pode exercer mais coordenação e controle sobre os fluxos de troca (Lemieux & Ouimet, 2012).

Como mostrado na Figura 1, o ator B ocupa a posição central pois se conecta de forma direta com todos os outros atores da rede. Já o ator A ocupa posição de mais afastamento já que necessita da intermediação de B para acessar os outros atores da rede.



*Figura 1.* Rede representando relações entre atores. Adaptado de Lemieux e Ouimet (2012).

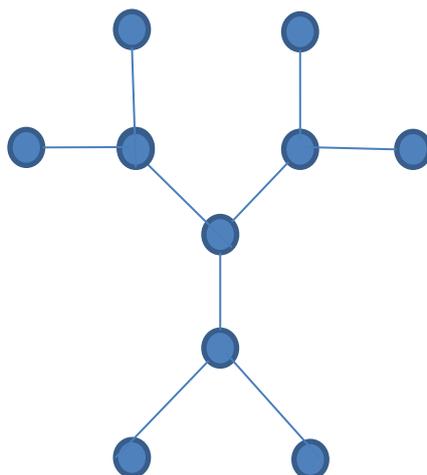
Mizruchi (2006) destaca especialmente a associação entre centralidade e poder na rede. Atores que desempenham o papel de ponte na intermediação de conteúdos entre outros membros, exercem maior poder na rede. Sujeitos que ocupam uma posição mais periférica e com menos conexões têm menos influência nas trocas e menos poder. Assim, na rede da Figura 1 o ator B exerceria um maior poder e capacidade de influência do que o ator A.

A Figura 2 representa dois modelos de configuração de rede. A estrutura da esquerda apresenta um padrão de relações considerado hierarquizado, pois o ator central é capaz de controlar o fluxo de trocas entre os outros quatro membros da rede, obtendo por isso mais poder. Na estrutura da direita, todas as conexões possíveis são estabelecidas sem que exista um agente central intermediando as relações, sendo, por isso, definida como “não hierárquica”. A possibilidade de influência fica diluída por toda a rede, gerando descentralização de poder. Essas duas estruturas apresentam, respectivamente, grau máximo e mínimo de centralidade e, portanto, de concentração de poder na rede.



*Figura 2.* Redes com estruturas hierárquica e não hierárquica. Adaptado de Mizruchi (2006).

Obviamente as configurações de rede podem assumir versões bem mais complexas que as apresentadas na Figura 2. Existem estruturas de rede onde mais de um ator ocupa posição de centralidade. Nesse caso as relações de centralidade podem ser mais complexas, já que os fluxos de poder estão diluídos entre vários atores, como representado na Figura 3. Nessa configuração, a capacidade de influência é partilhada por atores que medeiam relações com integrantes da rede que não estão ligados diretamente ao agente central. Mizruchi (2006) apresenta pesquisas onde os agentes centrais periféricos detêm mais poder de fato do que agentes com mais elevada centralidade global, o que indica que a centralidade deve ser analisada no conjunto de relações da rede.



*Figura 3.* Rede com mais de um ator em centralidade. Adaptado de Mizruchi (2006).

Castells (1999) analisa o processo de trabalho em rede em sua relação com poder e hierarquia e destaca três tipos de trabalhadores: os ativos na rede, capazes de realizar conexões de forma autônoma; os passivos, que fazem parte da rede, mas não decidem as conexões; e os desconectados, isolados em suas tarefas, sem conexão com o restante do grupo. Fica claro que a capacidade de fazer conexões dá mais centralidade ao agente, retirando-o da periferia da rede, e dando a ele mais autonomia e poder.

É possível reconhecer, ainda, na configuração da rede, a existência de estruturas denominadas cliques, “regiões densamente conectadas das redes em que a totalidade ou maioria dos agentes está diretamente ligada entre si” (Mizruchi, 2006, p.75), como no caso da rede não hierárquica apresentada na Figura 1 (desenho da direita). São subgrupos na rede onde há maior coesão e prevalência de laços fortes e os agentes tendem a se comportar de maneira semelhante, pois estão submetidos às mesmas influências inerentes às interações. Esta é a base da ideia de “equivalência estrutural” (Mizruchi, 2006).

A posição e o tipo de conexão estabelecida pelos atores da rede, influenciam fortemente o seu comportamento e definem sua identidade social, além de prover capital

social aos seus integrantes (Martes et al., 2006). A relação entre os estudos sobre redes sociais e capital social será analisada na seção seguinte.

### **1.7 Redes Sociais e Capital Social**

A análise de redes sociais foi recentemente associada à teoria do capital social. Nessa visão, as redes sociais estão articuladas ao capital social que os atores podem acessar para incrementar vantagens e oportunidades (Scott, 2000).

A noção de capital social, contudo, pode ser pensada de maneira mais ampla. Parte da ideia de que as pessoas podem dispor de recursos que não são apenas de natureza econômica, nem de caráter puramente pessoal, tendo origem na capacidade de estabelecer relações em determinados grupos, comunidades ou estratos sociais mais vastos. Assim, o capital social é um valor que se ampara e se constrói a partir de uma coletividade, baseado em normas de reciprocidade e confiança presentes em redes sociais (Lima, 2001). Na mesma linha, Portes (2000) destaca que a noção traz contribuições importantes à medida que ressalta elementos não materiais, como poder, influência e confiança, como grandes mediadores de relações sociais e, também, quando possibilita a discussão sobre os efeitos positivos e negativos da sociabilidade.

Para acessar o capital social é necessário fazer parte de um grupo, comunidade ou rede social que tenha desenvolvido normas próprias de convivência e um perfil de identidade que diferencie os atores pertencentes à sua estrutura social, daqueles que são de fora e, portanto, não aptos a receber benefícios. Confiança, solidariedade e reciprocidade são elementos imprescindíveis na mediação das relações entre os que possuem o capital social e as suas fontes, os doadores de benefícios como informação, proteção, recursos materiais e

financeiros, entre muitas outras formas de trocas que podem assumir. Os laços de sociabilidade geram um modo de organização social que não só favorece a realização de objetivos individuais mas, também, o fortalecimento do grupo (Portes, 2000).

Portugal (2007a) considera que a ideia de capital social, ao focar nas relações, não pode ser dissociada das redes sociais, e aponta os autores Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam como grandes pensadores dessa perspectiva.

Para Bourdieu (1980), a noção de capital social está entrelaçada ao funcionamento das redes de sociabilidade. As comunidades e os grupos são entendidos como redes de relações que mantêm durabilidade suficiente para gerar reconhecimento entre seus membros, permitindo a concentração de recursos, as trocas e a produção de capital social.

A ligação entre os membros da rede não acontece apenas por valores e identidades comuns ou por proximidade geográfica mas, sobretudo, pelo estabelecimento de vínculos úteis. Assim, as redes são o resultado de estratégias sociais que promovem a ligação entre indivíduos, produzindo benefícios materiais e simbólicos para os seus membros. O capital social que cada ator da rede pode dispor é proporcional à extensão das conexões mobilizadas por ele e à totalidade estimada dos recursos econômicos e culturais envolvidos nessas ligações. Interessante destacar que o uso dos recursos tem efeito multiplicador sobre o capital social inerente às redes de relações, ou seja, quanto mais se usa, mais se cria capital social. A perspectiva de Bourdieu mostra que as redes sociais não são um dado natural, antes, são construídas através de estratégias de investimento nas relações sociais, passíveis de serem utilizadas como fonte de benefícios (Portes, 2000; Portugal, 2007a).

Para Coleman (1988), a noção de capital social ajuda a compreender a ação individual, inevitavelmente situada entre a necessidade de alcance de objetivos pessoais e a participação em grupos governados por normas e obrigações coletivas. A atuação do sujeito

se situa em um campo de escolhas racionais, que buscam equilibrar as limitações impostas pelo grupo e as vantagens inerentes ao engajamento social. Assim, o funcionamento do capital social está relacionado ao modo de organização da estrutura social e à ação de atores inseridos em relações que geram normas e obrigações, mas também recompensas. A confiança compartilhada é a garantia de que as obrigações sejam cumpridas pelos membros do grupo.

O foco na função do capital social a partir do indivíduo é considerado como um ponto de aproximação entre Coleman e Bourdieu (Portes, 2000; Portugal, 2007a). Contudo, critica-se o delineamento impreciso dado ao termo por Coleman, que designa como capital social os processos que o geram, os benefícios de sua posse e o contexto social onde está inserido (Portes, 2000).

Segundo Portugal (2007a), Putnam avança nas proposições de Coleman e confere a elas uma forte dimensão coletiva, enfatizando aspectos como redes sociais, reciprocidade e confiança, mas destacando a sua importância para o engajamento cívico, entendido como a participação de cidadãos na sociedade civil. Analisando especificamente a sociedade norte americana, conclui que, com o gradual aumento do individualismo, houve uma consequente diminuição da participação em ações coletivas, desde atividades comunitárias na vizinhança até o comparecimento em votações eleitorais, o que levaria a uma deterioração das relações sociais como um todo. Essa tendência poderia ser revertida com a criação de novas formas de capital social, mais sintonizadas com as características da sociedade na atualidade.

Na perspectiva de Putnam, as associações voluntárias são a base para o engajamento cívico e o desenvolvimento da democracia, podendo ser representadas por associações de vizinhança e cooperativas, por exemplo. Estabelecem-se a partir de redes horizontais, compostas por atores com igual poder e com normas de reciprocidade, e por meio de um

sistema de participação que tornam os atores parceiros do Estado na implantação de políticas públicas. Essas ações revelam a existência de um capital social bem desenvolvido e o consequente fortalecimento da sociedade civil (Lima, 2001).

Diante dessas abordagens sobre o capital social, e reconhecendo ser este um fenômeno adaptável a contextos muito diversos, Portes (2000) delimita três funções básicas ou formas de configuração do capital social: como controle social, como apoio familiar e como redes extrafamiliares.

Inicialmente, fazer parte de uma coletividade, e se identificar com os seus valores, significa a aceitação das normas de convivência que regem o grupo. Qualquer desvio de conduta acarreta sanções sociais, pois para que o sistema de confiança e reciprocidade funcione a comunidade precisa assegurar o respeito às regras. Nesse sentido, a existência de capital social em um determinado grupo engendra também um maior controle social sobre as ações de seus membros, “pois a própria coletividade atua de forma a garantir que todas as dívidas contraídas serão pagas” (Portes, 2000, p.139).

A função do capital social, como apoio familiar, pode ser detectada sobretudo em casos de famílias que perdem a segurança dos laços comunitários e até as referências culturais como no caso da migração, por exemplo. O núcleo familiar torna-se, durante um determinado período, a principal base de apoio e de sociabilidade para seus membros que, posteriormente, expandem os seus vínculos.

Nesse processo de ampliação de laços, as redes extrafamiliares podem assumir uma importância crescente e se tornar uma fonte valiosa de suporte social. Em casos de comunidades de migrantes, o funcionamento das redes sociais extrafamiliares potencializa o acesso a empregos ou o apoio a novos empreendimentos, gerando maior movimentação de recursos e mais capital social.

Tanto os laços familiares como extrafamiliares podem se articular em redes de apoio social que funcionam como fonte de suporte afetivo e de recursos materiais para os seus membros, servindo como referência na construção de valores e proporcionando sensação de proteção e bem-estar. Os benefícios oriundos das redes de apoio envolvem auxílio no trabalho doméstico, cuidado de crianças e idosos, transmissão de informações relacionadas a oportunidades de educação e trabalho e ajuda material e financeira. Os vínculos solidários que compõem a rede de apoio são considerados suportes imprescindíveis para a superação de desafios e enfrentamento dos riscos inerentes à vida social, especialmente em grupos mais vulneráveis (Cardoso, Kraemer, & Dell’Aglia, 2006; Silva, Pontes, Lima, & Maluschke, 2010).

Interessante destacar que Portes (2000) assinala o caráter dinâmico da interação entre os três modos de capital social, assim como seus possíveis efeitos positivos e negativos, dependendo do contexto. Dessa forma, em comunidades mais fechadas, o desejo de manter o controle social e a estabilidade das normas de convivência pode gerar menor acesso a novas relações, podendo reforçar um ciclo de isolamento e pobreza. O confronto com a necessidade de ampliação das conexões e de formação de redes extrafamiliares com códigos diferentes, pode gerar tensão, conflito e até a deterioração do tecido social. É necessário equilibrar as necessidades dos atores e dos grupos, os movimentos de conservação e de inovação, para que o capital social possa permanecer como um valor social importante.

Por meio desse equilíbrio, a mobilização do capital social nas redes sociais é considerada um fator positivo para os grupos que o detém, pois potencializaria, além do suporte social imediato, o desenvolvimento de um certo caráter emancipatório nesses sujeitos. Esse processo seria fundamental no movimento de reconstrução do tecido social e de busca de cidadania e de direitos. Não se trata de prescindir das ações do Estado como

garantidor da proteção social, como apregoa a ideologia neoliberal, mas de uma sociedade civil capaz de buscar “regras claras e estáveis nas relações Estado-Sociedade e um aparelho estatal eficiente no atendimento das necessidades sociais” (Lima, 2001, p.47).

O capital social existe em função de uma coletividade, constituindo-se como um bem imaterial que contempla solidariedade, confiança e reciprocidade. Habitualmente faz parte de redes sociais mais coesas, mas também pode ser encontrado em redes mais dinâmicas e diversas, contanto que exista confiança entre seus membros. Quanto mais as redes baseadas em confiança funcionam em suas trocas, mais se potencializa a formação de capital social, o que pode ser identificado no estudo com redes socioprodutivas entre feirantes (Santos et al., 2014). E também em pesquisas como as de Conserva (2004) e Lima & Conserva (2006) que detectaram a importância das redes sociais como suporte necessário para a realização do trabalho em situação de precarização, como no caso de atividades informais de trabalhadores ambulantes.

Nesse contexto, fica a seguinte indagação: a experiência de construção de redes sociais, ao potencializar o compartilhamento de recursos e a formação de capital social, quando em um contexto laboral, pode potencializar também movimentos de transformação do próprio trabalho? Buscando dar encaminhamento a essas questões, a seguir serão descritas as características do ambiente da feira onde será realizada a pesquisa empírica.

## **1.8 Fazendo a Feira**

As feiras tradicionalmente remetem a espaços itinerantes ou provisórios onde pessoas se reúnem para efetivar trocas e intercâmbio de produtos em geral. As origens das grandes feiras remontam à Europa do século XI, tendo atingido maior desenvolvimento a partir do

século XIII, com as feiras medievais que duravam cerca de seis semanas cada uma, e se revezavam em regiões diferentes durante o transcorrer do ano (Jaguaribe, 2001). Com o renascimento do comércio no início da Idade Moderna, o aumento da população e o excedente de produtos, as feiras se multiplicaram e se associaram ao surgimento e crescimento das cidades. No Brasil, a tradição do comércio em espaços ao ar livre se inicia com a colonização portuguesa (Dantas, 2008).

No Nordeste e, especialmente no Ceará, o surgimento das feiras esteve associado à atividade econômica promovida pela agricultura e pecuária. Os vaqueiros abriam caminhos pelo interior do estado para transporte de gado, passando por cidades e povoados e fazendo girar a economia e o comércio nessas localidades distantes dos grandes centros no litoral. Vários novos vilarejos foram nascendo, a população foi aumentando e a realização das feiras começou a se tornar mais sistemática a partir da segunda metade do século XIX, inicialmente para o comércio de produtos alimentares e, depois, expandindo-se para outras mercadorias e especialidades (Vieira, 2003).

Mesmo com a decadência das feiras de gado, as feiras em geral não perderam sua força no Nordeste e, na atualidade, formam espaços tradicionais para encontros cotidianos e trocas comerciais associadas à economia popular. Aglutinam espaços de sociabilidade e de manifestações culturais, criando tipos específicos de organização social e temporal. O comércio fixo e regular se beneficia economicamente da movimentação e do fluxo de pessoas propiciado pelas feiras, estabelecendo uma convivência aparentemente contraditória, mas interdependente. Muitos feirantes abastecem suas bancas com mercadorias provenientes do comércio formal de atacado e são eles próprios clientes de comerciantes da região onde se estabelecem (Dantas, 2008).

No âmbito dessa herança, destaca-se o fenômeno de surgimento e crescimento de grandes feiras de confecções, realizadas no período da noite e da madrugada, que agregam amplos polos de produção e venda de mercadorias a preços baixos. No estado de Pernambuco as feiras da “Sulanca” acontecem nos municípios de Caruaru, Santa Cruz e Toritama, e reúnem milhares de trabalhadores informais que atuam na fabricação de mercadorias, confecções e jeans, e na sua comercialização. Tudo começou a partir da produção de roupas, realizada por costureiras artesanais que aproveitavam restos de tecidos, especialmente retalhos de helanca, na produção de roupa íntima e de malha, culminando com a criação da feira na década de 1960. Atualmente, as unidades produtivas utilizam trabalho familiar e o serviço de facções para efetivação da costura de peças e fornecem mercadorias a um baixo custo para feirantes e sacoleiros, ou para a venda direta na feira. A produção, que acontece em alta quantidade e depende da demanda semanal de produtos, acontece nos domicílios e cria um espaço de trabalho caótico que mistura móveis com máquinas de costura e mercadorias estocadas (Lima & Soares, 2002).

Uma grande feira de confecções, localizada no bairro do Centro, na cidade de Fortaleza – CE, nas imediações da Catedral Metropolitana e do Mercado Central, atua de maneira muito similar à feira da Sulanca. É a conhecida feira de roupas da Catedral ou da rua José Avelino.

Essa feira se caracteriza por ser um amplo espaço de comércio popular que atrai compradores de várias cidades das regiões Norte e Nordeste e pode contar, em sua totalidade, com até sete mil feirantes nos períodos de alta estação. Estima-se que o volume de negócios em cada edição da feira possa variar de R\$ 5 milhões a R\$ 20 milhões, sendo considerado um dos três maiores polos de comércio de confecções do Nordeste, ao lado dos municípios de Caruaru e Santa Cruz em Pernambuco. Os principais produtos comercializados na feira são

confeções em jeans, malharia, acessórios, calçados, moda feminina, masculina e infantil que, em sua maioria, são produzidos pelos próprios feirantes em pequenas fábricas em seus domicílios e em parceria com facções. A feira acontece no período da noite e madrugada, iniciando às 19 horas e indo até as 8 horas da manhã, em dias de quarta e sábado (Cabral, 2013).

A feira de roupas da Catedral faz parte de uma complexa rede de comércio informal que vem se desenvolvendo nos últimos anos, muitas vezes de maneira desordenada, ocupando com bancas e mercadorias várias ruas, calçadas e galpões no centro da cidade. A Figura 4 mostra um dia de funcionamento da feira de roupas.



*Figura 4.* Imagem da feira de roupas na rua José Avelino na cidade de Fortaleza - CE (reproduzido de O Povo, 2012).

A feira de roupas e a produção das mercadorias que são comercializadas continuou aumentando, inclusive em períodos de maior crescimento econômico e declínio das taxas de desemprego no país. A cada tentativa de ordenamento por parte do poder público e limitação

do espaço da feira, novos locais de venda surgem. A diversidade de espaços da feira faz com que exista uma rivalidade latente entre os feirantes que trabalham na rua e aqueles que têm pontos fixos em galpões. Estes últimos arcam com maiores custos e acreditam que as melhores oportunidades de venda estão na rua, no contato direto com o cliente (Chaves, 2012).

Tendo em vista esses elementos, a feira revela-se um espaço dinâmico que abriga potencialidades e contradições. Como destaca Vieira (2003), “fazer” a feira conjuga uma trama complexa de relações e significados, construídos em espaços transitórios que podem aglutinar múltiplas funções: como centro de comércio, consumo e circulação de mercadorias, como local de trabalho e sobrevivência, e como lugar de encontro, espaço de sociabilidade onde se tecem relações e se preservam as tradições da cultura popular. Esses muitos cenários se encontram, enfim, em “uma ampla rede dentro da qual se processam interações e recriações” (Vieira, 2003, p.121).

Considerando que as realidades de trabalho no Brasil são diversas, múltiplas, e cada região, lugar e contexto, apresenta especificidades e singularidades, e que o ambiente da feira mostra um rico e complexo mosaico de intercâmbios econômicos e sociais, optou-se por investigar, na parte empírica desta tese, a feira de roupas no entorno da Catedral Metropolitana de Fortaleza.

### **1.9 Redes Sociais e Trabalho entre Feirantes: Pressupostos e Objetivos**

Finalizando os caminhos de discussão teórica desta tese, é possível apresentar os pressupostos que norteiam esta investigação.

Segue-se a perspectiva do construcionismo em sua articulação com a Psicologia Social (Spink & Frezza, 2000; Spink & Medrado, 2000). Nessa abordagem, a sociedade é uma realidade cuja objetividade passa por um processo socialmente construído. É necessário se “desfamiliarizar” com aquilo que parece uma realidade fechada, completa, e buscar compreender nos fatos considerados verdadeiros, convenções humanas que revelam contextos históricos e culturais demarcados, que constroem “versões de mundo”. Não há dualidade entre sujeito e objeto, pois ambos são concebidos como construções sócio históricas que se entrelaçam.

O conhecimento não é um dado estático, isolado em si, mas uma elaboração coletiva, que “ressignifica” continuamente ideias e crenças, criando novos conteúdos e permitindo a coexistência entre o velho e o novo. Recebem-se prescrições, hábitos e normas sociais já existentes por meio da socialização, gerando uma objetividade percebida, mas criam-se novos significados a partir daí, possibilitando a transformação social. Assim, interessa à investigação construcionista “a compreensão das ações e práticas sociais e, sobretudo, dos sistemas de significação que dão sentido ao mundo” (Spink & Medrado, 2000, p.60).

O intercâmbio social e as interações são elementos fundamentais nesse processo. Buscam-se os entendimentos compartilhados, as conversações, os termos linguísticos e as práticas que revelam os sentidos produzidos pelas pessoas em relação, para que possam lidar com as situações e fazeres cotidianos que perpassam suas vidas. Pressupõem-se o acesso a espaços de intersubjetividade ou interpessoalidade que são permeados por ações, diálogos, negociações e trocas simbólicas que compõem a dinâmica das relações sociais, constroem e fornecem sentido ao mundo e ao tempo vivido (Spink & Frezza, 2000; Spink & Medrado, 2000).

A perspectiva do construcionismo articula-se, assim, à noção de que a ação social e a produção de sentidos ocorrem no cotidiano e em micro-lugares (Spink, 2008). Também pode ser alinhada à abordagem da análise de redes sociais e à ideia da sociologia relacional (Marques, 2007), que foca o entendimento das relações. Seguindo a linha de argumentação de Coutinho (2009), considera-se, ainda, que o construcionismo pode ser aliado à abordagem sócio histórica - que serviu de referência no delineamento da noção de sujeito e subjetividade efetivada no início deste capítulo - pois possuem um modo semelhante de conceber a relação entre sujeito e realidade social, superando a dualidade sujeito e objeto. Além disso, é coerente com o delineamento qualitativo da pesquisa empírica.

Essas perspectivas fornecem a base teórica e metodológica necessária para se pensar a categoria trabalho em articulação com a constituição das redes sociais, enfatizando fundamentalmente a interação e a formação de relações que constroem e transformam sentidos e realidades sociais para determinadas pessoas e grupos. Assim, considerando que a proposta deste estudo é compreender como trabalhadores na informalidade constroem vivências e práticas laborais articuladas em redes sociais, estabelecendo sentidos e uma realidade de trabalho diferenciada, seguem-se alguns pressupostos.

A precarização e a informalidade são processos econômicos e sociais distintos, mas que se entrelaçam na atualidade e podem ser associados a contextos de instabilidade e de insegurança laboral que estão longe do modelo de emprego formal. Esses processos se articulam a determinadas formas de vivenciar o trabalho e a práticas cotidianas construídas pelos trabalhadores. No caso da precarização, ligada a uma nova cultura do trabalho no capitalismo flexível, vivencia-se o aumento da competitividade, do individualismo e da fragmentação do laço social, o que causa sofrimento subjetivo. Na informalidade, que também se associa ao processo de precarização e flexibilidade na atualidade, há a

possibilidade de formação de redes sociais como modo de associação entre trabalhadores para ordenamento do trabalho e para enfrentamento de seus desafios cotidianos. Essas relações podem assumir formatos que envolvem laços familiares, de amizade e de confiança e o estabelecimento de normas de convivência entre os trabalhadores.

Assim, a tese que se propõe aqui parte do pressuposto de que redes sociais podem ser criadas e mobilizadas no dia a dia das interações entre os sujeitos e se entrelaçam ao trabalho na informalidade, sendo um arranjo importante em sua ordenação cotidiana. E ainda que, a formação de redes de relações entre trabalhadores informais fornece um contraponto às vivências de individualismo e de fragmentação social, presentes na cultura do capitalismo flexível, e pode evidenciar aspectos positivos, à medida que produz novos sentidos e realidades sociais. A articulação das redes sociais com a criação e o uso de capital social no contexto de trabalho é um aspecto importante desse processo, ao resgatar o senso de coletividade e potencializar suporte social e confiança entre sujeitos trabalhadores.

Considera-se que este estudo apresenta originalidade ao buscar investigar essas proposições em uma feira, já que se trata de um espaço tradicional de sociabilidade, mas também onde impera a realidade econômica de mercado, girando em torno das dinâmicas de compra, venda e concorrência. E, especialmente, no contexto da feira de roupas no centro da cidade de Fortaleza, que vêm crescendo a cada ano, atraindo mais trabalhadores, em meio a tentativas de reordenamento e de conflito com o poder público (Feitosa, 2015). Espera-se também que o uso do método de análise de redes sociais, com a elaboração dos diagramas das redes formadas entre feirantes, agregue dados e ofereça mais subsídios sobre essa realidade, com o mapeamento das relações entre trabalhadores e suas características.

Assim, considerando esses pressupostos, definiu-se como objetivo geral desta investigação analisar as redes sociais entre feirantes e sua articulação com trabalhos e vivências no contexto de informalidade de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza - CE.

Como objetivos específicos foram propostos:

1 - Definir as características estruturais e relacionais das redes sociais formadas entre os feirantes e sua interligação na feira;

2 - Articular as redes sociais com os modos de ordenação do trabalho de feirantes no contexto da informalidade.

3 - Delinear as características dos laços e das normas que compõem as redes de trabalho e de confiança entre feirantes e sua articulação com a mobilização de capital social na feira.

4 - Compreender a articulação entre as redes sociais e as vivências de trabalho entre feirantes, considerando o contexto laboral de precarização e de informalidade.

A partir daqui é necessário ouvir as histórias dos sujeitos e de suas relações, delineando os modos de funcionamento dos processos laborais efetivados para a melhor compreensão dessas questões. É o que se propõe a seguir com a descrição do método de pesquisa e a análise dos dados empíricos coletados na feira.

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO**

### **2.1 Delineamento da Pesquisa**

Tendo em vista o objeto de estudo e o referencial teórico adotado, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo, contemplando os seguintes aspectos gerais: a realização da coleta de dados em ambiente natural, próprio do cotidiano dos participantes, com o intuito de apreender sua realidade singular e social; a abertura para a emergência de categorias no próprio processo de investigação, em uma relação interativa entre pesquisador e participantes; a postura de não neutralidade do pesquisador em suas observações, interpretando os dados a partir de seu contexto social e histórico e, também, questionando continuamente valores e vieses envolvidos em suas análises; e a utilização de uma ou mais estratégias de investigação (Creswell, 2007).

Seguindo o delineamento qualitativo, a pesquisa acompanha o referencial do construcionismo social, partindo da ideia de que os significados sobre processos e objetos são construídos pelos sujeitos na interação social (Silverman, 2009). Sendo assim, pressupõem-se

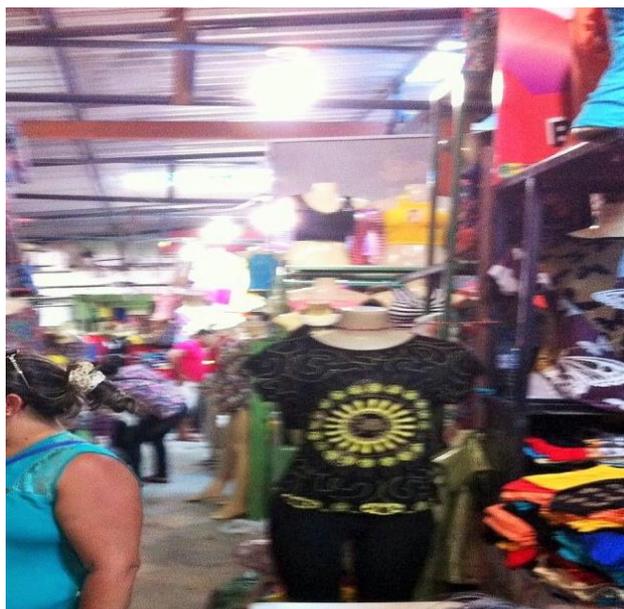
que não há uma verdade a ser buscada, mas um entrelaçamento de verdades subjetivas a serem conhecidas, tendo como referência determinados contextos. O objeto de estudo da pesquisa foi investigado por meio da observação e dos relatos apresentados pelos sujeitos acerca de aspectos de seu trabalho e dos processos de interação ali existentes.

Optou-se pelo estudo de caso como estratégia metodológica. Há pertinência no uso de estudos de caso na investigação de redes devido ao nível de detalhamento de dados alcançado e a possibilidade de comparação com outros contextos sociais, gerando informações sobre as variáveis envolvidas em cada caso (Marques, 2007).

## **2.2 Local da pesquisa**

Foi escolhido para a investigação empírica um galpão que se constitui em um dos espaços da feira de roupas da Catedral ou José Avelino no centro de Fortaleza (item 1.8). Optou-se pela investigação de um galpão por ser um espaço mais estável onde feirantes têm pontos fixos, sem itinerância de bancas, e mais tranquilo para a realização das entrevistas. A escolha do galpão onde ocorreu a coleta de dados aconteceu por meio da indicação de familiares da pesquisadora que atuavam como feirantes. Assim, a própria pesquisadora encontra-se de alguma forma “enredada” na trama das redes sociais.

As informações sobre o galpão pesquisado foram fornecidas por um de seus gestores, entrevistado no início do processo de coleta de dados. Segundo seu relato, o galpão comporta aproximadamente 500 bancas, além de 15 lojas pequenas, que se organizam em grandes corredores para a exposição das mercadorias. As Figuras 5 e 6 ilustram um pouco da estrutura do galpão e das bancas.



*Figura 5.* Imagem da feira de roupas no galpão pesquisado.



*Figura 6.* Imagem de bancas no galpão pesquisado.

O galpão em questão existe há sete anos. Era um antigo estacionamento que teve seu espaço transformado para abrigar a feira de roupas e iniciou seu funcionamento com 60

bancas. As confecções são o principal produto do galpão, mas também são vendidos calçados, bolsas e acessórios. Entre as confecções, as mercadorias mais vendidas são as chamadas “modinhas”, roupas femininas, principalmente blusas, mas também é possível encontrar jeans, vestidos, roupas infantis e masculinas. O valor do ponto de cada banca varia de R\$10.000,00 a R\$40.000,00, dependendo do porte e localização. A taxa de condomínio padrão é de R\$60,00 semanais. Quatro sócios trabalham em sua administração e mais 17 funcionários, entre esses, secretária, segurança e zeladores. No galpão existe oferta de serviços de alimentação por meio de um restaurante e de quatro lanchonetes. O horário de funcionamento da feira é de três da manhã até as duas da tarde nos dias de quarta, quinta, sábado e domingo.

O sucesso da feira é garantido pela captação de clientes, principalmente sacoleiros, por meio de propaganda em diversas mídias e da relação com os guias de turismo que trazem compradores de vários estados do Norte e Nordeste para o galpão, mediante o recebimento de uma gratificação. O informante entrevistado destaca que as mercadorias e os preços são os mesmos de outros espaços de realização da feira, como ruas e galpões do entorno, e o que diferencia a feira do galpão em estudo é a organização e a segurança.

### **2.3 Participantes**

A proposta da pesquisa incluiu conhecer a realidade de trabalhadores que atuavam em bancas desse galpão, especificamente feirantes que estavam em atividade na comercialização de produtos no momento da coleta de dados. Foram excluídos os demais trabalhadores da feira como carregadores, seguranças e vendedores ambulantes de produtos diversos e,

também, os feirantes que exerciam seu trabalho a partir de um vínculo empregatício formal com carteira assinada.

Os participantes foram escolhidos por conveniência, considerando a sua disponibilidade em participar da pesquisa. Buscou-se também entrevistar feirantes indicados por quem já tinha sido entrevistado com o intuito de ampliar as redes detectadas, procedimento que será explicado mais adiante. A quantidade total de participantes seguiu o princípio de saturação, que indica que a coleta deve ser encerrada quando os dados obtidos começarem a ficar redundantes (Godoi & Mattos, 2010).

Dessa forma, 17 feirantes que atuavam em 13 bancas diferentes do galpão participaram da pesquisa. Todos os participantes eram mulheres, o que não foi intencional, mas decorrente do fato de que a maioria dos feirantes no galpão era composta por mulheres.

A idade das participantes variou entre 20 e 56 anos, sendo a média, 34 anos. A maioria (9) era natural da cidade de Fortaleza, e 8 delas haviam nascido em cidades do interior do estado como Pentecoste, Maranguape, Caucaia, Jaguaribe, Camocim, Aracati e Miraima, e em Parnaíba, no estado do Piauí. A maioria (10) se declarou casada ou com companheiro estável; 6 se declararam solteiras e 1 separada. Em relação à escolaridade, a maioria (11) possuía o ensino médio completo, 4 o ensino fundamental, 1 ensino fundamental incompleto e 1 ensino superior completo.

A maioria (12) das entrevistadas trabalhava em bancas onde apenas uma feirante atuava no processo de comercialização de produtos em cada dia de realização da feira. Em contraponto, 5 entrevistadas trabalhavam em uma mesma banca. A média de tempo de trabalho como feirante era de 7 anos e, como feirante no galpão, de 4 anos. Na maioria dos casos (9), o trabalho como feirante em outros espaços antecedia o trabalho no galpão do estudo.

Indagou-se às entrevistadas sobre qual seria a faixa de remuneração pessoal conseguida por meio do trabalho na feira. A maioria (8) declarou receber entre R\$ 600,00 e R\$ 1.350,00; as 9 feirantes restantes se distribuíram em outras faixas de renda (até R\$ 600,00; entre R\$ 1.350,00 e R\$ 2.250,00; entre R\$ 2.250,00 e R\$ 4.000,00; e entre R\$ 4.000,00 e R\$ 7.800,00). A maioria (12) não pagava por nenhum tipo de proteção trabalhista; 3 se declararam vinculadas ao programa Empreendedor Individual, 1 estava filiada ao INSS como autônomo e 1 possuía previdência privada.

A maioria (12) das feirantes era dona do ponto de sua banca, de modo individual ou em parceria. Cinco trabalhavam apenas como vendedoras e ganhavam por dia de trabalho. Entre as donas de banca, 10 eram fabricantes das mercadorias vendidas e 2 comercializam produtos adquiridos de fornecedores.

A Tabela 1 descreve algumas das características das participantes, já utilizando a forma de designação usada para garantir o seu anonimato na análise dos dados.

**Tabela 1**  
*Caraterísticas das Participantes da Pesquisa*

N.	Participantes	Idade	Banca	Feirantes na banca	Função na banca	Tempo como feirante (Anos)	Tempo de trabalho no galpão X (Anos)	Renda pessoal (Reais)
1	BAT	33	A	5	Vendedora/ Dona da banca	10	6	2.250,00- 4.000,00
2	VNE	26	A	5	Vendedora/ Dona da banca	7	6	2.250,00- 4.000,00
3	SDP	21	A	5	Vendedora	3	3	600,00- 1.350,00
4	REG	25	A	5	Vendedora	1 1/2	1 1/2	600,00- 1.350,00
5	CCA	27	A	5	Vendedora	4	2	600,00- 1.350,00
6	RGS	32	B	1	Vendedora/ Dona da banca	22	6	1.350- 2.250,00

7	LMO	32	C	1	Vendedora/ Dona da banca	13	5	4.000,00- 7.800,00
8	FJR	30	D	1	Vendedora/ Dona da banca	3	3	600,00- 1.350,00
9	GOE	34	E	1	Vendedora/ Dona da banca	16	3	0-600,00
10	KTS	56	F	1	Vendedora	2	1	0-600,00
11	FPL	27	G	1	Vendedora/ Dona da banca	2	2	600,00- 1.350,00
12	FVP	47	H	1	Vendedora	8	1 1/2	600,00- 1.350,00
13	CGB	20	I	1	Vendedora/ Dona da banca	4	4	1.350- 2.250,00
14	SDS	31	J	1	Vendedora/ Dona da banca	4	4	600,00- 1.350,00
15	FWZ	38	K	1	Vendedora/ Dona da banca	11	8	600,00- 1.350,00
16	DRG	47	L	1	Vendedora/ Dona da banca	5	5	4.000,00- 7.800,00
17	PTM	53	M	1	Vendedora/ Dona da banca	5	5	2.250,00- 4.000,00

## 2.4 Técnicas de Coleta de Dados

Como técnicas para a coleta de dados foram utilizadas a observação simples e a entrevista, como descrito a seguir.

### *Observações*

Os sujeitos, o cenário e o comportamento social que se desenrolam no espaço da feira e, sobretudo, as condições de trabalho dos feirantes foram o foco da observação. Para registro dos dados foram utilizadas notas de campo, geralmente usadas em pesquisas etnográficas, mas que podem ser um recurso valioso nos estudos qualitativos em geral (Gibbs, 2009). As

notas de campo serviram para registro das experiências e vivências ocorridas durante o processo de coleta de dados, como a postura do entrevistado, pessoas presentes à entrevista, linguagem corporal e informações adicionais fornecidas depois de terminada a gravação da entrevista. Os dados foram registrados no momento de sua ocorrência ou logo após para evitar esquecimentos.

### *Entrevistas*

As entrevistas se constituíram em três segmentos distintos. Na primeira parte foi solicitado às entrevistadas que respondessem a um breve questionário sócio demográfico laboral sobre suas características gerais como: nome, sexo, faixa etária, naturalidade, escolaridade, estado civil, tempo de trabalho em feira de roupas, tempo no galpão, faixa de renda, vínculo laboral informal e função na banca (ver Apêndice A).

Na segunda parte, por meio das entrevistas propriamente ditas, buscou-se o acesso às experiências das participantes e à produção de sentidos acerca do objeto investigado. Optou-se pelo uso da entrevista qualitativa baseada em roteiro (Godoi & Mattos, 2010).

O roteiro utilizado foi previamente avaliado por meio da realização de entrevistas com quatro feirantes. Por não ter havido mudança substancial no roteiro e conteúdo abordado, essas entrevistas iniciais foram integradas ao conjunto de dados analisados. O roteiro continha as seguintes categorias: trajetória laboral, modos de ordenação do trabalho, mapeamento das redes sociais na feira, laços, trocas e normas de convivência, capacidade de associação e sentidos do trabalho (o roteiro completo da entrevista pode ser visto no Apêndice B).

Integrando esse roteiro, a terceira parte consistiu no mapeamento das redes, por meio de um “gerador de nomes” (Marin & Hampton, 2007). A técnica consiste em solicitar ao respondente, denominado de *ego*, que indique nomes de pessoas com quem mantém laços, os

*alters*, e descreva as ligações existentes entre si (ego) e os *alters* citados. A técnica é válida sobretudo em casos em que se pretende mapear um subconjunto dos laços que o respondente possui com um grupo de pessoas em um contexto específico, como é o caso desta pesquisa que tem seu foco no ambiente de trabalho. As duas perguntas principais para traçar as redes foram: a primeira, “quem você conhece na feira?”; e a segunda, “desses que você indicou, quem são aqueles que mais ajudam no seu trabalho?”. Buscou-se com essas duas perguntas a obtenção de subsídios para a identificação da intensidade da força dos laços. Para configuração da rede de confiança usou-se, ainda, a pergunta “em quem você confia na feira?”. Com esse delineamento foi possível identificar o tamanho da rede de cada feirante entrevistado (ego) e estabelecer comparações entre os respondentes.

Na geração de nomes, utilizou-se o procedimento descrito por Wasserman e Faust (1994), composto de:

(1) *free recall* (lembrança livre): os nomes das pessoas com quem o entrevistado mantém vínculos no trabalho foram gerados livremente sem a utilização de listas prévias de nomes;

(2) *free choice* (escolha livre): não houve limitação para o número de atores indicados pelo respondente; e

(3) *ratings* (ordenação): os entrevistados foram perguntados sobre a ordem de importância dos atores que faziam parte de suas relações de trabalho, mostrando o valor e a importância dos laços.

O roteiro de entrevista, combinado à técnica de geração de nomes, buscou unir elementos relacionados ao mapeamento das redes sociais das participantes a aspectos da singularidade de sua história de vida e trajetória laboral, articulando as redes sociais com características de seus atores, como proposto por Marques (2012).

Optou-se pela investigação e desenho de “redes egocentradas”, estruturadas a partir das indicações de um ator central, explorando as conexões entre o ego e os alters. Esse método aplica-se em contextos de redes abertas e pode gerar informações importantes sobre subgrupos (cliques), assim como potencialidades e restrições de atuação dos componentes da rede (Hanneman, 2001).

Além da investigação das relações entre os egos e seus alters, por meio de informações fornecidas pelos próprios egos, procurou-se entrevistar diretamente os feirantes indicados como pertencentes à rede do ego. Assim, foram surgindo “redes ampliadas”, que tinham vários egos como pontos de conexão. O intuito foi dar voz aos sujeitos que tiveram suas histórias entrelaçadas com o surgimento e desenvolvimento das redes sociais no ambiente da feira. No entanto, no processo, muitos feirantes indicados não se mostraram disponíveis para participação na pesquisa, o que gerou limitações gerais, especificamente, no caso de duas entrevistadas que não tiveram suas redes sociais ampliadas por esse motivo.

A totalidade dos nomes que compunham as redes sociais de cada feirante foi se desenrolando durante a entrevista, em momentos em que o sujeito foi contando como entrou e se estabeleceu na feira, como produzia suas mercadorias, como construía suas relações, entre outros aspectos. A rede ia se revelando aos poucos, por meio das falas das participantes. As informações iam se cruzando e articulando em um grande mosaico que compunha a dinamicidade da rede.

## **2.5 Procedimentos de coleta**

Inicialmente, como já explicitado, foram coletadas informações sobre o galpão onde acontece a feira de roupas objeto da pesquisa: tempo de existência, surgimento e processo de

formação da feira, quantidade de bancas, estrutura física, funcionamento geral do galpão, condições de trabalho, movimentação de clientes, entre outros. Essa etapa foi fundamental para a compreensão das formas de organização do espaço da feira no galpão. Os instrumentos de coleta de dados utilizados nessa etapa foram observações e a entrevista com um dos gestores do galpão. O teste do roteiro de entrevistas ocorreu no final de 2014 e as demais entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e julho de 2015.

A partir daí foram realizados os procedimentos para o mapeamento das redes sociais dos feirantes. Os participantes, responsáveis pela comercialização direta de produtos na banca no momento da coleta, foram abordados no próprio local de trabalho. Sempre que possíveis clientes se aproximavam, a entrevista era interrompida, o que se tornou mais uma oportunidade de observação do processo de trabalho do feirante.

A realização das entrevistas aconteceu principalmente nas últimas horas de funcionamento da feira, no final da manhã, período em que o fluxo de clientes era menor. Essa estratégia permitiu o acesso aos feirantes em um momento de maior ociosidade, e possível disponibilidade para a entrevista, mas também de maior cansaço, já ao final da sua jornada de trabalho. O fato das entrevistas acontecerem no ambiente da feira foi fundamental pois permitiu o acesso aos feirantes e a observação do processo de trabalho, mas percebeu-se certa resistência com o fornecimento de informações sobre a faixa de renda, por exemplo, já que se tratava de um local de livre circulação de outros feirantes e possíveis concorrentes.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para melhor registro e aproveitamento dos dados, sendo resguardado o sigilo e a identidade dos sujeitos participantes. A transcrição do áudio das entrevistas foi literal, com elementos da fala coloquial (Gibbs, 2009).

## 2.6 Análise de Dados

Para análise das entrevistas foi usada a Análise de Conteúdo. Optou-se pela realização da análise categorial temática, envolvendo a organização das unidades de análise por meio de temas, posteriormente classificados em categorias para fornecimento das representações das participantes. Na perspectiva adotada, o que interessa é a presença ou ausência das unidades de análise nas categorias e não sua frequência ou quantidade (Bardin, 1977).

A análise categorial seguiu as seguintes etapas:

(1) Pré-análise, com a organização do material de pesquisa e seleção de trechos das entrevistas transcritas;

(2) Descrição analítica, com a codificação das unidades de registro (trechos das entrevistas) e sua classificação e organização por meio de categorias; e

(3) Interpretação inferencial, com a inferência e a interpretação do sentidos e das relações entre os conteúdos manifestos e latentes (Triviños, 1987; Richardson, 1999).

Foram consideradas na análise tanto as categorias previamente definidas pelo roteiro, com base nos objetivos da pesquisa e no modelo teórico utilizado, quanto as categorias emergentes a partir dos dados (Richardson, 1999). A forma de proceder buscou levar em conta aspectos da crítica de Gondim e Bendassolli (2014) sobre análises de conteúdo que consideram apenas categorias pré ou pós fixadas, gerando uma hegemonia da teoria ou do dado como princípio explicativo.

Como apoio à análise, foi usado o software *Atlas TI 6.0*, capaz de buscar, organizar e registrar as codificações e interpretações dos dados qualitativos (Gibbs, 2009; Bandeira-de-Mello, 2010).

Para traçar as redes foram utilizados os softwares *UCINET 6.0* e *NetDraw 2.28* (Borgatti, Everett & Freeman, 2002). Esses programas funcionam a partir de matrizes quantitativas que expressam os laços obtidos na geração de nomes e entrevistas e servem de base para a composição dos diagramas das redes sociais (Alejandro & Norman, 2005). Na elaboração da matriz, os nomes dos atores da rede são inseridos e repetidos na mesma ordem em linhas e colunas; cada vinculação identificada entre atores é representada com o número 1 e cada ausência de laço é representada pelo número zero. Assim, o software identifica os nós, as linhas e a direção dos laços que irão compor o diagrama da rede. Foram utilizados como critérios para consideração da existência dos vínculos entre os atores, a citação direta por parte do entrevistado e as relações de parentesco. As relações de parentesco foram consideradas *a priori* como relações recíprocas.

Foram criadas três matrizes para cada ego: uma geral, contendo todas as relações citadas, uma de trabalho e outra de confiança. A matriz “trabalho” continha as indicações das pessoas com quem a entrevistada mantinha relações diretas de trabalho no ambiente da feira no galpão. A matriz “confiança” continha as indicações das pessoas em quem mais confiava na feira. Essas matrizes foram depois interligadas para construção de redes ampliadas. Um exemplo de matrizes de relações pode ser visto no Apêndice C.

A compreensão mais detalhada da rede social implicou na análise de aspectos estruturais e relacionais, expressos nas matrizes por meio de indicadores quantitativos. Foram utilizados indicadores como o tamanho da rede (expresso através da quantidade de nós e de laços) e o grau de centralidade.

Na medição do grau de centralidade detecta-se o nível de centralidade dos atores na rede. Os dados referem-se ao *grau de saída*, isto é, a soma das indicações feitas pelo ator, e ao *grau de entrada*, a soma das indicações recebidas por determinado ator. O grau de entrada

foi considerado o principal indicador de centralidade, pois revela o ator considerado mais importante na rede, na percepção dos outros atores. Foram considerados os dados brutos e os normalizados, que são percentuais que têm por referência o número de indicações possíveis, tendo em vista a quantidade de nós da rede (Alejandro & Norman, 2005). Nos indicadores de centralidade foram utilizados apenas os dados dos egos, ou seja, dos feirantes entrevistados, o que permitiu a construção de matrizes de relações com possibilidades de indicações mútuas. Assim, seguiu-se a orientação de Hanneman (2001) sobre a validade dos dados das redes egocentradas com conexões.

Além disso, buscou-se identificar os tipos de laços e sua intensidade, os elementos intermediados, os laços recíprocos e os subgrupos. Em relação à intensidade dos laços, observou-se os critérios definidos por Granovetter (1973) como tempo de vínculo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos prestados. Foram considerados laços fortes aqueles oriundos de relações de parentesco e laços fracos os vínculos entre conhecidos e amigos que se conheceram por meio do trabalho na feira. Foram analisados como laços recíprocos as relações familiares e as indicações mútuas de confiança e de trabalho feita pelos egos. Foram definidos como subgrupos, aqueles com pelo menos três atores com laços recíprocos, seguindo o procedimento de Bastos e Santos (2007).

Em concordância com a reflexão de Mizruchi (2006) sobre a ênfase excessiva na descrição quantitativa de elementos estruturais da rede, em detrimento de análises que possam esclarecer aspectos comportamentais de seus agentes, buscou-se a definição de elementos quantitativos apenas enquanto dados complementares à análise qualitativa.

## **2.7 Aspectos Éticos**

Considerou-se na pesquisa os aspectos éticos presentes na Resolução n. 466/12 do Ministério da Saúde, envolvendo pesquisa com seres humanos. Sendo assim, o presente estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Antes de serem iniciadas as entrevistas com os trabalhadores, os mesmos foram esclarecidos sobre a temática da pesquisa e a procedência dos pesquisadores. Às participantes foi garantido o sigilo das informações prestadas, o seu anonimato e a possibilidade de desistência de sua participação a qualquer momento. Foram esclarecidos os possíveis riscos envolvidos na pesquisa e a possibilidade de amparo em caso de desconforto posterior. Todas as entrevistadas que concordaram em participar da pesquisa assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” que descreve as características da pesquisa e suas principais orientações (ver Apêndice D).

### **3 RESULTADOS**

As redes sociais são um objeto de estudo bastante complexo, uma vez que não só os seus atores estão interligados, mas também as categorias necessárias à compreensão de seu processo de criação e funcionamento. Para fins de organização dos dados, optou-se por apresentar, inicialmente, o mapeamento das redes sociais, mostrando o quadro geral das relações detectadas por ocasião da coleta de dados. A seguir, passa-se à descrição das categorias qualitativas obtidas nas entrevistas, buscando articular os elos entre esses nós e

compreender os mundos de trabalho criados pelos feirantes, como essas relações são criadas, bem como as normas que as regulam.

### **3.1 Mapeando as Redes Sociais na Feira de Roupas**

Seguindo o que foi disposto no método, foram utilizados alguns indicadores para analisar as redes sociais: tamanho (quantidade de nós e de laços), tipos de laços e de elementos intermediados entre os atores, formação de subgrupos e centralidade. Esses parâmetros foram utilizados de acordo com as características de cada rede, como disposto em Hanneman (2001).

Para resguardar o sigilo dos participantes da pesquisa, os feirantes entrevistados e os demais atores foram representados por suas iniciais ou letras aleatórias, seguindo a orientação da “anomização” (Gibbs, 2009). Alguns atores foram citados pelos entrevistados apenas em referência à sua função laboral, como carregadores, cortadores e costureiras, tendo sido mantidos estes termos. Além disso, foram mantidos alguns termos utilizados pelas próprias entrevistadas como donas de banca, funcionária e patroa, por se entender que refletiam a compreensão das feirantes sobre os vínculos laborais que estavam descrevendo.

Sobre a formatação dos diagramas das redes, passa-se a algumas indicações gerais. Os nós em formato de triângulo, representam os egos entrevistados; os quadrados, os alters citados. Os nós de cada uma das treze bancas foram representados por cores diferentes. Os alters citados pelos entrevistados, que faziam parte de outras bancas do galpão, foram representados em amarelo. Em verde, os trabalhadores que atuavam nas redes, mas foram identificados apenas tendo como referência sua função na cadeia produtiva. Em cinza, os atores que não atuavam como feirantes, mas que participavam de alguma forma do ambiente

da feira. As linhas mais espessas indicam os laços familiares e as linhas em vermelho e em azul, respectivamente, os laços recíprocos e não recíprocos nas redes (utilizados apenas para destaque nas redes de trabalho e confiança).

### 3.1.1 Redes egocentradas e redes ampliadas.

O desvelamento das tramas das redes foi iniciado pelos seus atores principais, as 17 feirantes entrevistadas que originaram as redes egocentradas. A média do número de nós nas 17 redes egocentradas foi de 11,9 e do número de laços foi de 17,3. As relações descritas envolviam laços familiares, de amizade, de confiança e de trabalho e implicavam em trocas de elementos materiais, como remuneração, e de elementos imateriais como suporte na realização de tarefas. Os laços comumente envolviam a multiplexidade, como pessoas de uma mesma família que trabalhavam juntas na feira.

A Tabela 2 descreve características das redes egocentradas, com os números de nós e de laços de cada feirante entrevistada, assim como seu contexto de atuação na feira.

**Tabela 2**  
*Caraterísticas das Redes Egocentradas*

Ego	Feirante	Banca	n. de nós	n. de laços	Contexto de atuação da entrevistada
1	BAT	A	11	35	Iniciou seu trabalho como feirante para ajudar o marido, que já era feirante. Após isso, novos integrantes da família passaram a trabalhar na feira. Criou a banca A no galpão em sociedade com sua mãe.
2	VNE	A	8	19	Funcionária da banca A, atuava como vendedora na feira e como diarista na fabricação de mercadorias.
3	SDP	A	10	11	Cunhada de BAT Ego 1 e também sua sócia na banca A.
4	REG	A	9	15	Vendedora na banca A. Atuava também na fabricação de mercadorias

					como auxiliar de costura.
5	CCA	A	15	22	Atuava apenas como vendedora na banca A. Já tinha atuado como feirante na feira da Catedral.
6	RGS	B	8	9	Começou a trabalhar em feira aos 10 anos com sua mãe adotiva. Era sócia da banca juntamente com a nora de sua mãe adotiva, que fornecia as mercadorias para a venda na feira.
7	LMO	C	20	23	Começou a trabalhar em feira como funcionária até que montou seu próprio negócio. Produzia as próprias mercadorias com o suporte do marido e da mãe.
8	FJR	D	13	17	Era sócia da banca juntamente com o marido, que trabalhava anteriormente como funcionário em uma outra banca. Fabricava as mercadorias em parceria com o marido.
9	GOE	E	10	12	Atuava como vendedora e também como professora temporária. Atuava com a mãe como dona da banca e na produção de mercadorias; fabricavam 300 peças por semana em média.
10	KTS	F	6	7	Atuava como vendedora, ganhando por diária. Trabalhava anteriormente na casa da dona da banca em serviços domésticos.
11	FPL	G	12	11	Começou com a ajuda de um outro feirante. Tinha uma banca com estrutura parecida com uma loja, com uma funcionária fixa e vendia mercadorias fabricadas por outros feirantes.
12	FVP	H	5	4	Era funcionária da banca, atuando como vendedora. Sem relações familiares diretas na feira.
13	CGB	I	7	7	Começou como funcionária e depois abriu sua própria banca com a ajuda de amigos da feira. Produzia suas mercadorias com a ajuda do marido.
14	SDS	J	12	20	Começou como feirante ajudando sua sogra na época. Fabricava suas mercadorias e tinha a ajuda apenas de sua filha, já que havia se separado recentemente.
15	FWZ	K	21	56	Era dona juntamente com seu marido e filhos de duas bancas que vendiam cintos; sua filha era responsável pelas vendas na segunda banca da família no galpão. Era fabricante e vendedora na banca.
16	DRG	L	14	13	Fabricante e dona da banca. Tinha como principal ajuda uma feirante da feira da Catedral que ocasionalmente trabalhava com ela.
17	PTM	M	11	13	Era dona da banca e fabricante juntamente com seu marido e filho.

Observa-se que as redes egocentradas de uma forma geral apresentam características similares. Entretanto, o número de laços dos egos 1 e 15 é bem superior à média. Nesses dois casos há uma forte rede familiar envolvida no processo de fabricação e venda de mercadorias, aumentando a conectividade da rede egocentrada. Da mesma forma, o ego 12 apresentou o menor número de nós e de laços, ficando bem abaixo da média, o que pode ser explicado pela ausência de relações familiares da entrevistada na feira.

À medida que as redes egocentradas foram sendo traçadas, surgiram pontos de conexão entre alguns egos, o que permitiu a formação de matrizes unificadas com redes de relações que envolviam vários dos feirantes entrevistados. Optou-se, então, pela construção de redes, denominadas aqui de redes ampliadas, que possibilitaram a visualização da complexidade das relações entre egos e alters e seu alcance dentro e fora do ambiente da feira. Duas feirantes entrevistadas, os egos 16 e 17, ficaram isoladas dos outros egos já entrevistados e não fizeram parte destas composições; os diagramas de suas redes egocentradas estão no Apêndice D e no Apêndice E.

Dessa forma, a partir de 15 feirantes, foram delineadas três redes ampliadas, identificadas como 1, 2 e 3, formadas respectivamente por grupos de cinco, seis e quatro feirantes entrevistadas. As redes ampliadas reúnem todos os nós citados que fazem parte de seu universo de trabalho. Podem contemplar os amigos e conhecidos da feira, as pessoas que ajudam no trabalho no galpão, as que fazem indicações de trabalho, as que repassam informações, e os trabalhadores autônomos e familiares que atuam na produção, no transporte e diretamente na venda de mercadorias na feira.

Buscando compreender o entrelaçamento das redes sociais com o trabalho exercido diretamente na feira, destacou-se ainda, a partir das redes ampliadas, redes de trabalho e de confiança, como descrito no método (item 2.6). Estas redes podem ser consideradas subredes, se comparadas à rede ampliada de origem.

### **3.1.2 Características da rede ampliada 1.**

A rede ampliada 1 foi construída por meio da interligação das cinco redes egocentradas das entrevistadas BAT (Ego1), VNE (Ego 2), SDP (Ego 3), REG (Ego 4) e CCA (Ego 5) que fazem parte da mesma banca, denominada de banca A.

A banca A existe há seis anos, sendo uma das primeiras sediadas no galpão. Trata-se de uma banca com bastante espaço, em uma localização privilegiada, bem próxima à entrada principal, por onde passa um grande fluxo de clientes. Seus principais produtos são blusas de malha de diversos modelos e cores.

A banca tem uma forte atuação familiar, tendo já sido composta por pais, filhos e cunhados. O pai de BAT não trabalha mais na feira e seu irmão é o responsável pelo transporte de mercadorias e de funcionárias. Na época da coleta de dados, havia três donas, BAT, SDP e MD (mãe de BAT e sogra de SDP) partilhando o espaço da banca e atuando em um tipo de sociedade. No tipo de organização formada, há o compartilhamento do espaço da banca para exposição e venda de mercadorias, mas a fabricação de produtos é realizada de forma independente por cada sócia e acontece em um ambiente comum chamado por elas de “fábrica”. BAT e sua cunhada SDP se revezam na banca nos dias de feira juntamente com mais quatro funcionárias que atuam como vendedoras. A terceira sócia, MD, não vai mais para a feira e fica responsável só pela fabricação de mercadorias. As funcionárias não têm carteira assinada e ganham por dia de trabalho na feira (diária), podendo também atuar na fábrica como auxiliar de costura.

A rede ampliada 1 tem um total de 25 nós, contando com as 5 entrevistadas (egos) e os 20 alters citados. Os 25 nós formam 72 laços relacionais. Na composição da rede foi identificada a existência de laços familiares, de amizade e de confiança entrelaçados aos laços de trabalho, caracterizando a multiplexidade. As relações entre os familiares que gerenciam e

trabalham na banca é a primeira indicação de laços fortes na rede, formando um subgrupo que envolve 6 nós.

A Figura 7 apresenta o diagrama da rede ampliada 1 e a Tabela 3 descreve informações complementares: símbolos usados para cada ator, sua função na rede e os tipos de laços envolvidos.

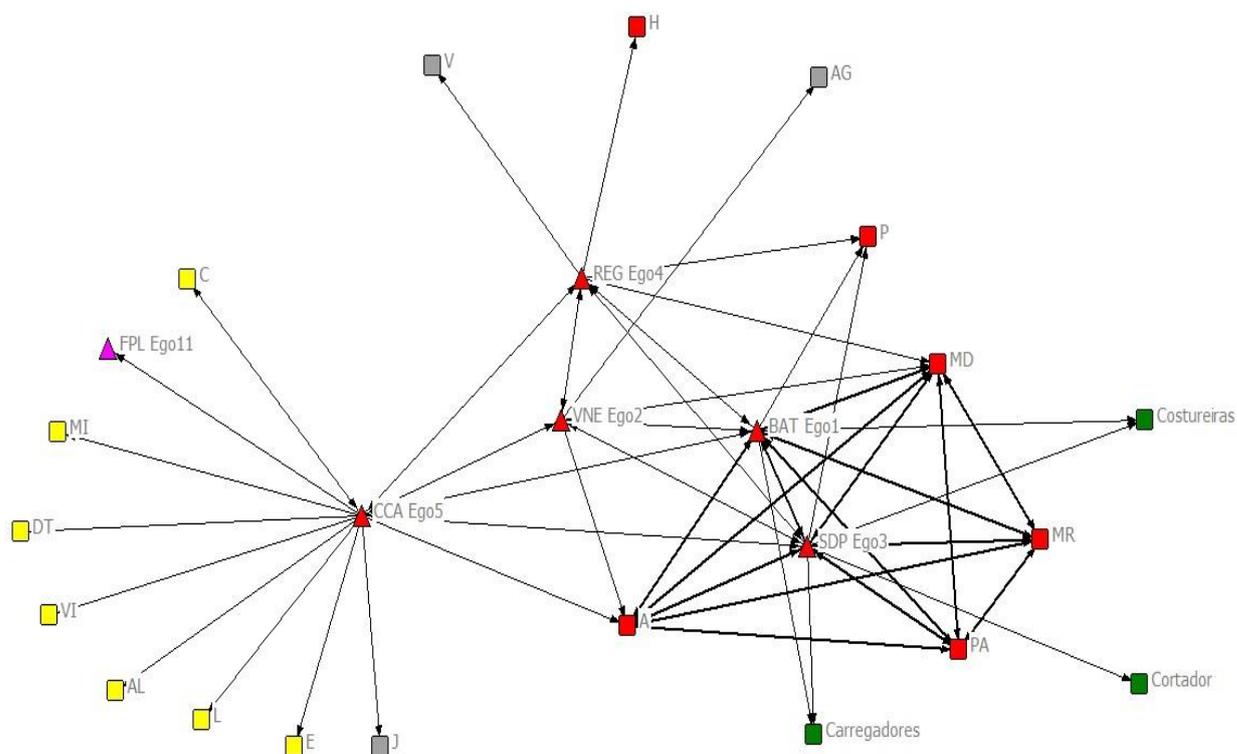


Figura 7. Diagrama da rede ampliada 1.

**Tabela 3**  
*Informações Complementares da Rede Ampliada 1*

SÍMBOLO	ATORES	FUNÇÃO NA REDE	LAÇOS
▲	BAT Ego1	Dona da Banca. Gerencia a produção de mercadorias e trabalha como vendedora e caixa na banca na feira. Reveza presença na feira com Ego3. Iniciou a banca junto com o marido.	Familiar, trabalho, amizade e confiança

▲	VNE Ego2	Funcionária da banca. Vendedora na feira e auxiliar de produção na fábrica.	Trabalho, amizade e confiança
▲	SDP Ego3	Dona da Banca. Gerencia a produção de mercadorias e trabalha como vendedora e caixa na banca na feira. Revezar presença na feira com Ego1.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
▲	REG Ego4	Funcionária da banca. Vendedora na feira e auxiliar de produção na fábrica.	Trabalho, amizade e confiança
▲	CCA Ego5	Funcionária da banca. Vendedora na feira.	Trabalho, amizade e confiança
■	P	Funcionária da banca. Vendedora na feira.	Trabalho, amizade e confiança
■	MR	Marido Ego1. Responsável pela inserção de BAT na feira.	Familiar e trabalho
■	PA	Pai Ego1 e sogro de Ego3. Trabalhava na feira no início da banca. Atualmente fora do processo de trabalho na feira.	Familiar e trabalho
■	MD	Mãe Ego1 e sogra de Ego3. Dona da Banca. Trabalhava anteriormente na banca na feira. Atualmente trabalha no gerenciamento da produção de mercadorias.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
■	A	Irmão do Ego1 e marido do Ego3. Responsável pelo transporte de mercadorias e funcionários da banca.	Familiar e trabalho
■	H	Amiga Ego4. Funcionária da fábrica.	Trabalho e amizade
■	Carregadores	Transporte de mercadoria do carro ao galpão.	Trabalho
■	Cortador	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	Costureiras	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	AG	Amiga Ego2. Indicação para a inserção do Ego2 no trabalho na fábrica.	Trabalho, amizade
■	V	Vizinho Ego4. Indicação para a inserção do Ego4 no trabalho na fábrica.	Trabalho, amizade
■	J	Vendedor da lanchonete no galpão.	Amizade
■	E	Feirante de outra banca. Apresentou Ego5 ao Ego2.	Trabalho e amizade
■	L	Feirante de outra banca.	Amizade
▲	FPL	Ego11 da rede 2. Feirante de outra banca.	Amizade
■	AL	Feirante de outra banca.	Amizade
■	MI	Feirante de outra banca.	Amizade
■	DT	Feirante de outra banca e de outro galpão/feira. Ex-patroa do Ego5.	Amizade
■	VI	Feirante de outra banca e de outro galpão/feira.	Amizade
■	C	Cunhada Ego5. Feirante de outra banca e de outro galpão/feira.	Familiar e amizade

Observa-se que na rede ampliada 1 predominam laços entre os membros da banca A, sejam eles as donas, as funcionárias, membros da família ou trabalhadores que participam diretamente do processo produtivo. Essas características podem estar associadas à forte influência dos laços familiares na condução e no gerenciamento da banca, e também ao porte da banca, com vendedores fixos, que podem também atuar na fabricação de mercadorias.

A funcionária CCA (Ego5) segue um padrão de relações diferente, indicando relações de amizade com feirantes de outras bancas. Diferentemente das outras funcionárias, que aprenderam a ser feirantes na banca A, CCA tinha experiência como feirante em outras bancas e feiras, o que pode explicar essa característica.

### 3.1.2.1 Rede ampliada 1: redes de trabalho e de confiança.

A rede de trabalho da rede ampliada 1 possui um total de 7 nós, contando com as 5 entrevistadas (egos) e os 2 alters citados (ver Figura 8).

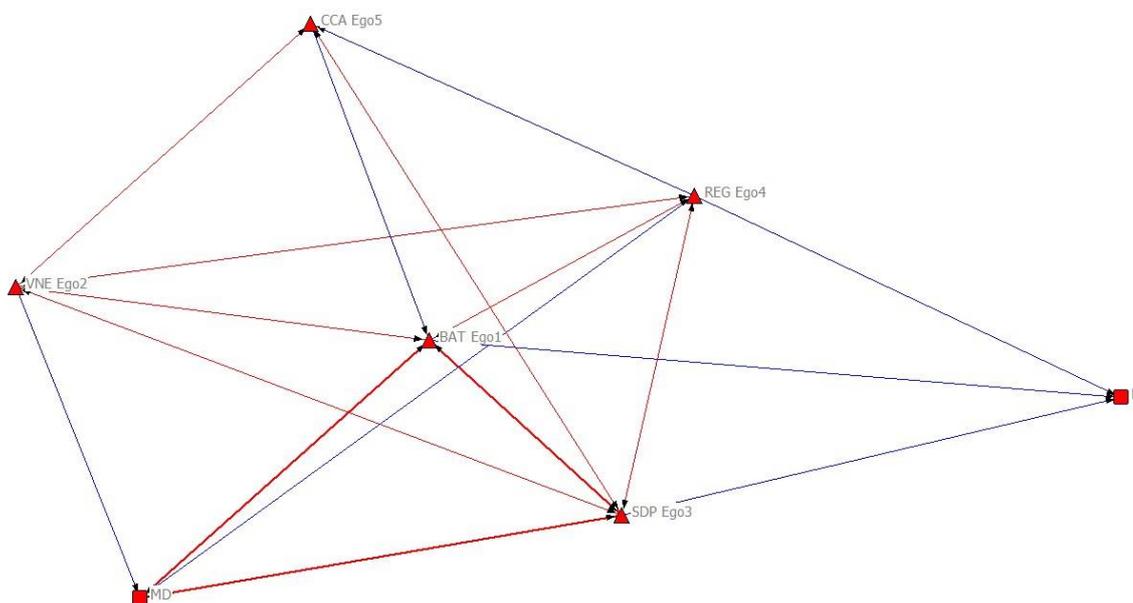


Figura 8. Diagrama da rede de trabalho da rede ampliada 1.

São 27 laços entre os atores, que envolvem além do trabalho, vínculos familiares e de amizade, que unem as trabalhadoras da banca. Assim, os elementos intermediados na rede apontam para aspectos imateriais, como amizade, e materiais, como remuneração. Na rede

de trabalho foi possível identificar a presença forte do nó MD. Mesmo não sendo uma trabalhadora atuante na feira, MD foi citada por quatro egos como uma das pessoas que mais ajudam em seu trabalho. Além de ser uma das donas da banca A, e fazer parte da família, ela se mostra uma figura de referência para as trabalhadoras da banca.

Considerando apenas os egos, os atores mais centrais são BAT (Ego1) e SDP (Ego3), as donas da banca, e VNE (Ego2), uma funcionária que é referência para as outras, com 100% das indicações possíveis. CCA (Ego5) e REG (Ego4) são os atores menos centrais, com 75% das indicações possíveis. A rede de trabalho forma dois subgrupos com laços recíprocos envolvendo respectivamente os egos BAT-REG-VNE-SDP e VNE-SDP-CCA. Esses são indícios que apontam para uma expressiva coesão na rede e nas trocas de suporte no trabalho.

A rede de confiança da banca A tem um total de 7 nós, contando com as 5 entrevistadas (egos) e os 2 alters citados. Esses nós geram 24 laços relacionais, como mostrado no diagrama da rede (ver Figura 9).

Os egos que receberam mais indicações de confiança e por isso foram considerados mais centrais na rede foram BAT (Ego1) e VNE (Ego2), com 100% das indicações possíveis, seguidas de SDP (Ego3) e REG (Ego4), com 75%. Entre os egos, CCA (Ego5) é a menos central, com 50% das indicações.

A rede de confiança forma duas tríades de laços recíprocos que envolvem respectivamente os egos BAT-VNE-REG e BAT-SDP-REG. Esses dois subgrupos poderiam estar juntos se não fosse a ausência de indicação de VNE em relação à SDP. Há indícios de que isto ocorreu devido a uma maior vinculação de VNE com BAT que é sua única chefe na produção de mercadorias na fábrica.

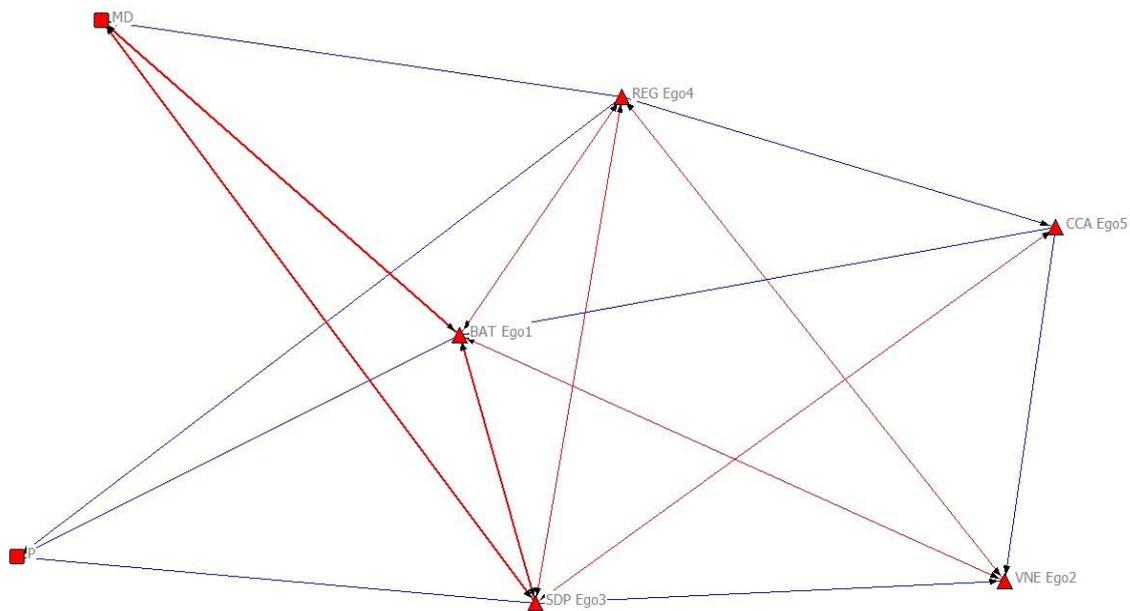


Figura 9. Diagrama da rede de confiança da rede ampliada 1.

### 3.1.3 Características da rede ampliada 2.

A rede ampliada 2 foi delineada a partir de seis redes egocentradas originadas das entrevistas com RGS (Ego 6), LMO (Ego 7), FJR (Ego 8), GOE (Ego 9), KTS (Ego 10) e FPL (Ego 11), que fazem parte de seis bancas diferentes localizadas em quatro corredores contíguos em uma mesma região do galpão.

A rede ampliada 2 é composta por feirantes que atuam como fabricantes, vendedores de mercadorias e como funcionários. Nas bancas predomina a atuação de apenas um vendedor, que pode ser o próprio dono da banca ou um funcionário diarista, em cada dia de realização da feira no galpão. Destaca-se que a banca do Ego11 tem uma estrutura maior, similar à de uma loja, e possui uma funcionária fixa.

O produto mais comum nas bancas é a confecção feminina. Nas bancas predomina a fabricação própria de mercadorias, realizada por meio do trabalho da feirante e de familiares, e também de profissionais autônomos que prestam serviço e ganham por produção, como cortadores, costureiras (organizadas em facções) e carregadores.

A rede ampliada 2 tem um total de 43 nós, contando com as 6 entrevistadas (egos) e os 37 alters citados (ver Figura 10 e Tabela 4). Os 43 nós originam 80 laços relacionais que envolvem laços familiares, de amizade, de confiança e de trabalho, e a multiplexidade de laços. As relações familiares se entrelaçam diretamente ao processo de trabalho nas bancas dos Egos 6, 7, 8 e 9.

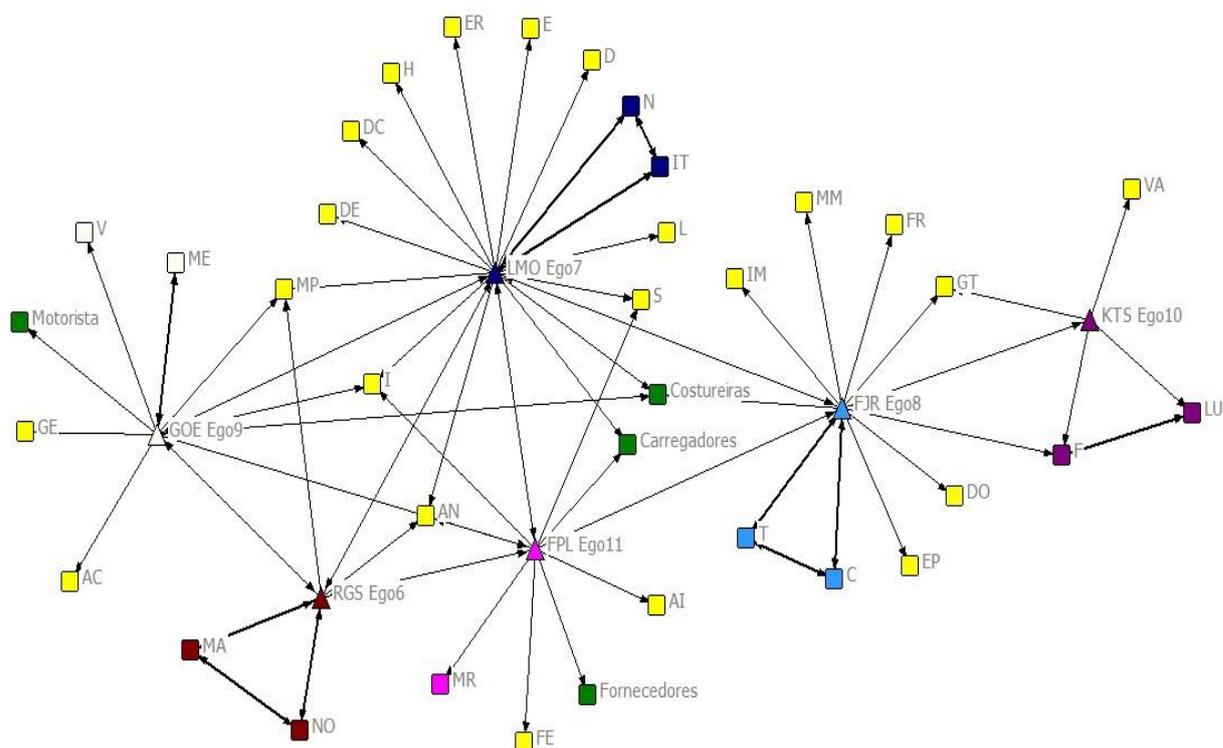


Figura 10. Diagrama da rede ampliada 2

#### Tabela 4

#### Informações Complementares da Rede Ampliada 2

SÍMBOLO	ATORES	FUNÇÃO NA REDE	LAÇOS
---------	--------	----------------	-------

▲	RGS Ego6	Dona da banca B em sociedade com a nora de sua mãe. Atua como vendedora na banca.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
■	MA	Mãe adotiva que propiciou a entrada de RGS na feira. Atualmente atua só na fabricação das mercadorias que são vendidas na banca B.	Familiar e trabalho
■	NO	Nora da mãe adotiva de RGS e sua sócia na banca B.	Familiar e trabalho
■	AN	Feirante de outra banca. Ajudava LMO Ego7 com apoio na venda.	Amizade e trabalho
■	MP	Feirante de outra banca. Ajudava RGS Ego6, LMO Ego7 e GOE Ego9 com apoio na venda.	Trabalho, amizade e confiança
▲	LMO Ego7	Dona da banca C. Fabricante de mercadorias e vendedora na feira.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
■	L	Feirante, ex-patroa de LMO; propiciou a inserção na feira. Ensinou LMO a ser feirante.	Trabalho
■	N	Marido de LMO. Atua no processo produtivo de mercadorias como cortador.	Familiar e trabalho
■	IT	Mãe de LMO. Atua no processo produtivo no acabamento das peças.	Familiar e trabalho
■	Carregadores	Transporte de mercadoria do carro ao galpão.	Trabalho
■	Costureiras	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	E	Feirante de outra banca.	Amizade
■	ER	Feirante de outra banca.	Amizade
■	D	Feirante de outra banca.	Amizade
■	DC	Feirante de outra banca.	Amizade
■	DE	Feirante de outra banca.	Amizade
■	H	Feirante de outra banca.	Amizade
■	S	Feirante de outra banca.	Amizade e confiança
■	I	Feirante de outra banca. Ajudava LMO Ego7 com apoio na venda.	Amizade, trabalho e confiança
▲	FJR Ego8	Dona da banca D junto com o marido. Fabricante e vendedora na banca.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
■	EP	Feirante, ex-patrão do marido de FJR. Propiciou a sua inserção na feira.	Trabalho e amizade
■	T	Marido e sócio de FJR. Atua como cortador no processo produtivo e como motorista, transportando a mercadoria até a feira.	Familiar e trabalho
■	C	Cunhada de FJR. Atua como vendedora na banca D em períodos de maior demanda.	Familiar e trabalho
■	FR	Feirante de outra banca.	Amizade
■	IM	Feirante de outra banca.	Amizade e confiança
■	MM	Feirante de outra banca, de outra feira.	Amizade
■	DO	Feirante de outra banca, de outra feira.	Amizade
■	GT	Feirante de outra banca.	Amizade e trabalho
△	GOE Ego9	Filha da dona da banca E. Ajuda na confecção de mercadorias na parte de acabamento e atua como vendedora na feira. Atua também como professora temporária.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
□	ME	Mãe de GOE e dona da banca E. Atua na fabricação de mercadorias.	Familiar e trabalho
□	V	Vendedora ocasional na banca E.	Trabalho
■	Motorista	Transporte de mercadorias até a feira.	Trabalho
■	AC	Feirante de outra banca. Parceria no transporte de mercadorias.	Amizade e trabalho
■	GE	Feirante de outra banca. Funcionária na banca de MP. Ajudava GOE Ego9 com apoio na venda.	Amizade, trabalho e confiança
▲	KTS Ego10	Funcionária da dona da banca F. Atua como	Trabalho e amizade

		vendedora na feira.	
■	LU	Sogra da dona da banca onde trabalha KTS. Fez a indicação para o trabalho com a dona da banca.	Familiar, trabalho e amizade
■	F	Dona da banca F e patroa de KTS.	Familiar, trabalho e amizade
■	VA	Feirante de outra banca.	Amizade
▲	FPL Ego11	Dona da banca G. A banca é estruturada como loja e tem uma funcionária. Compra mercadoria de fornecedores e vende na banca.	Trabalho, amizade e confiança
■	FE	Feirante que propiciou a inserção de FPL na feira. Emprestou uma banca pra ela começar a trabalhar.	Amizade e trabalho
■	MR	Vendedora na banca G. Funcionária de FPL.	Trabalho
■	Fornecedores	Outros feirantes e fabricantes confecções que vendem mercadoria para FPL.	Trabalho
■	AI	Feirante de outra banca.	Amizade

É interessante notar que, nessa rede ampliada, as ligações se expandem por 25 bancas diferentes: 6 bancas de egos e mais 19 bancas de feirantes citados. Isto demonstra um padrão de relações de troca específico entre esses feirantes, que será melhor detalhado em suas redes de trabalho e de confiança. Há possibilidade dessa rede ser bem mais ampla, já que alguns feirantes que não foram entrevistados receberam mais de uma indicação de egos, como os atores I, GT, AN e MP, indicando que são bem ativos na rede e que podem gerar mais conexões.

### 3.1.3.1 Rede ampliada 2: redes de trabalho e de confiança.

A rede de trabalho contida na rede ampliada 2 é composta por 12 nós (6 egos e 6 alters), que formam 20 laços. Nessas relações predominam laços de amizade entre feirantes de 10 bancas diferentes, com apenas um laço associado diretamente a vínculo laboral (que une FPL Ego11 à sua funcionária MR). Nesse contexto, destaca-se a feirante MP que foi citada por três entrevistadas como fonte de apoio e amizade no trabalho na feira. Essas relações estão representadas na Figura 11.

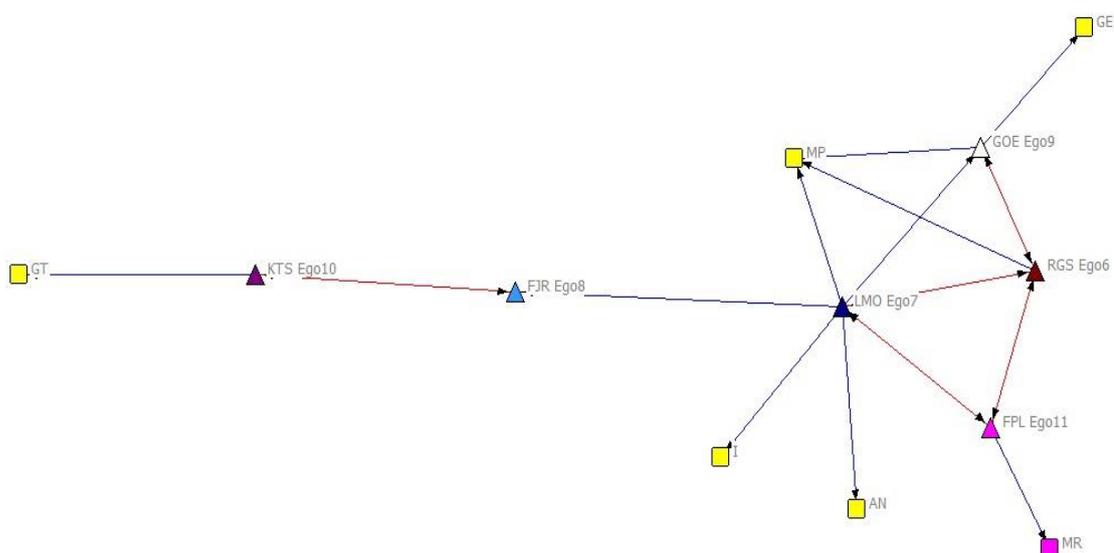


Figura 11. Diagrama da rede de trabalho da rede ampliada 2.

Analisando as relações entre os egos, o ator mais central é RGS (Ego6), com 60% das indicações possíveis, e o menos central, KTS (Ego10), com 20% das indicações possíveis. Os egos 7, 8, 9 e 11 detém 40% das indicações possíveis. A rede de trabalho forma tríade com laços recíprocos que envolve os egos RGS-FPL-LMO, e díades envolvendo KTS-FJR e RGS-GOE. Interessante notar que todas as feirantes com laços recíprocos são vizinhas de banca.

A rede de confiança é formada por 11 nós e 13 laços (ver Figura 12). Há uma ruptura do laço que unia LMO (Ego7) e FJR (Ego8) na rede de trabalho, o que gerou uma quebra na rede de confiança. Os laços recíprocos formam apenas díades com os pares RGS-GOE, RGS-LMO e LMO-FPL.

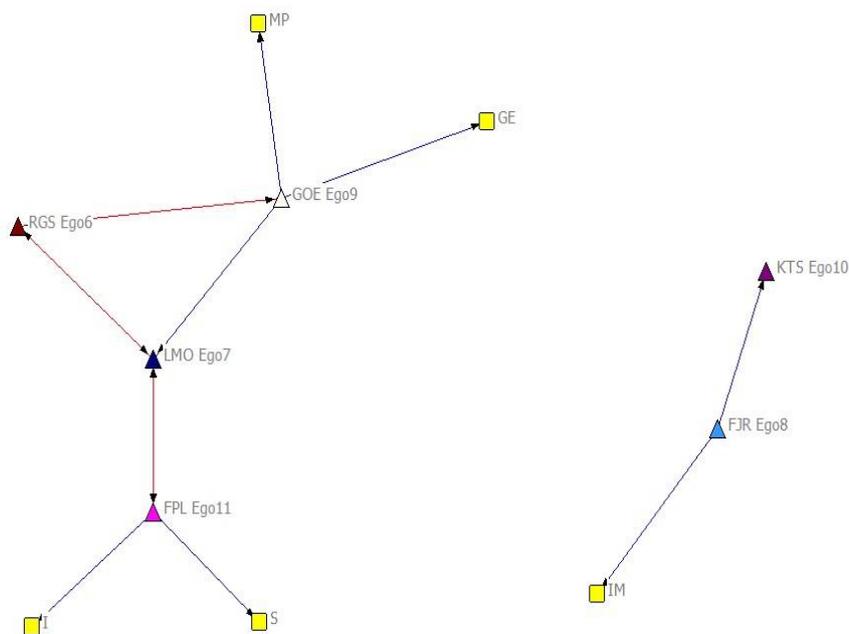


Figura 12. Diagrama da rede de confiança da rede ampliada 2.

Em relação à confiança, a entrevistada mais central é LMO (Ego7), que recebeu 60% das indicações possíveis, seguida de RGS (Ego6), com 40% das indicações. Os egos 9, 10 e 11 tiveram 20% das indicações. FJR (Ego8) é a menos central, pois não teve nenhuma indicação. Interessante notar que os laços recíprocos envolvendo RGS e LMO nas redes de trabalho e confiança foram os mais frequentes.

### 3.1.4 Características da rede ampliada 3.

A rede ampliada 3 foi originada da união de quatro redes egocentradas, das feirantes FVP (Ego 12), CGB (Ego 13), SDS (Ego 14) e FWZ (Ego 15), que trabalham em quatro bancas diferentes que comercializam confecção e acessórios femininos.

Das quatro feirantes entrevistadas, uma é funcionária e três são donas de suas bancas, sendo responsáveis pelo processo de fabricação de mercadorias e venda no galpão. De

maneira similar ao que foi encontrado na rede ampliada 2, nessas bancas predomina o trabalho de um único vendedor durante a feira e a fabricação de mercadorias por meio do suporte familiar e de profissionais autônomos que ganham por produção.

A rede ampliada 3 tem um total de 34 nós, contando com as 4 entrevistadas (egos) e os 30 alters citados, originando 86 laços relacionais que envolvem feirantes de 17 bancas diferentes (ver Figura 13 e Tabela 5). Foi identificada multiplexidade nos laços familiares, de amizade e de confiança entrelaçados aos laços de trabalho.

Nas bancas dos egos 13, 14 e 15 são encontradas relações familiares que fornecem suporte à produção de mercadorias e ao trabalho na feira. Sobretudo no caso de FWZ (Ego15), detectou-se um forte e coeso núcleo familiar formando um subgrupo na rede composto por 7 nós.

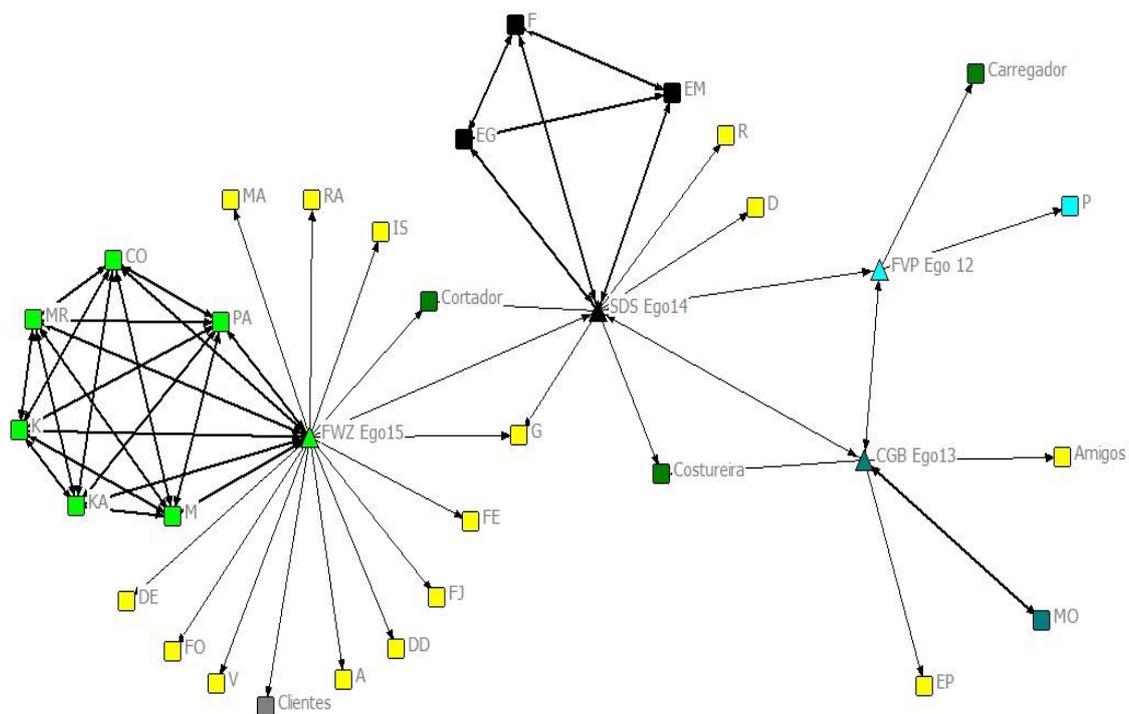


Figura 13. Diagrama da rede ampliada 3.

**Tabela 5**  
**Informações Complementares da Rede Ampliada 3**

SÍMBOLO	ATORES	FUNÇÃO NA REDE	LAÇOS
▲	FVP Ego12	Vendedora na banca H. Funcionária de P.	Trabalho, amizade e confiança
■	P	Dona da banca H.	Trabalho
▲	CGB Ego13	Fabricante e vendedora na feira. Dona da banca I.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
■	MO	Marido de CGB. Trabalha na fabricação de mercadorias.	Familiar e trabalho
■	EP	Feirante, ex-patroa de CGB. Responsável por sua inserção no trabalho como feirante.	Trabalho
■	Amigos	Feirantes do galpão que ajudaram CGB a começar seu trabalho como dona de uma banca.	Amizade
▲	SDS Ego14	Fabricante e vendedora na feira. Dona da banca J.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
■	EG	Ex-sogra de SDS. Era a dona da banca em que SDS começou a trabalhar.	Familiar e trabalho
■	EM	Ex-marido. Ajudava SDS no trabalho na feira.	Familiar, trabalho
■	F	Filha de SDS. Trabalha ocasionalmente como vendedora. Ajuda no acabamento das peças.	Familiar, trabalho
■	Cortador	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	Costureira	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	Carregador	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	D	Feirante de outra banca.	Amizade
■	G	Feirante de outra banca. No momento da entrevista com FWZ, sua filha KA cuidava de sua própria banca e a de G.	Amizade e trabalho
■	R	Feirante de outra banca, de outra feira. SDS já trabalhou pra ele.	Amizade e trabalho
▲	FWZ Ego 15	Fabricante e vendedora na feira. Dona da banca K.	Familiar, trabalho, amizade e confiança
■	K	Filho de FWZ. Suporte nas vendas.	Familiar e trabalho
■	KA	Filha de FWZ. Suporte nas vendas. Responsável por outra banca no galpão.	Familiar e trabalho
■	M	Irmão de FWZ. Suporte ocasional na vendas.	Familiar e trabalho
■	MR	Marido de FWZ. Iniciou o trabalho da família na feira. Responsável pela administração e fabricação de mercadorias.	Familiar e trabalho
■	CO	Cunhado de FWZ. Emprestou dinheiro para o começo do trabalho na feira.	Familiar e trabalho
■	PA	Sogra de FWZ. Cedeu um carro para transporte de mercadorias no início do trabalho na feira.	Familiar e trabalho
■	A	Feirante. Apresentou ao marido de FWZ um fornecedor de mercadorias no início do trabalho deles na feira.	Amizade e trabalho
■	RA	Fornecedor de mercadorias.	Trabalho
■	FJ	Feirante de outra feira. Ajudou no início do trabalho deles na feira.	Amizade e trabalho
■	FE	Amiga da feirante, avisou sobre o início do galpão.	Amizade
■	V	Feirante de outra banca.	Amizade
■	DE	Feirante de outra banca.	Amizade
■	DD	Feirante de outra banca.	Amizade

■	FO	Feirante de outra banca.	Amizade
■	MA	Feirante de outra banca.	Amizade
■	IS	Feirante de outra banca.	Amizade
■	Clientes	São clientes antigos que sempre avisam quando vêm à feira no galpão.	Amizade e trabalho

Na rede ampliada 3 as ligações entre os feirantes se expandem por 13 bancas diferentes, além das bancas dos egos entrevistados, reproduzindo o mesmo padrão de relações encontrado na rede ampliada 2. Destaca-se a quantidade de relações estabelecidas por FWZ (Ego 15) em seu processo de inserção na feira e também com outros feirantes do galpão.

#### 3.1.4.1 Rede ampliada 3: redes de trabalho e de confiança.

A rede de trabalho contida na rede ampliada 3 é formada por 6 nós (com 4 egos e 2 alters) e 11 laços, como representado na Figura 14.

FWZ (Ego 15) citou seus filhos K e KA como seu principal apoio na feira, formando uma tríade, o que confirma a importância do trabalho familiar na condução de sua banca. Os egos FVP, CGB e SDS também formam uma tríade, mas com ausência de laços recíprocos entre FVP e SDS.

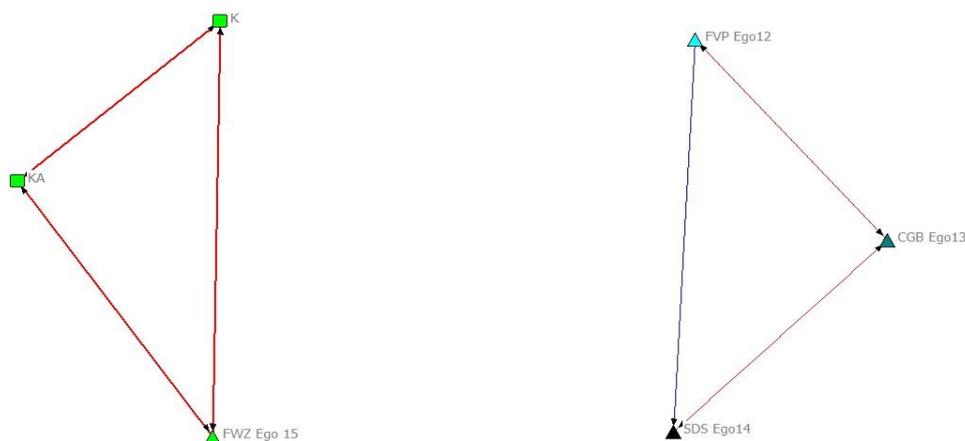


Figura 14. Diagrama da rede de trabalho da rede ampliada 3.

Sendo assim, considerando apenas os egos, os nós mais centrais na rede de trabalho são CGB (Ego13) e SDS (Ego14) com 66,7% das indicações possíveis, seguido por FVP (Ego 12), com 33,4%; o menos central é FWZ (Ego15), sem indicações dos outros egos da rede.

Nas relações de confiança, FWZ afirmou confiar nas pessoas da feira, mas sem citar especificamente nenhum ator. Por isso optou-se em focar a rede de confiança nos egos FVP, CGB e SDS que formam tríade com laços recíprocos e igual nível de centralidade entre seus membros, como representado na Figura 15.

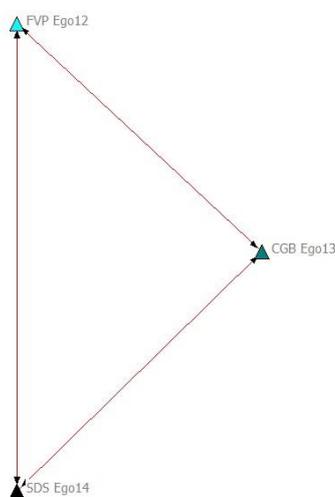


Figura 15. Diagrama da rede de confiança da rede ampliada 3.

A ausência de laços de FWZ (Ego 15) com outros feirantes do galpão, nas redes de trabalho e de confiança, representa, aparentemente, um processo de isolamento, especialmente em relação aos outros egos da rede. Contudo, ao considerar a quantidade de laços de FWZ com feirantes de outras bancas na rede ampliada pode-se inferir que há uma rede de relações de amizade, de trabalho e de confiança que entrelaça FWZ e sua família com feirantes vizinhos, sugerindo a existência de uma rede de apoio para o trabalho na feira bem

mais ampla do que foi identificado no mapeamento das redes representada nas figuras 14 e 15.

### 3.1.5 Análise geral das Redes ampliadas 1, 2 e 3

A partir das características definidas para as redes ampliadas 1, 2 e 3 em relação à quantidade de nós e de laços, tipos de laços e de elementos intermediados, formação de subgrupos e centralidade foi possível estabelecer alguns parâmetros importantes.

Considerando a contagem dos tipos de laços com que cada ator das três redes ampliadas se envolve, os mais frequentes são trabalho (37,8%) e amizade (35,1%), seguidos de família (17,6%) e confiança (9,5%). São laços familiares, de trabalho, de amizade e de confiança que intermediam elementos materiais e imateriais.

Os laços de amizade parecem disseminados entre os feirantes, não sendo possível destacar uma rede de amizade em especial, já que este é um vínculo que permeia os trabalhadores na feira de uma maneira geral. Já os laços familiares ficam bem evidenciados nas redes ampliadas 1, 2 e 3, sobrepostos aos laços de trabalho em muitas bancas, atuando na produção, transporte e venda de mercadorias. Ressalta-se também a identificação da formação de subgrupos familiares, com no mínimo três atores, nas redes ampliadas, como mostra a Tabela 6. Esses subgrupos são maiores sobretudo na banca A e na banca K, com, respectivamente, seis e sete nós de uma mesma família compondo o processo produtivo e de comercialização na feira, como representado nos diagramas das redes ampliadas 1 e 3.

**Tabela 6**

*Características Estruturais e Relacionais das Redes Ampliadas 1, 2 e 3*

REDES AMPLIADAS	EGOS	ALTERS	BANCAS	LAÇOS	LAÇOS FAMILIARES RECÍPROCOS	SUBGRUPOS DE LAÇOS FAMILIARES
-----------------	------	--------	--------	-------	-----------------------------	-------------------------------

1	5	20	9	72	16	1
2	6	37	25	80	11	3
3	4	30	17	82	28	2

Observa-se que as redes ampliadas 1, 2 e 3 possuem uma composição similar, sem grande variação no número de laços. No entanto, é bastante marcante a diferença na direção das relações. Se na rede 1, as relações são predominantemente entre membros da banca A, em uma composição mais coesa, na rede 2 as relações de amizade, trabalho e confiança se expandem na direção de feirantes de bancas diferentes, o que também acontece na rede 3, mesmo em menor escala. Enquanto que na rede 1 são citados oito feirantes de bancas diferentes das dos egos (muito por conta de CCA Ego5), nas redes 2 e 3 são citados respectivamente 19 e 13 feirantes. Essas características podem estar relacionadas à estrutura da banca A, que conta com quatro funcionárias, e das bancas das redes 2 e 3, que têm um porte menor, com apenas um vendedor em cada período de realização da feira, o que demandaria um suporte maior dos amigos feirantes.

Nas redes de trabalho e de confiança da rede ampliada 1 identificou-se uma presença significativa de laços recíprocos e de subgrupos entre as feirantes entrevistadas. Mesmo a entrevistada CCA (Ego 5), que havia indicado laços de amizade com feirantes de outras bancas, incluiu apenas as feirantes da banca A em suas relações de trabalho e de confiança na feira. Dessa forma, identificou-se a tendência a um maior fechamento dessas redes entre as feirantes da banca A. Entre as feirantes entrevistadas das redes ampliadas 2 e 3, verificou-se a existência de laços recíprocos, embora em uma quantidade menor se comparada com as redes de trabalho e de confiança da rede ampliada 1.

Outro dado interessante é que o número de laços das redes de trabalho é maior do que das redes de confiança nas três redes ampliadas, indicando que a confiança transita por grupos mais restritos entre os feirantes.

A Tabela 7 descreve esses dados em detalhe.

**Tabela 7**

*Características Estruturais e Relacionais das Redes de Trabalho e de Confiança*

	REDES	NÓS	BANCAS	LAÇOS	LAÇOS RECÍPROCOS ENTRE OS EGOS	SUBGRUPOS ENTRE OS EGOS
<b>1</b>	<b>Trabalho</b>	7	1	27	8	2
	<b>Confiança</b>	7	1	24	6	2
<b>2</b>	<b>Trabalho</b>	12	10	20	5	1
	<b>Confiança</b>	11	11	13	3	-
<b>3</b>	<b>Trabalho</b>	6	4	11	2	-
	<b>Confiança</b>	3	3	6	3	1

Foi possível observar que a centralidade dos egos é influenciada pela dinâmica própria de funcionamento de cada uma de suas redes. Nas redes de trabalho e de confiança da rede ampliada 1, os atores mais centrais são as donas da banca, que exercem a função de caixa e controlam todo o fluxo de dinheiro, e uma funcionária que parece ser referência para as demais, fazendo indicações de trabalho e ensinando a ser feirante. Os índices de centralidade são mais altos nessas redes.

Na rede ampliada 2, as relações de trabalho e de confiança estão diluídas entre uma quantidade maior de feirantes, gerando níveis de centralidade mais baixos do que na rede 1, indicando uma menor concentração de poder entre os atores.

Nas relações de trabalho e de confiança da rede ampliada 3, fica evidente a tríade, envolvendo um grupo menor e coeso de feirantes (egos 12, 13 e 14), que geram níveis mais

altos de centralidade sobretudo em relação à confiança. A comparação entre os percentuais de centralidade de egos das redes ampliadas 1, 2 e 3 encontra-se descrito na Tabela 8.

**Tabela 8**  
*Percentual de Centralidade nas Redes de Trabalho e de Confiança*

REDES		PERCENTUAL DE CENTRALIDADE	
		REDES DE TRABALHO	REDES DE CONFIANÇA
1	Ego 1	100%	100%
	Ego 2	100%	100%
	Ego 3	100%	75%
	Ego 4	75%	75%
	Ego 5	75%	50%
2	Ego 6	60%	40%
	Ego 7	40%	60%
	Ego 8	40%	0%
	Ego 9	40%	20%
	Ego 10	20%	20%
	Ego 11	40%	20%
3	Ego 12	33,4%	100%
	Ego 13	66,7%	100%
	Ego 14	66,7%	100%
	Ego 15	0%	-

Considerando os critérios para definição de laços fortes em uma rede - quantidade de tempo do vínculo, intensidade emocional, intimidade, serviços recíprocos prestados e multiplexidade - pode-se avaliar que os laços familiares envolvidos no processo de trabalho das feirantes são laços fortes. Laços entre conhecidos da feira ou entre prestadores de serviços que nem foram nomeados, como cortadores de tecido e costureiras, foram considerados laços fracos. Também foram considerados laços fracos, os vínculos de amizade

entre feirantes que ficam circunscritos ao espaço da feira do galpão e, portanto, estão condicionados à convivência no trabalho.

Cada tipo de laço tem um papel importante a ser desempenhado. Assim, destaca-se a presença da feirante FPL (Ego11), que faz a conexão entre as redes ampliadas 1 e 2, exercendo a função de laço fraco e de “ponte” entre grupos de feirantes que atuam em regiões bem diferentes do galpão. Esse tipo de laço pode gerar acesso à informação e recursos mais amplos, mesmo em uma rede mais fechada como a rede ampliada 1.

Dessa forma, há indícios de que a expansão das relações de amizade, trabalho e confiança entre feirantes de bancas diferentes e concorrentes no galpão é uma característica importante das configurações das redes e também dos processos de trabalho na feira. Mas como estas relações são criadas entre os feirantes? Quais são as normas que as regem? Essas características são descritas por meio da análise das entrevistas a seguir.

### **3.2 Análise das Categorias Temáticas**

A análise qualitativa foi realizada a partir da transcrição das entrevistas com feirantes e complementada pelas notas de campo oriundas das observações realizadas no ambiente do galpão estudado.

Mais do que buscar a veracidade dos relatos das entrevistadas, teve-se o intuito de compreender como as falas foram construídas, para inferir o tipo de interação social que apontavam, e quais as formas de organização e produção subjetiva revelavam sobre as redes sociais e o trabalho na feira. Por conta disso, buscou-se dar voz às feirantes utilizando trechos de suas falas durante toda a análise de dados. Assim, foram usadas as falas consideradas mais significativas e representativas das práticas de feirantes em cada categoria analisada.

Inicialmente, usou-se como referência para a codificação dos relatos das entrevistadas as categorias que estruturaram o roteiro de entrevista e que foram descritas no método. A partir do processo de leitura do material codificado, novas categorias e subcategorias foram surgindo, outras foram se entrelaçando e elaborando um modo de compreender as experiências das feirantes.

Na Tabela 9 estão descritas as categorias e subcategorias que nortearam a análise e discussão dos dados.

**Tabela 9**  
*Descrição das Categorias e Subcategorias Temáticas*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>Caminhos até a feira</b>	Trajetória laboral O que se busca no trabalho como feirante Processo de inserção na feira
<b>Sendo feirante</b>	Vivências de trabalho como feirante: vantagens e desvantagens Possibilidade de mudança de trabalho
<b>Os trabalhos dos feirantes e as redes</b>	Trabalhos na feira Trabalhos fora da feira
<b>Laços, trocas e normas</b>	Amizade Confiança Reciprocidade E a concorrência? Capacidade de associação

### **3.2.1 Caminhos até a feira.**

Por meio dessa categoria teve-se o intuito de conhecer as experiências de trabalho que construíram a trajetória laboral das feirantes, quais eram suas expectativas e como foi o

processo de inserção na feira do galpão. Buscou-se iniciar o entendimento das teias de relações e de sentidos envolvidos na vivência de ser feirante.

Dessa forma, a Tabela 10 descreve as experiências laborais das feirantes antes de sua chegada ao galpão.

**Tabela 10**  
**Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Trajetória Laboral**

<b>Categoria: Caminhos até a feira</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	(...) eu sempre trabalhei assim, primeiro eu comecei trabalhar com roupa infantil depois foi pra adulto, a gente teve uma lojinha também, sempre na feira. (Ego 6)
<b>Trajetória laboral</b>	<p>(...) a gente começou desde pequena no acabamento, cortando as pernas de linhas. Depois, quando a gente foi crescendo, a gente foi ajudando ela nas vendas e aí quando eu fiquei de maior, eu já fui sozinha, já ia para as feiras sozinha. (Ego 9)</p> <p>Eu já trabalhei de auxiliar de costura, aí depois que eu saí eu montei um comerciazinho pra mim, aí depois eu vim trabalhar na feira. (Ego 2)</p> <p>(...) eu trabalhei na Catedral, era vendedora, também já trabalhei na Marisa como auxiliar de loja (...) eu prestava serviço temporário. Quando eu tô sem fazer nada, às vezes eu compro peça, vendo bijuteria, essas coisas... Já trabalhei também na Renner, mas só que lá eu não trabalhava no ramo de vendas, eu trabalhava na limpeza, agente de limpeza. (Ego 5)</p> <p>Meu primeiro trabalho foi em uma escola (...) chegando lá a menina me botou pra fazer faxina, fiquei lá um ano (...) depois fui trabalhar em lanchonete (...) comecei a trabalhar à noite, passei mais ou menos uns 6 meses. (...) aí eu tava sem trabalhar e um cunhado me chamou para trabalhar de venda de cosméticos (...) Aí depois, me convidaram para trabalhar num plano funerário. Também era um trabalho de porta em porta, lá eu tive carteira assinada e tudo, só que eu só passei 6 meses. (Ego 15)</p> <p>(...) eu trabalhei muito com meta, isso mexeu muito com a minha cabeça (...) Pressão de meta, né, aquelas coisas... (Ego 4)</p> <p>(...) eu queria trabalhar em um canto fechado, então aquilo encheu meus olhos, mas, na verdade, não foi o que eu realmente pensava, eu tava ficando presa, muito estressada ali naquele trabalho, sabe? (...) aí eu vi que ali não era o meu lugar. (Ego 15)</p>

Entre as feirantes entrevistadas identificou-se duas formas principais de percurso laboral. Há feirantes que tiveram na feira de roupas sua primeira experiência de trabalho, tendo passado pelas feiras da Catedral, José Avelino e Beco da Poeira na cidade de Fortaleza e em feiras em municípios no interior do estado do Ceará. São trabalhadoras que iniciaram sua vida laboral muito jovens, por intermédio da família, e já imersas na informalidade.

Há ainda trajetórias marcadas por intensa mobilidade, alternando períodos com e sem carteira assinada. Nesse percurso, algumas entrevistadas disseram passar pelo ambiente da feira como vendedoras e costureiras, ou trabalhar em atividades informais ligadas à venda de roupas. Outras apresentam experiências em várias áreas diferentes, muitas vezes em empregos temporários e terceirizados. Ego 15, por exemplo, atuou em serviços gerais, como atendente em lanchonete, vendedora de cosméticos, vendedora de plano funerário, recepcionista e professora de maternal, transitando de trabalho em trabalho, formal ou informal, por vezes ambos, até começar a atuar como feirante ambulante na José Avelino com o seu marido e, posteriormente, no galpão estudado.

A maioria das ocupações relatadas, como vendedora, caixa em loja, atendente, auxiliar de serviços gerais e secretária, não exigem uma qualificação profissional específica. A exceção foi Ego 9, de uma segunda geração de feirantes, que era professora temporária e a única entrevistada com nível superior.

Foram encontrados dois relatos de sofrimento subjetivo que fazem referência a experiências laborais anteriores. O primeiro descrevia o desconforto causado pela pressão por resultados e cobrança para o alcance de metas, o que faz parte do cenário de competitividade atual no mundo do trabalho. O outro, a vivência de se sentir presa e estressada em um trabalho de escritório que, a princípio, parecia muito atrativo para uma trabalhadora que vinha de empregos em atividades mais operacionais e com menos prestígio social.

Esses dados apontam para uma situação de precarização e vulnerabilidade vivida por essas trabalhadoras em suas trajetórias laborais e se articulam às expectativas que as moveram até a feira, como descrito na Tabela 11.

**Tabela 11**  
*Relatos das Feirantes sobre a Subcategoria o Que se Busca no Trabalho Como Feirante*

<b>Categoria: Caminhos até a feira</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	Assim, o seu sustento né? O seu dia a dia, honrar seus compromissos. Eu particularmente eu sou assim. (Ego 8)
<b>O que se busca no trabalho como feirante</b>	O desemprego tá muito grande (...) às vezes algumas pessoas vão em busca de trabalho, não encontram e aí ‘ah eu vou fazer alguma coisa pra mim vender na feira’, porque tá difícil emprego. (Ego 7)
	Eu acho que busca uma prosperidade, ter um bom rendimento para dar alguma coisa pros familiares. Eu consegui comprar a minha casa, consegui comprar móveis, coisa que eu não tinha. (Ego 15)
	Todo mundo quer ter alguma coisa na vida, quer crescer. Tem gente que tem, que consegue, tem muitos que não conseguem. É assim, uns querem, vai quebrando, vai saindo, vai entrando os novos e assim vai. (Ego 6)
	Eu acho que mais é autonomia de ser dono do seu próprio negócio. (Ego 9)
	Na verdade, eu vim buscar mais essa questão de não ter mais patrão. Trabalhar pra mim mesmo e crescer (...) degrau por degrau. (Ego 14)

As expectativas que movem as pessoas em busca da atividade de feirante estão associadas à necessidade de trabalhar, de ter um sustento, um meio de sobrevivência alternativo ao emprego. A vontade de ter seu próprio negócio, não ter patrão, também está presente, assim como a aposta na possibilidade de crescimento, de melhoria de vida e de

aquisição de bens materiais. A prosperidade, entretanto, não chega para todos. A fala do Ego 6 descreve essa engrenagem que movimenta a feira e que implica na dinâmica de atração e de exclusão de trabalhadores. É uma regra e um risco aparentemente aceitos por todos.

A inserção na feira geralmente acontece por meio de relações e indicações de pessoas que já tinham algum contato com esse ambiente. Apesar desse suporte, os feirantes novatos enfrentam dificuldades de adaptação (ver Tabela 12).

**Tabela 12**

*Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Processo de Inserção na Feira*

<b>Categoria: Caminhos até a feira</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
<b>Processo de inserção na feira</b>	Assim, primeiro começou a minha sogra, aí eu comecei ajudando ela. Ai com o tempo eu já fui fabricando pra mim mesma. (Ego 3)
	Meu esposo começou a vir na feira (...), começou a vender e foi vendendo e trazendo o lucro pra casa. Aí um certo dia ele disse assim “Filha, eu vou precisar de alguém pra trabalhar comigo”, eu disse pra ele “O quê? Você vai chamar outra pessoa? Vai não, vai de jeito nenhum, eu vou com você” (Ego 15)
	Eu comecei com uma pessoa (...) trabalhei pra ela durante sete anos, trabalhei cinco anos avulso e dois anos na carteira assinada, ai depois ela me ofertou pra mim trabalhar na fábrica ou eu pedia minhas contas, eu disse pois me dê minhas contas que eu vou trabalhar pra mim. Aí eu comecei. (Ego 9)
	Foi porque falaram que tavam precisando, né, e o meu vizinho já trabalhava pra eles aí eu vim gostei, aí fiquei. (Ego 4)
	Começo eu sofri bastante (...) Sofri porque não tinha o costume de me acordar de madrugada. Ainda passei um ano sofrendo. Aí hoje em dia eu tô acostumada. (Ego 2)

No processo de inserção na feira, especialmente entre as entrevistadas que eram donas de banca, observou-se a influência decisiva de membros da família, como marido, sogra e mãe. Em geral, são familiares que já trabalham em feiras de roupas e usam suas esposas, filhas e noras como suporte em sua atividade. Os laços familiares se entrelaçam cada vez mais ao trabalho e são determinantes na inserção e permanência das trabalhadoras na feira.

Entre as funcionárias de banca, identificou-se a influência da indicação de amigos, vizinhos e conhecidos para conseguir um trabalho na feira. Nesses dois casos, observa-se a importância decisiva das redes, sejam as compostas por laços de parentesco ou por laços de amizade.

Ex-patroas também são apontadas como as responsáveis pela entrada na feira ao ensinar como ser feirante. Donas de banca que já atuaram como funcionárias fornecem indícios sobre a importância desse vínculo laboral. Por meio desses laços e da experiência prática de trabalho, as entrevistadas puderam reunir recursos financeiros e de conhecimento do ofício suficientes para abrirem suas próprias bancas.

Na maioria dos casos, a pessoa responsável pela entrada da entrevistada na feira, seja um familiar, amigo ou patrão, é também a que ensinou a ser feirante. Mas há também relatos de feirantes que aprenderam o ofício sozinhas, na prática, “na marra”.

As principais dificuldades na inserção no galpão em questão estão sempre relacionadas à adaptação com o período de realização da feira, que exige que as feirantes acordem de madrugada, “no melhor do sono”, e, também que trabalhem durante o final de semana.

Apesar de diferenças no percurso laboral, com mais ou menos mobilidade entre ocupações, pode-se afirmar que a trajetória das feirantes apresenta um perfil similar, relacionado à informalidade e à precarização. Mesmo as entrevistadas que já começaram o trabalho como feirantes, passaram por várias feiras diferentes, inclusive trabalhando no ambiente da rua, considerado mais inseguro e com piores condições que o galpão.

Assim, conseguir um meio menos instável de se sustentar, em um ponto fixo no galpão, combinado à possibilidade de ter um negócio próprio e de melhoria de vida são as principais ideias que permeiam as expectativas das trabalhadoras para a inserção na feira. Expectativas que são positivas, seja por influência das experiências laborais anteriores ou da

observação do trabalho e da prosperidade de membros da família que atuam na feira. As dificuldades experimentadas causam desconforto, mas podem ser superadas pela capacidade de adaptação e de perseverança das feirantes.

Vários elementos relacionados aos caminhos que levaram as entrevistadas à feira se articulam com os modos como são significadas as vivências de trabalho como feirante, como são descritos na categoria “Sendo feirante” a seguir.

### 3.2.2 Sendo feirante.

Que sentidos constroem o que é ser um feirante? Na categoria “Sendo feirante”, buscou-se acessar o mundo de sentidos que constituem essa vivência no galpão como subsídio para a compreensão das relações que são formadas. Assim, agregou-se dados sobre o que é considerado vantajoso na atividade, as dificuldades experimentadas e as possibilidades ou mesmo o desejo de mudança de ocupação.

A Tabela 13 traz as falas das entrevistadas sobre as vantagens de ser feirante.

**Tabela 13**

*Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Vantagens em Ser Feirante*

<b>Categoria: Sendo feirante</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	(...) a renda que compensa. (Ego 1)
	(...) a gente tá todo tempo com o dinheiro circulando, a gente trabalha o tempo todo com dinheiro. (Ego 3)
Vantagens em ser feirante	É mais gratificante quando a gente trabalha pra gente do que mesmo pra uma pessoa, né? (...) nós não temos patrão pra tá dando ordem, né? (Ego 7)
	Bom, pra mim a vantagem é: você tem seu próprio negócio, você não depende de ninguém, você entre aspas vai a hora que quer, entre aspas, porque o dia que você não for você não ganha. (Ego 14)
	É porque é menos dias que a gente trabalha. (Ego 11)

---

Dá tempo da gente fazer muita coisa, a vantagem é essa. A gente vai embora meio dia dá pra fazer até de tarde outras coisas, dá pra fazer um curso, trabalhar em outra empresa, quem tem pique, né? (Ego 5)

(...) quando é gente, é bom trabalhar com os outros. (Ego 6)

---

Nos relatos das vantagens experimentadas no trabalho como feirante, foram identificadas diferenças entre as donas de bancas e as funcionárias.

Entre as donas de bancas predomina o benefício financeiro e a circulação rápida de dinheiro a cada dia de feira, já que as vendas acontecem à vista. A renda obtida no trabalho é considerada satisfatória e superior ao salário que poderia ser conseguido por meio de um emprego.

A sensação de liberdade no trabalho é generalizada. Embora, entre as donas de banca, essa sensação esteja relacionada ao fato de não ter patrão e, entre as vendedoras, à ausência de cobrança em relação a metas de vendas.

A possibilidade de uma melhor organização do tempo é uma vantagem relatada também por donas de banca e por vendedoras. O fato da feira ser realizada quatro dias por semana, deixando três dias livres, e o horário de fechamento da feira, por volta do meio dia, são vivenciados como condições vantajosas. Pode-se inferir que essas vantagens fazem sentido se comparadas com suas experiências de trabalho anteriores em uma jornada de trabalho formal mais rígida, quando se trabalha de cinco a seis dias por semana, durante todo o período do dia.

A movimentação na feira, que possibilita conhecer pessoas diferentes e formar amizades, também é ressaltada como algo positivo pelas entrevistadas de maneira geral. Esse dado se relaciona ao processo de formação de laços, especialmente de amizade, entre as trabalhadoras e também com clientes.

As vivências positivas se articulam com as expectativas sobre o trabalho de feirante, descritas na categoria anterior (conseguir renda, ter seu próprio negócio e melhorar de vida) e podem ser pensadas em função de suas trajetórias laborais, permeadas por situações vulneráveis e instáveis de trabalho e de recebimento de salários.

Sobre as desvantagens experimentadas no trabalho na feira há a prevalência de dificuldades relacionadas com o seu período de realização e horário de funcionamento (ver Tabela 14).

**Tabela 14**

***Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Desvantagens em Ser Feirante***

<b>Categoria: Sendo feirante</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	É a noite de sono que a gente perde. (Ego 1)
	(...) a gente acorda cedo, chega de madrugada e não tem tempo pra sair pra nenhum canto, a feira é sábado e domingo, é o final de semana que a gente tem pra sair pra algum canto. (Ego 2)
<b>Desvantagens ser feirante</b>	<p><b>em</b> É muito cansativo (...) você tem que abandonar sua família e seu filho (...) porque você tem que trabalhar, você tem que ir em busca da sua profissão, da sua estabilidade, quem é autônomo, né? (Ego 7)</p> <p>(...) você sempre tem que olhar pelo lado bom, porque se você for olhar pelo lado ruim, você sempre vai ficar estressada, mal-humorada (...) então você tem que tá sempre com um sorriso no rosto, por mais que você tenha alguma dificuldade. (Ego 15)</p> <p>Desvantagem nenhuma (...) você traz sua mercadoria e vende, eu não vejo nenhuma desvantagem se eu tô me dando bem, né? (...) Eu trago a minha mercadoria e a maioria dos clientes é cliente de fora (...) eles compra em quantidade, tá entendendo, então pra mim não tem nenhuma desvantagem não. (Ego 17)</p>

Além de exigir que o feirante acorde de madrugada, por volta das duas da manhã, é necessário trabalhar no fim de semana, perdendo-se um período de lazer e convivência familiar, o que gera a sensação de muito cansaço e desgaste. Esse aspecto se articula aos

obstáculos enfrentados no processo de inserção no galpão, onde há prevalência de dificuldades com o horário, e indica que o desconforto vivenciado na entrada na feira permanece, apesar dos esforços de adaptação das feirantes.

O trabalho na feira é considerado muito cansativo pela intensa jornada de trabalho semanal. Associado a isso, estão as condições ambientais do galpão, com climatização feita por grandes ventiladores, mas, ainda assim, abafado e quente. O antigo estacionamento onde foi montada a estrutura do galpão fica abaixo do nível da rua, sendo necessário descer uma rampa ou escadas para acessar às bancas, o que prejudica a ventilação. O fato dos feirantes passarem a maior parte do tempo em pé, sentados em pequenos bancos sem encosto ou em cadeiras de plástico, também aumenta o desconforto físico. Um hábito comum entre feirantes, é o descanso, em momentos de menor movimento da feira, dentro do armário onde se guardam as mercadorias na banca. Essa prática foi registrada pela observação direta no galpão: Ego 6 foi observada, descansando dentro do armário de sua banca, durante o funcionamento da feira. Outro elemento observado foi a circulação de vendedores ambulantes dentro do galpão oferecendo *spray* para alívio de dor muscular, fato registrado inclusive no áudio das entrevistas, e que é um indício da sobrecarga física experimentada pelos trabalhadores.

Mas é preciso superar as dificuldades, “olhar pelo lado bom”, como disse Ego 15, pois as vendas são muito compensatórias para os feirantes que já estão estabelecidos e contam com clientes fixos que compram em grande quantidade, fazendo o dinheiro circular na feira. Assim, há a ideia de que o esforço aplicado no trabalho é recompensado e atende às expectativas dos feirantes.

Todas as entrevistadas relataram gostar de ser feirante e que escolheriam continuar na feira mesmo se pudessem ter outra profissão. Feirantes vendedoras relataram que dali só

sairiam para montar sua própria banca, movimento já efetivado por outras entrevistadas que começaram como funcionárias e depois montaram suas bancas na feira. Outras desejam ampliar o seu negócio, abrindo uma pequena loja no galpão e contratando funcionários. Um outro olhar para o futuro, só que um futuro distante, vislumbra um período em que já não se tenha resistência física para o trabalho na feira: os planos relatados envolvem construir uma reserva financeira ou ir comprando casas para viver da renda de alugueis na velhice, já que não existe a possibilidade de aposentadoria.

Esses elementos estão expressos na Tabela 15.

**Tabela 15**

*Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Possibilidade de Mudança de Trabalho*

<b>Categoria: Sendo feirante</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
<b>Possibilidade de mudança de trabalho</b>	Gosto muito do que eu faço. (Ego 3)
	Amo (...) eu não saio daqui não. (Ego 6)
	(...) apesar da noite de sono, eu prefiro aqui. (Ego 1)
	Adoro, adoro meu trabalho (...) daqui só trabalhar pra mim mesma. (Ego 4)
	(...) eu fico na feira, mas a minha vontade é ter minha loja um dia. (Ego 8)
	No futuro, no futuro... eu não pretendo ficar para sempre, ahh vou ser uma feirante até que a morte os separe. Não. Pretendo fazer um pezinho de meia futuramente pra que um dia eu venha sair, né. É muito cansativo, além de envelhecer muito, por conta de perca de sono, né, preocupação... Mas só mais... mais pra frente. (Ego 14)
	(...) eu sei que vai chegar um tempo que eu não vou poder mais trabalhar, então eu vou ter que ter uma renda, como eu nunca trabalhei de carteira... (...) daqui mais uns 15 anos, né? (Ego 17)

Pode-se perceber a presença de ambivalências nos sentidos construídos sobre a vivência de ser feirante. Se por um lado, o horário de término da feira gera a noção de tempo

livre, é necessário começar o trabalho de madrugada, o que causa desconforto. Pode-se usar o período da tarde, mas como ressalta Ego 5, isso é para quem tem “pique” e suporta o cansaço.

Outro elemento de ambivalência é a questão da liberdade de não ter patrão. A fala do Ego 14, quando expressa as vantagens de ser feirante, traz essa contradição do trabalho por conta própria: pode-se fazer o que quiser, contanto que não se deixe de trabalhar, porque se não houver produção, não há ganho. O sentido de liberdade expresso pelas entrevistadas (“sou livre” diz Ego 15), e que está vinculado à atividade de feirante, mostra-se contraditório, pois é necessário se submeter a extensas jornadas de trabalho.

O fator chave em relação aos horários é a possibilidade de flexibilidade, o que se articula com a sensação de liberdade experimentada. Contudo, esses aspectos se chocam com a possibilidade de obtenção de renda, que exige que o feirante aproveite todas as oportunidades de venda durante todo o tempo de realização da feira, intensificando sua jornada de trabalho.

A ambivalência está também no fato de que a possibilidade de prosperidade financeira na feira, que tanto atrai trabalhadores, e é considerada tão vantajosa, não atinge a todos igualmente. Os maiores ganhos ficam para os donos de banca que fabricam sua própria mercadoria, como identificado na aferição das faixas de renda entre as entrevistadas. Esse elemento (já destacado na categoria anterior caminhos até a feira) também remete às interações entre os feirantes e a concorrência, o que pode gerar tensões e conflitos no galpão.

As vivências relacionadas ao trabalho como feirante apresentam-se de forma complexa, com o entrelaçamento de sentidos positivos e negativos, e mesmo com a tentativa de lidar com as contradições inerentes à atividade, tendo em vista a prevalência de benefícios relatados no ofício de feirante.

A necessidade de disposição para o trabalho e a capacidade de adaptação e superação de adversidades são traços que parecem estar contemplados nesse contexto e se articulam com as interações sociais, aspecto que será mais explorado nas próximas categorias.

### 3.2.3 Os trabalhos dos feirantes e as redes.

Na categoria “os trabalhos dos feirantes e as redes” buscou-se compreender o que se passa em seu dia a dia de trabalho e como essas experiências se articulam com a formação e funcionamento das redes sociais.

Partiu-se da discussão traçada por Spink (1996) sobre as organizações como processos psicossociais que envolvem a ordenação de ações no cotidiano de trabalhadores. De fato, identificou-se um conjunto de arranjos e de relações para efetivação da produção e da comercialização de mercadorias, dentro e fora do galpão (ver Tabela 16).

**Tabela 16**  
*Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Trabalhos na Feira*

<b>Categoria: Os trabalhos dos feirantes e as redes</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	A gente chega três horas da manhã e vai embora meio dia.(...) Eu sou mais assim caixa. Elas desempenham a função de fazer as vendas. Aí a gente tira a mercadoria, arruma (...) por modelos(...) A gente tranca a banca porque a mercadoria fica pra próxima feira. (Ego 1)
<b>Trabalhos na feira</b>	A gente chega com os fardos, ai vai descarregar o fardo todinho, vai arrumar modelo por modelo na banca, depois o dia todo é só vendendo. (Ego 3)
	(...) quando chega um cliente e pede umas mil peças, eu tô contando, aí se uma pessoa perguntar ‘quanto é a blusa’ e eu me desviar, aí eu já perco a contagem.(...) Aí eu preciso bastante das amizades, né, das minhas amigas pra me ajudarem. (Ego 2)
	Quando tem bastante cliente, que tá assim todos precisando ser atendidos na mesma hora, a gente se desdobra. (Ego 1)
	(...) aqui tem que funcionar realmente como um grupo, né, porque como é feira é sempre muito lotado. Aqui é tipo dividido, uma pro lado, outra pro outro e se tiver muito ocupado de contar muita peça, uma conta, outra fica olhando a banca, nós

---

temos realmente um grupo, porque se não for assim não funciona. (Ego 4)

(...) a confecção é nossa, a gente traz de casa já. (...) Venho com a M. (...) a gente sempre fomos vizinhas de trabalho na feira. (Ego 6)

(...) a gente traz a mercadoria no carro, estaciona e os carregadores trazem pra gente. (Ego 11)

(...) o carregador que traz pra gente. Tem uns rapaz que eles cobram 5 reais pra trazer cada sacola. (...) A gente organiza a banca, seleciona os modelos, aí depois a gente merenda (risos), aí espera, aguarda os clientes começar a chegar e a gente começar a oferecer a nossa mercadorias pra começar a vender. (Ego 7)

(...) quando a gente tá muito ocupada que chega, dois, três clientes, aí uma atende, porque já sabe o preço, outra vai colocando na sacola, até desafogar mais. (Ego 9)

Na minha banca são revezados, tem eu, meu filho, minha filha, meu irmão e meu esposo. (...) a gente trabalha em duas bancas. Mas essas outras bancas não é minha. É de outras pessoas, a minha filha só faz o trabalho ajudando. (Ego 15)

(...) a gente pega todo tipo de cliente, entendeu, e tem que saber levar. Porque tem cliente que chega e quer que seja logo atendido e a gente tá atendendo um e aí ele quer que seja logo atendido e muitas das vezes mexe a mercadoria toda e não leva nada e a gente tem que ficar caladinho porque a gente precisa do cliente. (Ego 17)

---

Na feira, a prioridade é a comercialização de mercadorias, tanto para as feirantes donas de banca quanto para as que são funcionárias. O trabalho começa com o transporte dos produtos até o galpão e pode ser realizado pelas próprias feirantes ou com a ajuda de motoristas (geralmente membros da família). Chegando ao galpão, entre três e quatro horas da madrugada, contam com a ajuda de carregadores que levam os fardos até a banca. O próximo passo é organizar a exposição de produtos, vestir e posicionar os manequins para começar as vendas. Por volta de onze horas da manhã o fluxo de clientes no galpão é bem menor e as feirantes já começam a organizar o fechamento de suas bancas, guardando nos armários as mercadorias que ficam para o próximo dia de feira e escolhendo os materiais que devem levar de volta.

O período entre a chegada e a saída do galpão é crucial para todo feirante, pois aí acontece a comercialização das mercadorias. O processo de venda é similar e, de maneira geral, acontece de modo muito rápido, como foi possível constatar por meio de observação.

Não há negociação de preço, pois argumenta-se que já é preço de “revenda”, e os clientes exigem agilidade do vendedor, já que têm um tempo limitado para realização das compras. Rapidamente a venda é efetivada, as mercadorias são colocadas em sacolas plásticas, e o cliente parte para outras bancas. Alguns clientes ligam para feirantes avisando o dia em que vão passar na banca e já pedindo para separar a mercadoria que será levada. Essa necessidade de aproveitamento máximo do tempo da feira e dos fluxos de clientes para a realização do maior número possível de vendas, gera a necessidade de celeridade no atendimento e também uma sobrecarga para os vendedores, principalmente os que ficam sozinhos na banca.

Como já identificado nos diagramas das redes, existem algumas peculiaridades se compararmos as feirantes das redes ampliadas 1, 2 e 3.

A rede ampliada 1 se concentra na banca A e as relações mais importantes de trabalho acontecem entre os seus próprios membros. O grupo de trabalho é composto por uma das donas, que tem a função de caixa, e quatro vendedoras em cada dia de feira. As donas da banca se revezam a cada semana. Pelas características da feira, com grandes fluxos de clientes podendo chegar a qualquer momento, é necessário um tipo de organização especial entre as vendedoras. As vendedoras se posicionam em torno da banca e quando um cliente compra uma quantidade muito grande de peças é necessário dar apoio total à colega que faz a contagem para que ela não se “desvie” e erre nas contas. As outras vendedoras devem atender qualquer outro cliente que apareça e ainda vigiar as mercadorias na banca. Por isso, só uma vendedora pode sair de cada vez para se alimentar e ir ao banheiro.

No caso das redes ampliadas 2 e 3, compostas por bancas menores, onde só fica uma feirante por vez, as relações se configuram de maneira diferente, se expandindo entre diversas bancas. Além de parcerias estabelecidas para transporte de mercadorias, indicação de bancas para clientes, indicação de funcionários, lanches coletivos e empréstimos de pequenas

quantias em dinheiro e de produtos, feirantes de bancas diferentes prestam suporte diretamente nas vendas, formando um coletivo de trabalho atuante sempre que necessário. Em situações em que há muitos clientes para atender ou é preciso se ausentar da banca, pode-se contar com a ajuda de um feirante amigo para realizar as vendas.

Foi possível observar diretamente esse fenômeno durante a entrevista com Ego 15, interrompida várias vezes para atendimento de clientes e permitindo uma permanência mais demorada em frente à sua banca. No momento da entrevista, ela cuidava de uma banca e sua filha, de 16 anos, era a responsável pelas vendas na segunda banca da família; ambas vendiam cintos na feira. Percebeu-se uma movimentação estranha, já que a sua filha fazia vendas na sua banca de cintos e em uma outra de roupas, e se movimentava rapidamente entre as bancas, atendendo todos os clientes que se aproximavam. Ao ser perguntada novamente sobre quantas bancas afinal tinha na feira, Ego 15 explicou que a terceira banca (onde sua filha também realizava as vendas) era de um feirante amigo, que havia precisado sair e tinha deixado a banca sob a responsabilidade de sua filha. Esta última, teria um ganho financeiro pelas vendas efetivadas, mas fica claro no episódio a existência de laços de amizade e de confiança permeando as relações. Essa dinâmica não foi mapeada na rede de trabalho de Ego 15, já que a mesma indicou apenas seus filhos como as pessoas que mais ajudavam em seu trabalho. É possível que, por fazer parte de uma banca que conta com um forte suporte familiar, Ego 15 seja mais fornecedora de ajuda para os feirantes amigos do que o contrário.

Portanto, as características do trabalho de vendas na feira geram a necessidade de associação entre feirantes, seja por meio de laços de trabalho onde a principal troca é a remuneração, no caso da rede 1, seja por laços de trabalho formados a partir da intermediação de prestação de serviços e confiança, como no caso das redes 2 e 3.

Fora do ambiente da feira acontece um outro tipo de trabalho. Os dias de segunda, terça e sexta, quando não acontece a feira no galpão, são de intenso trabalho para as donas de bancas e, especialmente, as fabricantes de mercadorias (ver Tabela 17).

**Tabela 17**

**Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Trabalhos Fora da Feira**

<b>Categoria: Os Trabalhos dos feirantes e as redes</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	A fabricação é eu, minha mãe e a minha cunhada. (Ego 1)
<b>Trabalhos fora da feira</b>	<p>Compro tecido, levo pra fábrica. Espero o cortador cortar, depois que corta vai pra pintura, da pintura em seguida vai pra costureira. (...) Algumas tem botões, vai pro botão, ai vai etiquetar tudinho, outras que tem strass, algum aviamento, a gente coloca tudo na fábrica. (Ego 3)</p> <p>Eu trabalho quarta, quinta, sábado e domingo na feira e o resto dos outros dias na fábrica.(...) Lá é só auxiliar, só acabamento. (...) As peças já chegam prontas. (Ego 2)</p> <p>(...) a gente sempre cria alguma coisa. A gente pega um modelo que já tem, que já tá vendendo bem, se baseia por aquele e inventa outro. (Ego 3)</p> <p>Na segunda a gente vai comprar tecido, na terça a gente ajeita mercadoria pra trazer na quarta, aí na quarta e na quinta a gente vem pra feira, na sexta já tem que ajeitar mercadoria pra trazer no sábado e no domingo. (...) Trabalha eu, meu marido e minha mãe. (Ego 7)</p> <p>Por exemplo amanhã, amanhã é dia de correr atrás de mercadoria. O que tá pronto trazer sábado, entendeu. Aí tecido já compra no sábado quando sai daqui meio dia, né, já pra comprar pra agilizar. Aí é um corre corre. (Ego 14)</p> <p>(...) minha mãe fica só em casa, fazendo a confecção. (...) ela decide os modelos, qual o tecido, ela leva pra facção (...) Tem as costureiras em casa e tem as facções fora. (Ego 9)</p> <p>Meu esposo aprendeu a cortar olhando. Primeiro corte das nossas vidas foi queimado tudim. Mas Deus foi tão bom que a costureira que Deus botou, ela disse não se preocupe que essas peças vão sair. Saiu. (Ego 8)</p> <p>Na verdade, os modelos geralmente... na base da cópia. A gente copiou de uma tv que vê... faz que meio que um modelo ou a gente compra alguns outros modelos de outros lugares pra refazer (Ego 14)</p>

Tudo começa com a escolha dos modelos para as roupas. Essa decisão é baseada na percepção dos modelos que foram mais vendidos naquela semana, nas modas lançadas pelas novelas e pelos *blogs* na internet. A reinvenção, ou a cópia mesmo, de modelos adquiridos na feira, ou em lojas de departamento, é uma prática bastante comum também.

O processo produtivo inicia com a compra dos tecidos e aviamentos para as roupas que serão produzidas. Depois passa-se ao processo de corte, costura e acabamento das peças. Para efetivar essas etapas é necessário contar com o suporte familiar, e aí destaca-se novamente a importância dos laços familiares como sustentação do trabalho na feira. E com facções e trabalhadores contratados para efetivar partes específicas do processo produtivo, principalmente o corte e a costura das peças, sendo pagos por produtividade.

A família tem um papel fundamental em todo o processo produtivo de fabricação de mercadorias. São mães, pais, irmãos, filhos e filhas envolvidos no processo de compra de tecidos, transporte de mercadorias, corte, costura, acabamento de peças, além das vendas. Ao final da entrevista com o Ego 15, já próximo ao horário de fechamento do galpão, chegam à sua banca personagens desse universo: o seu marido, o companheiro de sua filha e o seu neto de menos de dois anos. Interessante destacar que Ego 15 apresenta um dos maiores subgrupos familiares das redes mapeadas.

Os trabalhadores autônomos, cortadores e costureiras, atendem a vários fabricantes e são facilmente substituíveis, não gerando vínculo suficiente nem para que tivessem seus nomes citados pelas feirantes na configuração das redes. As facções são formadas por grupos de costureiras que atuam principalmente na costura e na montagem das peças. A relação com cortadores e facções (a costura de um vestido pode custar de R\$2,00 a R\$2,50 para o feirante, por exemplo) parece ser imprescindível para a produtividade, flexibilidade e barateamento da produção, tendo por consequência a diminuição do preço final das mercadorias e o rápido

atendimento das demandas dos clientes. Importante ressaltar que, assim como os profissionais autônomos, a aplicação do trabalho familiar também acontece no âmbito da informalidade.

Uma banca padrão pode produzir, em geral, de 500 a 600 peças por semana por meio desse processo. É necessário produzir em grande quantidade, já que com peças muito baratas o ganho é em escala, em um curto espaço de tempo, com os menores custos possíveis e com modelos que podem mudar de semana a semana. A capacidade de adaptação é uma questão de sobrevivência diária na feira.

Relacionado a esse processo, existem as donas de banca que compram diretamente as peças fabricadas por fornecedores que também são feirantes do galpão ou de outras feiras. Algumas fabricantes produzem suas mercadorias e adquirem produtos de outros feirantes de forma concomitante. Tudo depende da movimentação semanal de clientes e vendas na feira. Existe ainda, no caso da banca A da rede ampliada 1, funcionárias que trabalhavam na feira como vendedoras e como auxiliar de costura na fabricação de blusas.

Identificou-se, assim, que as redes sociais atuam dentro e fora do espaço da feira do galpão e estão intrinsecamente relacionadas ao trabalho nas bancas. Os laços envolvidos no trabalho contemplam vínculos familiares, de amizade e também trocas de remuneração, como mapeado nas redes ampliadas 1, 2 e 3.

As redes formam coletivos de trabalho com laços, normas de organização e de funcionamento próprias. Esses últimos aspectos serão descritos na próxima categoria.

#### **3.2.4 Laços, trocas e normas.**

Essa categoria foi composta a partir dos dados das interações sociais entre as feirantes no galpão, os tipos de laços existentes, os conteúdos intermediados e as normas criadas para

regular o funcionamento das redes.

A primeira subcategoria analisada refere-se aos laços em que há troca de um elemento imaterial, mas fundamental para o funcionamento do trabalho na feira, a amizade. A Tabela 18 descreve as falas das participantes sobre esse tema.

**Tabela 18**  
*Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Amizade*

<b>Categoria: Laços, trocas e normas</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	(...) confusão, discussão, as pessoas vê e ficam nervosas, né, fica com medo e espanta o cliente, então tem que manter todo tempo assim um bom convívio. (Ego 3)
<b>Amizade</b>	(...) aqui eu me dou com todo mundo, aqui todo mundo é amigo. Graças a Deus aqui nunca tive confusão. Só amizade, bastante amizade. (Ego 2)
	Os amigos da feira interage muito, fica conversando, e tem os clientes também, né, simpatia, a conversa, atender o cliente bem, esse tipo de coisa. (Ego 6)
	Tudo é amizade. (Ego 13)
	(...) minha amiga CGB e a minha amiga SDS. Quando preciso sair da banca elas tomam de conta da banca (...) só amizade e companheirismo aqui da feira. (Ego 12)
	(...) quando eu preciso dar uma saída, ela olha a banca, né, ou quando ela também precisa, a gente sempre faz essa troca, a gente sempre se dá bem... sempre amigas, colegas de trabalho, amigas. (Ego 14)
	(...) a gente aqui é uma família. (...) do meu lado tem a MA, né? Tem a IS, que a gente convive muito, são essas pessoas aqui mais ao lado, entendeu? Então, essas pessoas que tão mais próximas a gente conversa mais e tudo, mas se você for perguntar eu conheço bastante gente. (Ego 15)
	É uma convivência que é assim, aqui todo mundo é amigo e tal, saiu dali...esquece. Cê tá entendendo? Aqui todo mundo é amigo, todo mundo brinca mas saiu, foi embora, cada um na sua. (Ego 17)

A amizade parece ser a base das relações entre as feirantes. É o cimento, a cola, que dá coesão à convivência. A amizade envolve dois tipos de vínculos diferentes: a amizade entre conhecidos, com menor frequência de interação e de trocas, e a amizade que inclui a

intermediação de elementos materiais, serviços e confiança.

Entre os conhecidos, a amizade é necessária para manter o bom clima de convivência no galpão, requisito fundamental para a sobrevivência comercial das feirantes. Em um ambiente tão dinâmico, turbulento e competitivo, com a existência de várias feiras em espaços diferenciados no entorno, é necessário manter a sensação de segurança, permitindo que as trocas comerciais aconteçam com o mínimo de estabilidade para atrair o maior número possível de clientes.

A amizade que envolve a efetivação de vínculos mais constantes é mais frequente entre as feirantes que ocupam os mesmos corredores, as vizinhas de banca. As redes ampliadas 2 e 3 mostram bem o estabelecimento dos laços entre feirantes de bancas diferentes que ocupam as mesmas localidades do galpão. No começo das entrevistas da rede ampliada 3, a feirante Ego 13 estava sentada em cima da banca de Ego 12 e conversavam animadamente, inclusive atendendo clientes em conjunto, de forma que se pensou inicialmente que eram feirantes de uma mesma banca, sendo que eram vizinhas. No caso de Ego 15, que não indicou nenhum feirante amigo em sua rede de trabalho, há uma convivência explícita com diversos vizinhos, e mesmo com feirantes de bancas mais distantes, em uma quantidade bem expressiva, como representado na rede ampliada 3, indicando a importância da amizade no galpão.

A amizade “verdadeira” (termo usado por algumas entrevistadas) é aquela que pode envolver conversas, até confidências, e interações frequentes no galpão, “à todo momento, à toda hora”, lanches compartilhados, intermediação de recursos materiais como manequins, acessórios para roupas e dinheiro e, sobretudo, a ajuda nas vendas. É o companheirismo entre os vizinhos de banca.

Permeando todas as redes mapeadas, sejam as ampliadas, onde mesclam-se os laços

entre conhecidos, familiares e amigos da feira, seja nas redes de trabalho e de confiança, onde predominam os laços entre feirantes, estão as trocas envolvendo a amizade. Por isso não foi possível mapear uma rede de amizade, pois todas as relações na feira envolvem em maior ou menor grau esse elemento.

Interessante notar que esses laços que envolvem trabalho, trocas e normas parecem estar circunscritos ao ambiente da feira, inclusive a amizade “verdadeira”; como bem definiu Ego 17, “saiu dali, esquece”. A vivência da feira parece ser tão intensa, assim como o trabalho como feirante, que não sobra tempo para interações constantes fora desse espaço, como argumentaram alguns feirantes. Também revela que o entrelaçamento das feirantes gera um coletivo de trabalho com relações e normas próprias que só lá ganham sentido. Vale destacar que os laços de amizade começam predominantemente no espaço da feira, a partir da inserção no trabalho. São pessoas que se conheceram no galpão, no cotidiano de trabalho.

Há dois elementos associados ao estabelecimento de relações de amizade e que estão intrinsecamente entrelaçados: a confiança e a reciprocidade. Na Tabela 19 estão descritas falas das entrevistadas sobre a confiança na feira.

**Tabela 19**  
***Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Confiança***

<b>Categoria: Laços, trocas e normas</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
<b>Confiança</b>	Confio nas amigas da feira. (Ego 12)
	(...) pra fazer amizade aqui? Precisa confiança. (Ego 13)
	Confiar? Não, hum hum. Só as pessoas da banca. (Ego 1)
	Duas pessoas que eu confio, assim que eu gosto de falar, é a BAT e a REG. (Ego 2)
	Eu confio na RGS, a amiga que eu mais me identifico aqui na feira é ela e a FPL. (Ego 7) Eu confio na IM, que a gente conversa, é uma senhora de idade, é sábia nas coisas. (Ego 8)

---

Confio assim, se aparecer alguém, assim, confio dela vir e vender...Tá entendendo?  
(Ego 11)

Agora eu tive que sair para ir ao banco, aí a RGS fica olhando minha banca, quando a RGS não tá, aí a MP. Só que a MP hoje não veio, quem tá é a GE, que também é de confiança. (Ego 9)

(...) é um elo que você adquire confiança, porque como esse rapaz aqui que a minha filha tá, confiança, né? (...) Claro, tem que confiar, porque é um elo que a gente tem que ter, né? (Ego 15)

---

Há indícios de formas diferenciadas de confiança na feira. A primeira contempla a prestação de serviços, as trocas, os apoios para a venda que são intermediados entre os feirantes de uma mesma rede e que estão associados a trabalho e amizade.

No caso da rede ampliada 1, há laços de boa convivência e de amizade com feirantes de outras bancas, mas quando se trata das redes de trabalho e de confiança, especificamente relacionadas às vendas na feira, os laços envolvem unicamente os membros da banca A. Já entre os feirantes das redes ampliadas 2 e 3 é necessário que as relações baseadas na amizade “verdadeira” e na confiança sejam mais amplas, envolvendo várias bancas diferentes. Esses laços não podem ser muito limitados pois, no momento da necessidade, quando uma amiga feirante não pode ajudar, outra pode, e assim por diante.

Uma outra forma de confiança refere-se à compreensão de uma proximidade e afinidade social maior entre as feirantes. Essa confiança é sentida como mais profunda e, por isso, ainda mais restrita no ambiente da feira. É significada pelas feirantes como aquelas pessoas com quem se pode conversar sobre assuntos mais pessoais e íntimos, e que não dizem respeito necessariamente ao trabalho desempenhado.

A reciprocidade é uma norma de convivência social imprescindível na construção e no desenvolvimento dessas relações. É imprescindível por permitir aumentar a amizade e,

principalmente, a confiança, a expectativa de previsibilidade do comportamento do outro envolvido na troca (ver Tabela 20).

**Tabela 20**  
*Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Reciprocidade*

<b>Categoria: Laços, trocas e normas</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	É porque assim, tipo assim, aqui na banca nós “tudim” se ajuda, porque às vezes a gente tá no aperreio, ai elas ajuda a gente, a gente tá ocupada atendendo um cliente, elas vem atende os outros clientes... É assim, é uma ajudando a outra aqui. (Ego 2)
<b>Reciprocidade</b>	(...) aqui é como uma família, a gente passa o dia inteiro aqui, só vai pra casa dormir, né, então a gente tem que ajudar um ao outro (...) Eu venho só, num dia que tem um movimento muito grande, elas vem me ajudar a vender pra aquele cliente, se eu precisar de alguma coisa elas tendo, elas me cedem (Ego 7)
	(...) a gente se ajuda. Quando uma não vende, a outra puxa cliente, puxa pra cá... Quando eu quero uma coisa ou ela...é assim, uma servindo a outra. (Ego 8)
	(...) a gente aqui é muito assim, uma ajuda a outra. (Ego 10)
	Todos eles ajudam. Se eu for lá no banheiro e disser assim: olha aí a banca, eles olham. Até vende a mercadoria porque eles sabem os preços, vende e chega e entrega o dinheiro. E assim eles fazem na minha e eu faço na deles quando eles precisam. (Ego 17)

O comportamento de dar, receber e retribuir mostra-se uma das normas de convivência social mais importantes entre feirantes no galpão. Todos contam com a ajuda, principalmente do vizinho de banca, e estão prontos também para retribuir no que for necessário, tanto em recursos materiais como imateriais. Os amigos da feira são sentidos como uma família e seguem as normas de reciprocidade e lealdade consideradas próprias desses laços.

Essa conduta foi mapeada nas redes sociais por meio da identificação de laços recíprocos, o que indica que as relações na feira fornecem não apenas suporte à atividade dos

feirantes, mas estão intrinsecamente relacionadas ao seu trabalho. No mapeamento das redes de trabalho e de confiança, nas redes ampliadas 1, 2 e 3, foram encontrados laços recíprocos, e mesmo subgrupos com tríades de reciprocidade. Esses subgrupos estão relacionados aos laços familiares e de trabalho remunerado, mas também à família da feira, aos laços de amizade e de confiança construídos ali, nas práticas diárias. Estima-se que a conduta da reciprocidade seja uma norma generalizada entre os feirantes, sendo bem mais ampla do que o que foi indicado nos laços recíprocos identificados nas redes.

Todavia, a efetivação da norma da reciprocidade acontece em um ambiente com características próprias e atravessado pelas leis de mercado: compra, venda, preço, demanda, oferta e concorrência. Sendo assim, permeando as relações de cooperação estão também as relações de competição, já que existe um número limitado de clientes disposto a comprar e todos os feirantes precisam vender suas mercadorias. Esse lado obscuro da vivência das feirantes foi sendo revelado aos poucos, mas com muita força, nas entrevistas. Geralmente associado a afirmações como “mas aqui, isso não acontece”, apontando que as divergências e os conflitos ocorrem só com outros feirantes, nunca com aqueles que compõem as redes das entrevistadas (ver Tabela 21).

### **Tabela 21**

#### ***Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria E a Concorrência?***

<b>Categoria: Laços, trocas e normas</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
	(...) aqui na feira tem muitos rivais, muita gente... por causa de modelo... Um vende, outro não vende, tem muitos inimigos assim né, nessa parte. Mas fora isso... Eu não tenho problema com isso, mas muita gente já tem. (Ego 11)
<b>E a concorrência?</b>	Os feirantes geralmente, não com essas pessoas que eu falei, graças a Deus, eu não tenho assim o que reclamar de nenhum dos meus vizinhos, mas o que gera uma confusão aqui na feira é às vezes a pessoa copiar um modelo da outra. Geralmente isso causa muita confusão. (Ego 7)

---

O que pode acontecer de gerar briga é tipo assim porque aqui toda a mercadoria é toda tabelada todo mundo vende blusa de um preço, aí vai que um vizinho teu bota a mesma mercadoria de um preço abaixo, isso pode acontecer de gerar uma confusão mas... Não acontece não. (Ego 1)

É isso... Modelo. A gente cria um modelo, o pessoal copia, vende mais barato... Muito disso. (Ego 11)

Questão de modelos, né? (...) eu tenho o modelo X e o meu vizinho copia sem nenhum pudor, nenhuma vergonha, copia também o mesmo modelo, vende... Porque o problema da gente não é vender, é baixar o preço menor que o da gente, então defasa nosso preço, defasa nossa mercadoria, desvaloriza. Isso é o que causa maior briga de feirantes. (Ego 14)

É... Briga depois tá todo mundo se falando de novo. Tem essa de ficar mal não. (Ego 6)

Tem que atender bem, tem que ser carismática, chamar o cliente pra ver, mostrar... as vezes ele quer ver um produto aí você mostra outro e ele já se interessa. Sempre no carisma e chamando o cliente. (Ego 9)

---

Quebrando as relações de amizade e de confiança e, principalmente, as regras de reciprocidade, a grande questão apontada como geradora de brigas entre feirantes é a prática, considerada desleal, de copiar os modelos de roupas e acessórios vendidos na feira por outras bancas.

No curto ciclo de produção e de venda de mercadorias, que na feira de roupas pode ser semanal e, até diário, acompanhar e atender às demandas dos clientes para efetivação das vendas é uma questão de sobrevivência para os feirantes. E criar modelos com venda garantida não é tarefa fácil. É necessário estar atento ao mundo da moda por meio da televisão, da internet, dos *blogs*, dos *looks* das atrizes, nas lojas de departamentos e, também, na feira. A cópia na feira pode acontecer mas tem que ser mais discreta e criativa, com mudanças nos tecidos, aviamentos e detalhes da roupa. Afinal, “nada se cria, tudo se copia” como revela Ego 16.

Ter o modelo copiado como “xerox” por outro feirante significa ter o trabalho criativo

roubado, mas além disso, uma outra regra é quebrada: a padronização dos preços. Vale lembrar que as feiras de roupas prosperaram em uma época de inflação baixa e estabilidade de preços, e é a fama de mercadorias muito baratas que atrai compradores de vários estados do Norte e Nordeste. Os clientes compram em grande quantidade, o que faz com que cinquenta centavos à menos em uma peça faça a diferença necessária para mudar a compra de uma banca para outra, como destaca Ego 5. Então, copiar os modelos e, ainda, vendê-los a um preço mais baixo é a grande causa de indignação entre feirantes.

Ao invés das ajudas recíprocas, sobressai aí a face da concorrência. Uma conduta competitiva considerada aceitável e desejável no perfil do feirante é a prática do bom atendimento ao cliente, tratando-o bem, sendo paciente e atendendo suas demandas para, assim, fidelizar a clientela. Mais do que isso, pode gerar conflito. Além de modelo e de preço, outra causa de brigas relatada, mas em intensidade bem menor, é a disputa por espaço entre as bancas, como, por exemplo, a colocação de manequins tomando um pouco do espaço da outra banca.

A permanência do delicado equilíbrio entre os laços de amizade e de confiança entrelaçados ao trabalho e às relações de concorrência é necessária. Quando foi perguntado às feirantes sobre como se resolviam os conflitos, as respostas eram evasivas, indicavam que por meio de brincadeiras ou ficavam “por isso mesmo”, perdidos no turbilhão de acontecimentos da feira. Assim, os conflitos não podiam provocar maiores alardes, para não afastar o cliente e para retorno da boa convivência.

A existência de laços formando redes e unindo grupos de feirantes não garante por si só a capacidade de associação mais ampla para resolução dos problemas que os atingem na feira, como mostra os relatos da Tabela 22.

Tabela 22

*Relatos de Feirantes sobre a Subcategoria Capacidade de Associação*

<b>Categoria: Laços, trocas e normas</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de análise</b>
<b>Capacidade de Associação</b>	O pessoal ai de fora, causa aquela desunião, que aqui a gente, quem fica aqui dentro, tem mais dificuldade que o pessoal ai fora, né? Ai fica aquela complicação, porque o pessoal fora, eles não pagam a mesma coisa que a gente, né? (Ego 5)
	(...) a classe trabalhadora dos feirante é a classe mais assim... desigual. Eles não pensam igual... Tipo, vem um grupo menor e tenta fazer um protesto sobre isso, se tem 100 vai 10 (...) eles não são aquela categoria unida que vai todos, fecha sua banca e vai. Eu já participei de alguns protestos pelo Beco da poeira, quando ia sair do antigo beco, e a maioria dos permissionário que não queria que saísse de lá quando chegava o dia do protesto, a maioria ficava e a minoria ia pra frente da assembleia lutar pelos direitos. (Ego 7)
	(...) eles queriam mudar o horário mas não conseguiram mudar o horário. (...)ele ia estender até dez horas da noite, três da manhã até dez da noite. O administrador queria mudar para o outro horário e os feirantes não quiseram. (...) muito cansativo, você tem que fabricar, tem que pegar mercadoria, não dá... (Ego 9)
	(...) uma vez eles, eles queriam colocar um aumento, que toda semana a gente paga uma taxa, né? Eles queriam aumentar e todo mundo se reuniu que não tava certo aumentar porque já tinha aumentado nesse ano mesmo, então não tinha condição de ter outro aumento, aí realmente todo mundo se reuniu... (Ego 14)

Os relatos apontam inicialmente para a pulverização de laços que envolvem os feirantes da região da José Avelino e adjacências. O que pode parecer uma feira só, na verdade, é percebido pelos feirantes como várias feiras, em vários galpões diferentes, e, ainda, nos espaços da rua, como na José Avelino e na Catedral, por exemplo. Há uma diferenciação clara entre os feirantes “de dentro”, do galpão, e os de “fora”, da rua, o que gera certa rivalidade. Vários feirantes do galpão citaram relações com conhecidos de outras feiras, mas consideram também que sofrem uma concorrência desleal, pois os feirantes da rua não pagam as mesmas taxas que os feirantes “de dentro”.

Uma interdependência complexa e contraditória também é reconhecida, como mostra o seguinte episódio. Em um dia de coleta de dados, houve uma operação da Guarda

Municipal de Fortaleza para ordenamento dos feirantes que ocupavam as ruas no entorno do galpão. Efetivamente as calçadas da Catedral, que estavam lotadas de feirantes e clientes na semana anterior, estavam vazias. Ao serem questionadas sobre se esse fato tinha aumentado o fluxo de clientes para o galpão, as feirantes afirmaram que não, que tinha ficado mais vazio, pois a operação da Guarda Municipal tinha espantado todos os clientes por medo da confusão na rua. Assim, apesar das rivalidades e disputas por clientes, o fato é que quando as feiras da rua estão bem, a do galpão também está.

A falta de união gera dificuldades de associação para realização de movimentações mais amplas, como lembrou Ego 7 por ocasião de sua experiência na feira do Beco da Poeira. Todos querem melhores condições, mas poucos se dispõem a fechar suas bancas para participar de passeatas, por exemplo. Infere-se que, um dia de mobilização, implica também em perda de um dia de trabalho, o que compromete a sobrevivência financeira de muitos feirantes.

O foco parece estar nas dificuldades que afetam diretamente, e de maneira imediata, o seu dia a dia de trabalho. Foram lembradas duas situações em que os feirantes conseguiram se juntar e tiveram sucesso em suas reivindicações: para barrar o aumento da taxa semanal que se pagava à administração e, principalmente, em relação à proposta de ampliação do horário de funcionamento do galpão, que deveria se estender até à noite. Nos dois casos, a mudança implica em um aumento do aperto financeiro do feirante do galpão e na intensificação do seu trabalho.

#### **4 DISCUSSÃO**

A constatação mais importante, a partir dos resultados descritos, é a da existência de redes sociais que atuam no ambiente da feira de roupas no galpão investigado e que remetem diretamente ao trabalho dos feirantes. Identificou-se um pulsante caldeirão de relações que

interligam trabalhadores que atuam no galpão, suas famílias, amigos, conhecidos e vizinhos de bairro. A quantidade de nós e de laços das redes egocentradas e suas interligações demonstra a capacidade de cada feirante de construir ou aproveitar conexões já existentes para viabilizar o seu trabalho na feira. Assim, a articulação entre trabalhadores na informalidade pode ir além das relações familiares e de remuneração, envolvendo trocas imateriais como amizade e confiança, em um misto de laços fortes e laços fracos.

No intuito de ir desvelando aos poucos as complexas tramas que envolvem as redes sociais na feira e considerando a interligação entre cada categoria evidenciada nesta pesquisa, optou-se por dispor os argumentos e constatações da discussão em temas, como apresentado na Figura 16.

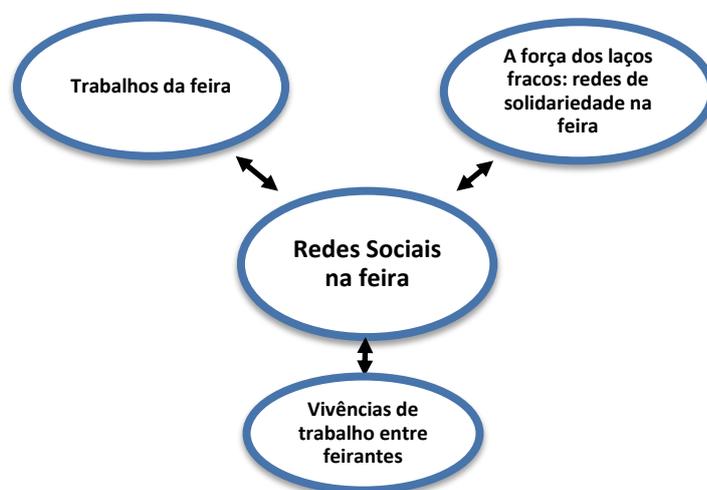


Figura 16. Articulação de temas na discussão dos resultados da pesquisa.

Redes sociais na feira é o tema que permeia e costura todos os outros, a saber, os trabalhos da feira, (categoria: os trabalhos dos feirantes e as redes), a força dos laços fracos na formação de redes de solidariedade e confiança (categoria: laços, trocas e normas) e as vivências de trabalho entre os feirantes (categorias: caminhos até a feira e sendo feirante), como demonstrado a partir do próximo item.

#### 4.1 Redes Sociais e os Trabalhos da Feira

Os dados confirmam a formação de coletivos de trabalho entre as feirantes, que compartilham uma forma de organização psicossocial, articulada em redes, que atuam no ambiente da feira e fora dele. A liberdade vivenciada pelas feirantes é uma liberdade, também, de produção coletiva de seu próprio trabalho.

Os resultados corroboram pesquisas sobre o ambiente da informalidade que detectaram a criação de formas de organização espontânea que estruturam minimamente um cotidiano de trabalho pautado na instabilidade. São práticas e processos organizativos estabelecidos por meio de conflitos, negociações e efetivação de estratégias (Spink, 1996) que articulam formas de trabalhar que garantem a ordenação e a realização do trabalho informal com certa eficácia (Salvitti et al., 1999; Conserva, 2004; Lima & Conserva, 2006; Garcia et al., 2010; Sato, 2012). Esses processos remetem à emergência espontânea de modos de ordenação em ambientes instáveis e ao sistema de auto-organização (Rodrigues, 2008). A partir da aparente desordem e agitação das pessoas na feira do galpão são produzidas conexões, configuradas em redes sociais, que levam a uma ordenação implícita que permite a convivência e o equilíbrio entre diversas demandas, especialmente de feirantes e clientes. Sato (2007, p. 98) traduz bem essa dinâmica entre desordem e ordem na figura da “bagunça organizada” que caracteriza a feira livre objeto de sua pesquisa.

No caso da feira no galpão, o coletivo de trabalhadores e a ordenação do trabalho se configuram por meio de redes sociais que têm por foco dois aspectos diferentes, mas complementares: a produção e a venda de mercadorias. Entre as feirantes que fabricam seus produtos, foi identificada um tipo de rede que se aproxima de aspectos da proposição de Santos et al. (2014) sobre as redes socioprodutivas, que operam quando o trabalhador precisa

mobilizar seu grupo social, principalmente familiares ou pessoas que compartilham de sua confiança, para atender a uma determinada demanda ou serviço que não exige uma qualificação profissional específica. No caso da feira de roupas, os nós e os laços dessas redes podem ser identificados por meio das redes ampliadas 1, 2 e 3 (ver Figuras 7, 10 e 13). Além dos laços fortes com familiares e pessoas de confiança, a produção de mercadorias mobiliza também laços fracos, representados por trabalhadores contratados para efetivar partes específicas do processo produtivo e pagos por peça, como cortadores de tecido e costureiras. Eles remetem à definição de Alves e Tavares (2006) sobre trabalhadores informais tradicionais mais instáveis, revelando os elos mais precarizados dessa rede. Assim, contata-se que, mesmo formando um coletivo de trabalho por meio de redes sociais, que surge de maneira espontânea para fazer frente à informalidade, há a reprodução de condições de venda de trabalho e de desigualdades próprias do sistema capitalista atual.

O uso desses trabalhadores informais mais instáveis, de laços fracos, aponta para modos capitalistas da produção flexível (Sennet, 2005) que tornam mais ágeis e baratos o ajustamento da produção às demandas dos clientes, no caso da feira, baseado no trabalho manual. Assim, as redes de produção de mercadorias mesclam aspectos do setor informal tradicional, com laços familiares, com elementos de precarização laboral, remetendo à noção de nova informalidade (Krein & Proni, 2010). No galpão, esse tipo de rede foi identificada, com maior ou menor complexidade, em todas as bancas de feirantes fabricantes. Interessante notar que esse tipo de unidade produtiva, identificada na feira de roupas na cidade de Fortaleza, apresenta características similares às encontradas em fábricas e facções que atuam nas feiras da Sulanca em Pernambuco (Lima & Soares, 2002).

As redes sociais que se articulam para realização da venda de produtos na feira são compostas por feirantes que se associam em redes de trabalho e de confiança. Aí existem

diferenças claras em relação ao tipos, intensidade e amplitude dos laços nas redes ampliadas 1, 2 e 3, como descrito na Tabela 23.

**Tabela 23**

*Características dos laços nas redes de trabalho e de confiança na feira*

REDES DE TRABALHO E DE CONFIANÇA			
LAÇOS	Rede Ampliada 1	Rede Ampliada 2	Rede Ampliada 3
<b>Tipos</b>	Familiar Trabalho informal remunerado Amizade Confiança	Trabalho/Ajuda Amizade Confiança Trabalho informal remunerado	Familiar Trabalho/Ajuda Amizade Confiança
<b>Intensidade</b>	Laços fortes e laços fracos	Predominância de laços fracos	Laços fortes e laços fracos
<b>Amplitude</b>	Restrita a banca A	Estendida por várias bancas concorrentes	Estendida por várias bancas concorrentes

As redes de trabalho e de confiança da rede ampliada 1 se estruturam em torno de uma banca bem diferenciada do galpão, a banca A. Apesar de envolver relações familiares, de amizade e de confiança, tem o diferencial de contar com vendedoras fixas que ganham por diária. Elas se reconhecem como funcionárias, como um grupo de trabalho a parte, com divisão de tarefas, multifuncionalidade e autonomia; características que se combinam a uma quantidade expressiva de laços recíprocos nas indicações de ajuda no trabalho e confiança. Os níveis de centralidade estão concentrados nas donas da banca, especialmente em Ego 1, que é fundadora da banca, e em uma funcionária (Ego 2), refletindo que o poder, a capacidade de influência e de decisão hierárquica formal é marcante, mas se mescla a uma liderança informal. Contudo, a função de caixa, que exerce o controle sobre o recurso mais importante da banca, o dinheiro, é exclusividade das donas da banca, demarcando uma clara

relação assimétrica de poder. Dessa forma, as redes de trabalho e de confiança da banca A apresentam traços característicos da feira, como o laço forte familiar e laços fracos representados pelos vínculos de amizade, mas também vínculos de trabalho remunerado que remetem a uma empresa contemporânea, lembrando muito a organização flexível e o trabalho em equipe descritos por Sennet (2005) e por Lima (2010).

Nas redes ampliadas 2 e 3, as redes de trabalho e de confiança se espalham por bancas diferentes. São caracterizadas pela intermediação de amizade, materiais diversos, serviços e ajuda, sobretudo, a venda em momentos de maior movimento. Sato (2011) identificou uma prática similar, envolvendo apoio nas vendas entre feirantes de bancas diferentes, em uma feira livre da cidade de São Paulo, o que indica que esta não é uma conduta restrita aos feirantes do galpão estudado.

A formação dos laços envolve afinidades, a proximidade geográfica das bancas e a possibilidade de trocas úteis no dia a dia na feira, mas são laços mais fracos, baseados em relações de amizade que só existem e fazem sentido, em sua maioria, dentro do galpão. Como especificidades, na rede de trabalho 2 há uma banca (Ego 11) com uma funcionária fixa, com vínculo de trabalho remunerado, mas onde não se chega a prescindir da ajuda das outras feirantes. Além disso, na rede de trabalho 3 foram mapeados apenas laços familiares envolvendo a banca do Ego 15; pôde-se identificar, por meio de observação e de entrevista, que esses laços fortes são mesclados a laços fracos, baseados em amizade, confiança e relações de ajuda com feirantes vizinhos. Dessa forma, predominam as relações entre feirantes de diversas bancas, que também formam subgrupos e laços recíprocos, mas em menor quantidade que na rede de trabalho 1. A centralidade é mais distribuída entre os atores, indicando que os processos de poder, influência e intermediação de recursos são mais

horizontais, o que pode ser explicado pela ausência de relações hierárquicas entre as feirantes das redes de trabalho e de confiança 2 e 3.

Considera-se que o porte das bancas envolvidas nas redes ampliadas 1, 2 e 3, é um fator fundamental no entendimento das diferenças apontadas na tabela 21. Para dar conta das demandas da feira, a banca A tem uma estrutura em que não é necessário lançar mão da ajuda de feirantes de outras bancas. Já no caso das outras bancas pesquisadas é necessário contar com ajuda adicional para atendimento dos picos de demanda e essa ajuda vem de outros feirantes. Isto não quer dizer que as feirantes da banca A estão imunes à sobrecarga de trabalho e à instabilidade de fluxo de clientes, apenas que têm uma possibilidade diferente de atuar. Tanto que, sobreposto aos vínculos de trabalho informal remunerado, há vínculos de amizade, confiança, e a efetivação das normas de conduta que envolvem as feirantes em geral. Essas características da banca A remetem às considerações de Santos et al. (2014) sobre redes socioprodutivas em transição, que começam a focar mais a produção do que os laços de sociabilidade, encontrando-se em uma situação mais próxima de um empreendimento capitalista formal, embora considerando mais vantajoso permanecer na informalidade.

Assim, constata-se que as redes sociais atuantes na feira, e que formam modos de ordenação do trabalho que organizam o cotidiano laboral de feirantes, apresentam configurações diferenciadas, coerentes com a própria diversidade do trabalho na feira e suas transformações contemporâneas. O contexto de imprevisibilidade na demanda dos clientes por produtos, a necessidade de barateamento da produção, o imperativo de efetivar todas as vendas possíveis durante a semana para gerar o fluxo de caixa para o próximo ciclo de produção e de venda, a intensificação do trabalho e o cansaço pela sobrecarga de funções dentro e fora da feira, são elementos que vão moldando a configuração das redes. No caso das

redes de produção, mesclando laços fortes, baseados nas relações familiares e de confiança, com laços fracos, onde não se constroem relações de sociabilidade, mas de exploração do trabalho. E nas redes focadas na comercialização de produtos na feira, com duas formas diferentes: nas redes de trabalho e de confiança provenientes da rede ampliada 1 com uma assimilação de aspectos de uma organização flexível contemporânea, e, nas provenientes das redes ampliadas 2 e 3, com a construção de relações de solidariedade entre feirantes concorrentes. Esse último tema será melhor investigado no próximo item.

#### **4.2 A Força dos Laços Fracos: Redes de Solidariedade na Feira**

Cattell (2001) considera que as redes de solidariedade são formadas a partir de amplos grupos que cooperam, podendo apresentar atributos semelhantes e diferentes, compartilhando laços fortes familiares e laços fracos de amigos e vizinhos. São redes que se beneficiam do entrelaçamento de laços mais homogêneos e tradicionais e de laços mais heterogêneos que podem conectar os atores a recursos e apoios mais diversificados.

Na maioria das redes egocentradas das feirantes, pode-se identificar uma junção de laços forte e fracos, representados por laços familiares, com feirantes conhecidos e amigos e outros trabalhadores. Contudo, os resultados identificam a formação de relações de solidariedade, baseadas em ajuda mútua para suporte na comercialização de mercadorias, principalmente nas redes de trabalho e de confiança das redes ampliadas 2 e 3, onde predomina a influência dos laços mais fracos na constituição das relações de sociabilidade entre feirantes.

Segundo Fontes (1999), as redes de solidariedade, representadas nos grupos de ajuda mútua, não precisam necessariamente ser compostas por laços fortes. Essas redes se

aproximam das considerações de Luna e Velasco (2005) sobre redes sociais complexas, mais heterogêneas, baseadas na amizade, envolvendo vínculos mais dispersos e laços fracos, onde nenhum ator tem autoridade absoluta e todos contam com uma certa autonomia. E o que possibilita que esses laços mais fracos formem relações de solidariedade é a existência de confiança. Efetivamente, na feira, a confiança encontra-se presente, em maior ou menor grau, nas redes de solidariedade, entrelaçada com a amizade e com o trabalho, diminuindo a instabilidade e a necessidade de desgaste de tempo e de energia em negociações constantes nas trocas do dia a dia.

Nas redes complexas, que são mais fluidas, interagem de maneira dinâmica e em ténue equilíbrio, às vezes de maneira sobreposta, três dimensões da confiança: a pessoal/normativa, a estratégica/calculada e a baseada em capacidades/prestígio (Luna & Velasco, 2005). Considera-se que a confiança entre feirantes se apresenta nas três dimensões abordadas: inclusas em relações pessoais mais próximas, com quem realmente “se pode conversar”; nas relações de trabalho/ajuda baseadas na reciprocidade; e na expectativa de capacidade e de competência dos feirantes amigos para a efetivação das vendas.

O capital social, que geralmente é associado a redes mais homogêneas e densas, onde prevalece uma confiança mais pessoal, também é um forte elemento das redes heterogêneas e complexas, de laços mais fracos, já que também são permeadas pela confiança (Cattell, 2001; Luna & Velasco, 2005).

Na feira, o capital social pode ser identificado como um bem imaterial coletivo que é acessado e criado pelas feirantes por meio do funcionamento de suas redes sociais, desde que envolvam laços familiares, de amizade e confiança. E nas três funções definidas por Portes (2000): apoio familiar, redes extrafamiliares e controle social.

Considera-se que a família é a base das redes sociais na feira e é também a base do capital social, corroborando as ponderações de Lima e Conserva (2006) sobre as relações entre trabalhadores na informalidade. A família está presente diretamente na inserção laboral e no processo de produção e de venda de mercadorias nas três redes ampliadas; é uma família mais nuclear, com muitas parcerias de trabalho entre pais e filhos, esposas e seus maridos/companheiros, e irmãos. Nessa perspectiva, foram identificados dois fortes núcleos familiares: um na banca de Ego 1 e Ego 3, na rede ampliada 1, mas já mesclado a vínculos de trabalho remunerado e, outro, na banca de Ego 15, na rede ampliada 3, onde o alicerce de funcionamento da banca é a família. Essa é a face das relações de solidariedade que mostra os seus laços mais homogêneos e fortes.

No caso da feira no galpão, as redes extrafamiliares assumem importância ao apontar para a expansão das relações de confiança, mobilizadoras de capital social, em direção a laços mais fracos e heterogêneos, envolvendo feirantes que se unem e estabelecem relações solidárias por meio de amizade e de trabalho.

A amizade é o laço que amplia as relações nas redes de solidariedade na feira. Permeia as redes de trabalho e de confiança, sendo um elemento de troca fundamental na convivência e na formação de capital social. Ocorre entre os conhecidos e os amigos da feira. No primeiro caso, a amizade é importante no convívio no galpão, nos movimentos de reconhecimento cotidianos entre os feirantes, mantendo um clima de tranquilidade para o funcionamento da feira em um ambiente tão competitivo. É também uma potencial fonte de ajuda em caso de necessidade. No segundo caso, é fundamental no estabelecimento de relações de trabalho/ajuda e suporte nas bancas. Essa vivência de amizade entre feirantes envolve companheirismo e trocas que acontecem e só fazem sentido no contexto da feira,

muito bem traduzida pela fala de Ego 17, “aqui todo mundo é amigo, mas saiu, foi embora, cada um na sua”.

Na construção dos laços de amizade para trocas mútuas de ajuda conta muito a localização das bancas. Esse dado remete a dois aspectos analisados por Marques (2012) em pesquisa sobre redes pessoais de moradores de bairros de periferia: a homofilia e o localismo, que se referem, respectivamente, ao movimento de associação entre pessoas com características similares e que estejam próximas geograficamente, como vizinhas de bairro. Na feira, as redes de solidariedade contemplam efetivamente trabalhadoras que possuem afinidade de ofício e de cotidiano de trabalho, com suas realizações e adversidades, e que são vizinhas de banca, ocupando os mesmos corredores no galpão.

É a “família da feira”. Interessante que essa ideia de família, tão presente na feira, congrega pessoas sem laços de parentesco e que se conheceram no ambiente de trabalho. Parece uma tentativa de dar mais consistência a um laço fraco, fluído, mas fundamental para a realização do seu trabalho.

Sobre o controle social exercido pelo capital social, considera-se que a reciprocidade é a norma que surge de forma mais significativa atrelada às relações de solidariedade e de confiança entre feirantes.

A regra básica de reciprocidade estabelecida por Mauss (2013), a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, é um modo de conduta entre as feirantes que diminui a incerteza nas relações, aumenta a confiança e potencializa a criação de novos vínculos necessários ao trabalho. Mais do que isso, remete ao sistema da dádiva, que fundamenta a solidariedade a partir das experiências, necessidades e práticas diárias, acontecendo em um nível pessoal e fortalecendo os vínculos sociais.

O reconhecimento da igualdade de condições é um dos aspectos mais interessantes sobre a reciprocidade nas relações solidárias (Lomnitz, 2009). No espaço da feira, trabalhadoras se reconhecem com atividades, recursos e dificuldades similares e se dispõem a uma forma de associação; as dificuldades individuais, quando articuladas em uma coletividade de trabalho, são diluídas por meio de processos de trocas e ajudas mútuas. Essa reciprocidade horizontal, entre iguais, é distinta da reciprocidade vertical, quando há uma diferença de poder entre os membros, gerando relações de apadrinhamento e clientelismo. Apesar das distinções entre as feirantes em relação à sua função como donas de banca ou funcionárias, considera-se que nas redes de trabalho e de confiança entre feirantes de bancas diferentes, predomina uma forma de reciprocidade horizontal, onde todos se veem em situação de igualdade e estão dispostos a ajudar.

Pressupõem-se que as trocas recíprocas que acontecem por meio de laços mais fracos, extrafamiliares, são mais pontuais e exigem uma justa medida de retribuição, ou seja, todos devem perceber uma igual disponibilidade na efetivação da ajuda (Portugal, 2007b). Entretanto, a reciprocidade na feira indica não apenas a existência de uma ajuda mútua calculada, por conta da necessidade individual, mas também revela o sentido compartilhado de interdependência e de coletividade entre feirantes. Os benefícios das vendas devem atingir a todos para que a dinâmica das redes funcione como um bem coletivo e o vínculo social seja preservado. Assim, é prática comum “puxar” cliente para bancas de amigos que não estão vendendo; isso, em um contexto, onde os produtos não necessariamente são diferentes.

Estabelece-se uma lógica própria de trocas, baseada na vida social, já que o vínculo formado é considerado mais valioso do que o bem trocado, e que se diferencia da lógica de mercado, puramente utilitarista, e da lógica burocrática de proteções do Estado. É um novo paradigma de associação baseado em “solidariedades e alianças concretas efetivadas pelos

indivíduos através de suas vivências coletivas nas redes de pertencimento nas quais são reconhecidos como cidadãos e sobretudo como seres humanos” (Martins, 2005, p.64).

As redes solidárias de laços fracos apresentam um tipo de associação voluntária, produtora de bens públicos, mobilizadora de capital social, que se articula, na contemporaneidade, ao processo de flexibilização de políticas sociais de Estado. Apresentando-se como uma nova forma de solidariedade, podem se constituir, de modo não linear e uniforme, em organizações voluntárias que forjam uma cultura cívica, nos moldes formulados por R. Putnam, capaz de recuperar o tecido social e a mobilização para efetivação de políticas públicas. Tanto as lógicas de mercado como de Estado, permanecem fundamentais na alocação de benefícios e recursos para as pessoas e na estruturação do vínculo social, mas as formas de sociabilidade ligadas ao sistema de reciprocidade da dívida têm crescido em importância na estabilização da ordem social no contexto de crises e reestruturações contemporâneas (Fontes, 1999).

Considera-se que nas redes entre feirantes predominam relações de ajuda e de prestação de serviços baseadas na solidariedade e no sistema de reciprocidade. Algum ganho material e financeiro pode acontecer, mas não forma a base das relações e das trocas. A situação da rede de trabalho e de confiança da banca A, que reproduz uma relação assalariada entre as donas da banca e suas vendedoras, é mais uma exceção do que uma regra na feira. Mesmo assim, considera-se que, até nesse caso, de forma sobreposta à relação assalariada, há laços de amizade, confiança e normas de reciprocidade entre elas, em sintonia com a rede de sentidos efetivada pelos feirantes de maneira geral.

No entanto, uma outra regra de conduta desvela a coexistência com uma lógica de mercado na feira, a concorrência. Não se pode alterar os preços e copiar modelos de mercadorias no galpão. Essa regra busca equilibrar as condições de competição entre

feirantes, que, para se diferenciar, podem e devem efetivar a prática do bom atendimento, tratando bem o cliente e atendendo suas demandas.

A cópia de modelos e a venda de peças a um preço mais baixo é considerada, assim, competição desleal que gera brigas por conta da quebra de regras. Apesar disso, é relatada como prática comum na feira, tolerada apesar dos conflitos, talvez pelo reconhecimento de que a disputa por clientes é uma lógica de mercado inerente àquele espaço. Contudo, acontece apenas fora das redes de trabalho e de confiança, segundo as entrevistadas. A resistência em reconhecer essa prática individualista entre os membros da rede revela que, no sentido criado pelas feirantes, é uma presença incômoda, difícil de compatibilizar com os laços de amizade e de confiança, colocando em risco a mobilização e a criação de capital social.

A existência de relações de cooperação e de competição, atuando de forma concomitante e em ténue equilíbrio, entre trabalhadores da informalidade foi detectado em pesquisas de Garcia et al. (2010) e Sato (2007). Ressalta-se o carácter psicossocial dessas relações, que não são necessariamente excludentes, e fazem sentido a partir da compreensão do contexto onde se inserem. No caso das feirantes da feira de roupas refletem: a própria dinamicidade do mercado, afetado por tendências de moda e modismos fugazes; a inexistência de uma formação profissional para atuação na área, o que torna o aprendizado empírico, por meio da mídia e da observação dos fluxos de vendas, a base para a criação e reprodução dos modelos das peças; a ausência de normas prescritas e a consequente necessidade de uma ordenação dos processos de competição e cooperação por parte do coletivo de trabalho dos feirantes. Está circunscrita na ambivalência do sistema de reciprocidade nas sociedades contemporâneas, atravessadas pelas lógicas de mercado e de Estado: “existe o interesse, mas também o desinteresse, o contrato e o vínculo espontâneo, o

pago e o gratuito” (Martins, 2005, p.62).

A capacidade de associação mais ampla entre feirantes é também afetada pela lógica de mercado, representada na concorrência entre as diversas feiras no entorno da Catedral. Assim, o foco recai nas necessidades mais imediatas ligadas à sua sobrevivência e ao seu trabalho no galpão. Os feirantes são considerados desunidos, mas conseguem se mobilizar com sucesso quando o assunto lhes diz respeito, como na alteração do valor da taxa semanal e do horário de funcionamento do galpão.

Concluindo, considera-se que existe solidariedade na feira, que pode ser encontrada nas redes ampliadas 1, 2 e 3, sobrepondo laços fortes e fracos, como definido por Cattell (2001). Contudo, os dados apontam para a peculiar existência de redes de trabalho solidárias, envolvendo feirantes de bancas diferentes e compostas por laços fracos e heterogêneos, que são capazes de estabelecer relações de confiança, mobilizar e criar capital social, e funcionar por meio de normas de reciprocidade horizontal que se assemelham ao sistema da dádiva; essas relações são representadas pelas redes de trabalho e de confiança das redes ampliadas 2 e 3.

Seguindo a lógica argumentativa de Lomnitz (2009) e de Castel (2005), considera-se que sujeitos inseridos em situação de insegurança, como em contextos de trabalho informal, podem retomar práticas tradicionais de garantia social, baseadas na rede próxima de proteção, relacionada aos laços familiares, à confiança e à reciprocidade. Na atualidade, essa rede próxima de proteção, baseada inicialmente em laços fortes, se expande por meio da integração de laços fracos, que também são permeados por confiança e normas de reciprocidade, e fazem fluir o capital social, como no caso da feira. Assim, constrói-se a “força” desses laços fracos por meio de resgate de valores, ligados inicialmente aos laços fortes, e que se expandem tornando-se imprescindíveis nas práticas sociais e nos sentidos

construídos pelos feirantes. Aqui, encontra-se um sentido diferente para a força dos laços fracos definida por Granovetter (1973), associada à diversidade de laços e à sua capacidade de gerar novas conexões e inovação.

O capital social encontra-se entrelaçado às redes na feira, seja por meio de laços familiares, mais fortes e homogêneos, por meio de laços fracos e heterogêneos, ou na mistura de ambos. Baseia-se em relações de confiança, que acompanham a heterogeneidade dos laços, e na norma de reciprocidade que regula as relações de solidariedade, mas existe em um ambiente muito competitivo, e, portanto, articulado a processos de individualização, de mercado e de concorrência, que são de certa forma tolerados pelos feirantes. Assim, fica claro a existência de um caminho a ser percorrido para a ampliação das redes de solidariedade em formações mais amplas, que poderiam levar a práticas emancipatórias, de luta por direitos e melhores condições de trabalho, e ao amadurecimento da função de mediação do capital social entre Estado e Sociedade (Lima, 2001).

#### **4.3 Redes Sociais e Vivências de Trabalho entre Feirantes**

A partir dos resultados da pesquisa, é possível inferir que a existência de redes sociais atuando no ambiente da feira se articula às vivências de trabalho de feirantes, criando versões de mundo (Spink & Medrado, 2000) e micro-lugares (Spink, 2008) que dão sentido à sua prática laboral.

Os atores principais dessas redes são mulheres feirantes, que foram revelando os elos que envolvem seus laços e, ao mesmo tempo, contando um pouco de suas histórias. E suas histórias trazem o trabalho como um elemento central que perpassa suas famílias e modos de vida. Esses dados se alinham às proposições de Coutinho (2009) sobre o entrelaçamento da

trajetória laboral e dos sentidos produzidos pelos sujeitos em cada contexto laboral experimentado e como a centralidade do trabalho é algo que perpassa e permanece nessas vivências.

São mulheres que vem de trajetórias laborais onde a informalidade, a precarização e a mobilidade, entre as várias ocupações efetivadas, são traços característicos. As experiências se inserem no panorama de instabilidade e insegurança que é próprio do processo de transformação laboral atual (Castel, 2005; Sennet, 2007). Em sua maioria, possuem o ensino médio completo, mas atuavam em ocupações que não exigiam uma qualificação profissional específica e ainda tinham dificuldades de acesso ao emprego formal, como é próprio de parcelas de trabalhadores que transitam ou atuam diretamente na informalidade, como assinalam Krein e Proni (2010).

Mesmo com esse retrospecto, as feirantes partilham a ideia de que é por meio do trabalho que se pode conseguir o sustento e até acessar certa estabilidade por meio de um negócio próprio. Nota-se aí que o trabalho é um valor importante que pode gerar, inclusive, oportunidades de uma vida melhor. E o lugar onde o esforço aplicado pode gerar esses resultados é a feira de roupas no galpão. As feirantes entendem que há um risco inerente à sua atividade, mas isso não chega a gerar um sentido negativo específico, já que desde sua trajetória laboral convivem com processos de instabilidade e insegurança. Essa predisposição ao risco remete também à influência da cultura do empreendedorismo, enquanto modo individualista e alternativo ao desemprego, ligado à ideologia neoliberal, que forja um sentido positivo ao trabalhador na informalidade, nessa perspectiva, um “empreendedor por necessidade” (Lima, 2010).

Outro ponto importante na compreensão das vivências das feirantes, é o processo de inserção na feira de roupas e no galpão. Mesmo fazendo parte da cultura contemporânea da

precarização e da flexibilidade, que põe em evidência mobilidade, risco e individualismo, é por meio de laços estabelecidos com familiares, amigos e vizinhos que começam a trabalhar na feira.

Por meio dos laços familiares, entrevistadas começaram a trabalhar ainda crianças em feiras, ajudando suas mães que já eram feirantes, e dando continuidade a esse ofício, nunca tendo trabalhado fora da informalidade. Conserva (2004) destaca a importância dos meios familiares para a inserção no mercado de trabalho informal, entretanto, assinala que esse mecanismo, ao proporcionar acesso ao trabalho, insere mais trabalhadores em situação de precariedade. Mas há também singularidades nessa experiência, e uma das feirantes (Ego 14) conta com orgulho que a filha ajuda na feira, mas faz faculdade de nutrição e cursos de informática, apontando para um futuro de novas possibilidades e vivências sobre o trabalho. Outra forma de inserção, é por meio de laços com amigos e vizinhos, que fazem a indicação e o repasse de informações sobre oportunidades de trabalho na feira.

Interessante notar que formas diferenciadas de ser feirante, como dona de banca ou funcionária, determinam formas diferentes de inserção. A maioria das donas de banca, sobretudo as fabricantes, começam a trabalhar na feira por conta de laços fortes, familiares; em geral, herdam os meios de produção de mercadorias e relações já existentes. Já as funcionárias de bancas, se beneficiam da força de laços fracos, com amigos e conhecidos, para ter acesso ao trabalho na feira. Esse dado remete à definição de Granovetter (1973) sobre a força dos laços fracos para a circulação de informações na obtenção de indicações para empregos. Seja por meio de laços fortes ou de laços fracos, destaca-se a importância das redes sociais na intermediação e no acesso ao trabalho (Lima & Conserva, 2006; Guimarães, Andrada, Picanço, & Vieira, 2012).

As diferenças nas formas de ser feirante acarretam também a distinção na renda financeira auferida e nas atividades que são realizadas, já que as donas de banca têm maiores rendimentos e tarefas dentro e fora da feira. Essas diferenças se refletem nos sentidos criados, como já posto na descrição dos dados, mas, de maneira geral, os sentidos construídos sobre ser feirante contemplam as seguintes ideias: a atividade traz um retorno financeiro que compensa e pode gerar uma melhoria de vida; é um trabalho mais livre, onde se pode conversar e conhecer pessoas, não se tem patrão ou a cobrança é menor para os funcionários; e é um trabalho onde se experimenta flexibilidade de tempo. Na pesquisa de Garcia et al. (2010) com mulheres vendedoras ambulantes, pode-se encontrar dados similares aos descritos aqui, como a vivência positiva por não ter patrão, pela liberdade de horários e pela diversidade de contatos interpessoais proporcionados pelo trabalho.

Mas é considerado muito cansativo, por conta do horário de funcionamento da feira e da jornada semanal; e, além disso, não se pode deixar de trabalhar. Identifica-se aí a intensificação do trabalho já apontada por estudos que abordam o contexto de precarização (Dal Rosso, 2006) e de informalidade (Garcia et al., 2010; Krein & Proni, 2010). Na feira do galpão se tem liberdade e é possível prosperar, mas às custas da sobrecarga de trabalho e da capacidade de adaptação para driblar dificuldades próprias da feira.

Esses sentidos carregam as ambivalências e as controvérsias próprias do confronto cotidiano entre as expectativas criadas e as condições de trabalho encontradas, além da tentativa de equilíbrio dessas dimensões. Articulam-se a trajetórias laborais precarizadas e remetem também à influência da ideia do empreendedorismo como valor positivo no trabalho na informalidade. Contudo, refletem, fundamentalmente, as elaborações de trabalhadoras maduras, que possuem, em média, sete anos de experiência como feirante, gostam de trabalhar na feira, não pensam em sair e fazem planos para o futuro, de melhoria e de

crescimento (embora também admitam um futuro em que possam não ter mais resistência para continuar nesse ofício). Ou seja, no confronto entre experiências de trabalho passadas e presentes, permanecer na feira, mais do que uma necessidade, é uma opção de vida.

Assim, a precariedade de trabalho na feira, não gera necessariamente sofrimento subjetivo. O que faz a diferença entre a vivência de trabalho das feirantes pesquisadas e situações de trabalho informal onde há sensação de fragmentação e impotência social (Nardi, 2006) ou, mesmo, em empregos formais onde há vivências de sofrimento pelo individualismo, fragmentação do laço social, competitividade, enfim, pela “precarização subjetiva” (Linhart, 2014), é que na feira existe a possibilidade de formar associações para enfrentamento das dificuldades, de realizar conexões e de mobilizar capital social, seja por meio de laços fortes ou fracos. A capacidade de fazer conexões, identificada nas feirantes pesquisadas, torna os sujeitos ativos nas redes de trabalho, com mais possibilidade de autonomia e de poder (Castells, 1999).

Segundo Lomnitz (2009), em situação de instabilidade, os sujeitos podem se unir em redes sociais, em relações que abrangem laços de cooperação e de solidariedade, e é isto o que acontece na feira. As redes sociais atuam na vida das feirantes já na inserção na feira, e permanecem fazendo parte de seu cotidiano de trabalho, mostrando-se um elemento fundamental para a compreensão de uma certa positividade vivenciada pelas trabalhadoras. Fazer parte da feira é se “fixar” no mundo das redes, vivenciando relações que permanecem, ou são criadas, para tornar viável e digno o trabalho das feirantes.

Ao fazer a análise das características do capitalismo flexível, Sennet (2005) descreve a “rede flexível” como algo frouxo e amorfo, sinônimo de mobilidade, superficialidade e risco, que não tem um lugar definido. As consequências disso são o individualismo, o imediatismo dos vínculos e a insegurança que contribuem para a corrosão do caráter dos

sujeitos. Em um movimento de defesa e resistência contra esse processo, há o ressurgimento da importância da noção de lugar, como um valor pessoal e social, que remete ao anseio pela vivência de comunidade, de ligações menos fluídas. Essas relações nascem do reconhecimento da mútua dependência entre as pessoas, algo execrável na cultura do capitalismo flexível que exalta os vencedores independentes e autônomos. O reconhecimento público da necessidade, da dependência, alimenta a predisposição para formação de confiança, sem a qual, o compromisso mútuo não prospera. Sennet (2005) simboliza esse processo por meio do movimento de resgate da palavra “nós”, um pronome perigoso em tempos de hegemonia da flexibilidade econômica, política e social.

Partindo daí, constata-se que as redes sociais da feira, têm um lugar ou micro-lugar e um tempo de encontro, demarcado no espaço do galpão e no seu horário de funcionamento; por mais instável que seja a experiência de trabalho das feirantes, isso não muda e nem pode mudar. As redes de laços fortes da família e as redes solidárias de trabalho de laços fracos ganham sentido nos micro-lugares que são vivenciados nos corredores do galpão, ao redor das bancas, nas interações corriqueiras do cotidiano, como os lanches compartilhados, nas rodas de conversa, nas práticas diárias de ajuda e de reciprocidade.

Apesar do ambiente da feira ser competitivo, sentido expresso pelas feirantes, não se ouviu em nenhum momento expressões como “aqui é cada um por si e Deus por todos” ou “o vencedor leva tudo” (Sennet, 2005, pág. 168), e sim, “aqui todo mundo se ajuda”, “aqui é uma família”. Portanto, o reconhecimento da necessidade de ajuda mútua, de interdependência, de confiança, enfim, do pronome perigoso “nós”, existe na feira, e também como substantivo, os “nós” das redes sociais que formam elos, criando capital social e os sistemas de reciprocidade.

Como aponta Lima (2010), os trabalhadores podem criar valores que resistem, reelaboram e atuam, a partir das transformações sociais estruturais. Nesse movimento, os sujeitos criam sentidos e constroem suas versões de mundos de trabalho e de vida, criando campos de resistência e de produção subjetiva como no ambiente da feira. Aí a vivência dos tempos se entrelaça (Spink & Medrado, 2000): o “tempo longo” das transformações sociais e históricas que compõem esta época, e que estão representadas nas mudanças nos atributos do trabalho e do emprego que marcam as experiências laborais das feirantes; o “tempo curto” das redes de interações entre os sujeitos no cotidiano, dos coletivos de trabalho, dos diálogos, dos conflitos e das normas que equilibram o dia a dia corrido e intenso da feira; e o “tempo vivido”, onde as experiências pessoais, os sentidos e as singularidades se enfeixam e se encontram na vivência de ser feirante na feira de roupas do galpão pesquisado. Na costura desses tempos surgem as contradições, as ambiguidades, mas, fundamentalmente a capacidade de recriação do sujeito e do mundo (Bock, 2002; Gonçalves, 2002; Rey, 2004).

Partindo dessas reflexões, pode-se constatar que a inserção nas redes sociais que atuam na feira, seja por meio da vivência de estabilidade e de proteção advinda dos laços fortes familiares, seja por meio da vivência de solidariedade nos laços fracos, entre os amigos feirantes, oferece uma possibilidade de contraponto em relação à cultura da precarização subjetiva e do individualismo no capitalismo flexível. Assim, novos sentidos podem ser redescobertos para o trabalho na informalidade na contemporaneidade e na realidade brasileira, resgatando a potência que há no entrelaçamento do trabalho e da subjetividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira de roupas do galpão é um lugar por onde passam centenas de pessoas a cada dia, para trabalhar, vendendo prioritariamente roupas e acessórios, assim como vários outros produtos e serviços, e para comprar mercadorias em busca de diversidade e de preços baixos. A efervescência e a dinamicidade marcam não só a feira, mas a complexidade de relações que vêm se entrelaçar nesse ambiente, possibilitando sua existência e funcionamento.

Partindo das perguntas iniciais da pesquisa, acerca da formação de redes sociais e seu entrelaçamento com trabalhos e vivências no contexto de informalidade de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza, e dos resultados analisados e discutidos à luz do referencial teórico percorrido é possível delinear algumas considerações.

A existência de redes sociais na feira, que era um pressuposto desta pesquisa, foi confirmada. As redes sociais foram mapeadas, obtendo-se a definição de sua configuração, os tipos de laços que as compõem, sua intensidade, elementos intermediados, reciprocidade e a ordenação dos níveis de centralidade dos atores (Granovetter, 1973; Wasserman & Faust, 1994; Scott, 2000; Hanneman, 2001; Borgatti et al., 2009). Foram mapeadas redes ampliadas, formadas a partir da interligação das redes egocentradas das feirantes entrevistadas e, ainda, redes mais específicas focadas nas relações de trabalho e de confiança.

As redes sociais encontradas são heterogêneas, ajustando-se às necessidades de trabalho e às práticas de sociabilidade dos feirantes. Articulam-se em coletivos de trabalhadores que formam a base da ordenação do trabalho informal na feira, confirmando proposições de autores sobre a formação de processos organizativos construídos pelos

próprios trabalhadores na informalidade (Salvitti et al., 1999; Spink, 2009; Sato, 2007; Garcia et al., 2010).

Dessa forma, fora do galpão, redes de produção de mercadorias mesclam laços fortes familiares a vínculos de trabalho instáveis e facilmente substituíveis. No galpão, com o objetivo de realizar a comercialização das mercadorias, foram identificadas redes de trabalho e de confiança centradas em uma única banca, que tem um porte maior e funcionárias fixas, e redes de trabalho e de confiança que se expandem entre bancas diferentes. Nesse último caso, as feirantes concorrentes se associam de forma espontânea, ordenando seu trabalho por meio de redes de solidariedade compostas predominantemente por laços de amizade e por confiança.

Partindo da orientação do referencial teórico sobre o tema (Conserva, 2004; Lima & Conserva, 2006; Sato, 2007, 2012; Santos et al., 2014), esperava-se encontrar relações familiares, de amizade e de confiança entrelaçadas ao trabalho. Contudo, fez parte das surpresas dos achados da pesquisa a fundamental importância das relações de solidariedade e de amizade entre as feirantes, construídas em um espaço demarcado pela dinamicidade e pela lógica de mercado como a feira de roupas. O que inicialmente parece um lugar tumultuado, pelo fluxo de pessoas, pelo barulho, pelo labirinto de corredores com bancas abarrotadas de manequins e de roupas com diversidade de tecidos, cores e estampas, vai revelando aos poucos seus nichos de convivência. São os micro-lugares do cotidiano (Spink, 2008) onde é possível conversar, dar risada, lanchar, almoçar, ouvir música no celular, sentar na banca do vizinho, fazer as unhas e estabelecer relações, laços que são fracos, fluídos, mas expressam sua força ao possibilitar a ajuda solidária e a criação de normas de reciprocidade no galpão.

A prática da reciprocidade (Martins, 2005; Portugal, 2007b; Mauss, 2013) é uma norma importante entre feirantes de modo geral e se associa à formação de confiança (Luna

& Velasco, 2005) e à mobilização de capital social (Fonte, 1999; Portes, 2000; Lima, 2001) como os pilares de sustentação das redes sociais na feira. Considera-se que os únicos laços que estão totalmente excluídos dessa configuração e imersos em lógica utilitarista e econômica são os vínculos de trabalho associados ao processo produtivo de mercadorias, com costureiras e cortadores.

Contudo, os conflitos e contradições estão presentes nessas relações e as normas podem ser burladas para se conseguir um diferencial competitivo e se efetivar mais vendas, como representado no hábito de copiar modelos de outras bancas. As relações de cooperação e de competição são autorreguladas no cotidiano de trabalho dos feirantes para manutenção do bom convívio, do funcionamento da feira e de suas trocas materiais e simbólicas. Assim, convivem na feira resquícios de práticas sociais tradicionais como as relações familiares, de amizade, de confiança, de reciprocidade, e capital social, com práticas características de mercado, como o imperativo da lei da oferta e da procura, e da concorrência.

O trabalho perpassa as redes como um elemento central, que organiza o tempo, provisiona rendimentos, possibilita melhoria de vida, se entrelaça com as relações familiares e forma novos laços sociais na feira. Ressalta-se uma positividade nas vivências de trabalho das feirantes, apesar do cansaço, do sono perdido e das condições laborais precárias. O risco e a instabilidade, representados na preocupação com a efetivação das vendas a cada dia, ao invés de gerar individualismo e quebra de laço social, gera associação espontânea em redes de solidariedade que tornam possível o seu trabalho na feira. A força das feirantes está na liberdade de se encontrar, de conversar em meio ao tumulto, no clima abafado do galpão, e encontrar juntas possibilidades de criação e recriação, singular e coletiva, de seu trabalho; como a inserção de ações solidárias em uma relação que, a princípio, contemplaria apenas competição.

Assim, considera-se que a formação e o funcionamento de redes sociais, especialmente as redes de trabalho e de confiança que fazem uso de práticas solidárias entre feirantes, podem fornecer um contraponto a vivências de individualismo, de competitividade e de fragmentação social, que estão presentes na cultura da precarização e do capitalismo flexível (Antunes, 1999, 2006; Dejours, 2004; Sennet, 2005; Castel, 2009; Linhart, 2014) e causam sofrimento subjetivo. E que a experiência de construção de redes sociais, ao potencializar o compartilhamento de elementos materiais e simbólicos e, ainda, a formação de capital social, pode potencializar movimentos de transformação do sujeito e de seu trabalho.

Ao apostar em relações que são formadas pelas sociabilidades primárias (parentesco, amizade e vizinhança), onde não se prescinde do Estado e do mercado, mas se constrói solidariedade, confiança e reciprocidade, recuperando o laço social, efetiva-se uma ação de resistência que aponta para outras possibilidades diante do desmonte da sociedade salarial e do modelo de emprego. Certamente, não é a opção dos empregos disfarçados e precarizados da nova informalidade (Krein & Proni, 2010), do empreendedorismo individualista como alternativa de trabalho (Lima, 2010), nem a representação fatalista de que todo trabalho na informalidade é inseguro, precário e causa sofrimento, e que nada pode-se fazer quanto a isto, ideias inerentes à lógica neoliberal. Trata-se de resgatar as relações sociais cotidianas espontâneas, configuradas em redes de confiança e de solidariedade, e criar novos tipos de cidadania, não apenas atreladas à tutela do Estado ou à liberdade desregulamentada do mercado, na busca pela construção de um trabalho mais digno. Como aponta Castel (2009), ao propor proteção social atrelada ao trabalhador e não ao emprego, e como discutem autores ligados ao capital social (Portes, 2000; Lima, 2001) e ao sistema de dádiva (Fontes, 1999; Martins, 2005) que colocam em evidência as relações sociais cotidianas como mediadoras de

políticas capazes de oferecer oposição ao avanço predatório do mercado.

Não se pretende aqui aprofundar as controvérsias e as potencialidades dessa proposta, mas ressaltar que, diante do contexto de precarização do mundo do trabalho e seus impactos para a subjetividade do trabalhador, essa perspectiva aponta para um novo olhar sobre o trabalho e, especificamente, o trabalho na informalidade. Não mais como um lugar de precariedade e exclusão, mas como um espaço onde associações espontâneas e redes solidárias, representando novas formas de resistência social e subjetiva, podem aflorar e se desenvolver.

Tratando-se de um estudo de caso, considera-se que os resultados obtidos nesta pesquisa são importantes pois agregam informações consistentes sobre a formação e a dinâmica de funcionamento de redes sociais, como redes de trabalho e de confiança, no contexto de informalidade de uma feira de roupas localizada na cidade de Fortaleza – CE, podendo servir de subsídio para estudos comparativos, em outras realidades de trabalho, em outras feiras. Trazem a contribuição do uso de um método de mapeamento de relações sociais, a análise de redes sociais, que se mostrou muito valioso ao permitir o detalhamento e a visualização do intrincado mosaico de conexões e de atores que compõem os vínculos de trabalho na feira, que vai além do espaço do galpão estudado e das relações entre feirantes, contemplando também outros trabalhadores que atuam na função de apoio, como representado nas redes ampliadas analisadas.

Os resultados desta pesquisa colaboram, ainda, para a formação de uma nova compreensão sobre o contexto laboral da informalidade, geralmente associado apenas à sua condição de insegurança social, mas, também, com possibilidades de vivências positivas e de formação de laços sociais. Espera-se que essas reflexões sobre o trabalho na informalidade e, sobretudo, sobre a feira de roupas objeto desta tese, possam servir de subsídio para outras

pesquisas sobre o tema e para a discussão e efetivação de políticas públicas na área.

A partir deste estudo, considera-se que poderiam ser desenvolvidos outros temas, como: a formação de normas no entrelaçamento dos laços familiares e das redes de trabalho; a relação entre identidade e redes sociais; as possibilidades de articulação entre capital social e o sistema de reciprocidade da dádiva. A realização de estudos que combinassem o uso de método de inspiração etnográfica com a técnica de mapeamento de redes sociais, poderia ser um caminho investigativo pertinente no delineamento mais abrangente das normas sociais que se entrelaçam às redes dos trabalhadores.

Em relação às limitações da pesquisa, o acesso ao campo de trabalho na informalidade nem sempre é fácil pela resistência dos trabalhadores em passar informações que possam comprometê-los de alguma forma. Esse receio, presente na fala, entre risos, de Ego 17 “Não vai me complicar com a Receita”, dificultou a aceitação de feirantes em participar da pesquisa e também o repasse de alguns dados, como os rendimentos obtidos por meio do seu trabalho. Além disso, não foi possível realizar o aprofundamento das histórias, relações e normas da rede ampliada 1, e como aconteceu o seu desenvolvimento, de uma rede familiar, a uma rede socioproductiva que usa elementos de redes flexíveis.

Fica aí o ensejo para novos estudos e articulações teóricas e metodológicas em investigações futuras.

## REFERÊNCIAS

- Aizpuru, M., & Rivera, A. (1994). *Manual de historia social del trabajo*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores.
- Alejandro, V. A. O., & Norman, A. G. (2005). *Manual introdutório à análise de redes sociais*. UAEM – Universidad Autonoma del Estado de México. Recuperado de: [http://api.ning.com/files/ib7awbiwewsrilcmh7snfwlcbobuca5qiuqizosksh15ahsoe9xhzcvrur5jxyapsvs45i5okobejosvbdykrzdocrbpq7n/Manualintrodutorio\\_ex\\_ucinet.pdf](http://api.ning.com/files/ib7awbiwewsrilcmh7snfwlcbobuca5qiuqizosksh15ahsoe9xhzcvrur5jxyapsvs45i5okobejosvbdykrzdocrbpq7n/Manualintrodutorio_ex_ucinet.pdf)
- Alves, G. (2013). Prefácio: O adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital. In V. L. Navarro & E. A. S. Lourenço (Orgs.), *O avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo, Outras Expressões.
- Alves, M. A., & Tavares, M. A. (2006). A dupla face da informalidade do trabalho: “Autonomia” ou precarização. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Antunes, R. (1998). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo.

- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Cortez; Campinas, SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Antunes, R. (2006). *O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo.
- Aquino, C. A. B. (2008). O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: Um olhar desde a psicologia social. *O público e o privado*, 11(1), 169-178.
- Bastos, A. V. B., & Santos, M. V. (2007). Redes sociais informais e compartilhamento de significados sobre mudança organizacional. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 47(3), 27-39.
- Bandeira-de-Mello, R. (2010). *Softwares em pesquisa qualitativa*. In A. B. Silva, C. K. Godoi, & R. Bandeira-de-Mello (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo, Saraiva.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Barros, J. P. P., Paula, L. R. C., Pascual, J. G., Colaço, V. F. R. & Ximenes, V. M. (2009). O conceito de "sentido" em Vygotsky: Considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 174-181.
- Bock, A. M. B. (2002). A psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez.
- Boissevain, J. (1979). Network analysis: A reappraisal. *Current Anthropology*, 20(2), 392 – 394.

- Borgatti, S. P., Everett, M. G., & Freeman, L. C. (2002). *Ucinet for Windows: Software for social network analysis*. Harvard, MA, Analytic Technologies.
- Borgatti, S. P., Mehra, A., Brass, D. J., & Labianca, G. (2009). Network analysis in the social sciences. *Science*, 323(5916), 892-896.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social: Notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31(1), 2-3.
- Cabral, B. (2013, 12 de agosto). CDL faz propostas para reordenar centro. *O Povo online*. Recuperado de: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/08/24/noticiasjornalfortaleza,2905955/feirantes-ignoram-acordo-e-ocupam-vias.shtml>.
- Cacciamali, M. C. (2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, 14, 153-174.
- Cardoso, A. S., Kraemer, M. B., & Dell'Aglio, D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicología*, 40(2), 149-158.
- Castel, R. (2005). *A insegurança social: O que é ser protegido?* Petrópolis, RJ, Vozes.
- Castel, R. (2009). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- Cattell, V. (2001). Poor people, poor places, and poor health: the mediating role of social networks and social capital. *Social Science & Medicine*. 52, 1501-1516.
- Chaves, R. (2012). Cidade ambulante. *Universidade Pública*, 66, 32-35.

- Cockell, F. F., & Peticarrari, D. (2011). Retratos da informalidade: A fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1709-1718.
- Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, 94(Suppl.), S95-S120.
- Conserva, M. S. (2004). O labirinto da atividade ambulante na cidade de João Pessoa. In A. Araújo, M. F. Alberto, M. Y. Neves & M. Athayde (Org), *Cenários do trabalho: Subjetividade, movimento e enigma*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 189-202.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, Artmed.
- Cunha, A. G. (1997). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Dal Rosso, S. (2006). Intensidade do trabalho. In A. D. Cattani, & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Dantas, G. P. G. (2008). Feiras no Nordeste. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, 7(13), 87-101.
- Degenne, A. (2009). Tipos de interacciones, formas de confianza y relaciones. *Redes – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 16(3), 63-91.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34.
- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: Novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, 24(spe.1), 37-57.

- Feitosa, A. (2015, 03 de julho). Feirantes do Centro criticam ação de ordenamento feita pela Prefeitura. *O Povo online*. Recuperado de: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/07/03/noticiasjornalcotidiano,3464220/feirantes-do-centro-criticam-acao-de-ordenamento-feita-pela-prefeitura.shtml>
- Filgueiras, L. A. M., Druck, G., & Amaral, M. F. (2004). O conceito de informalidade: Um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, 17(41), 211-229.
- Fontes, B. A. S. M. (1999). Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais e associações voluntárias. *Caderno CRH*, 30(31), 239-264.
- Freyssinet, J. (2009). As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência europeia. In N. A. Guimarães, H. Hirata & K. Sugita (Orgs.). *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo, EDUSP.
- Furtado, O. (2002). O psiquismo e a subjetividade social. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez.
- Galeazzi, I. (2006). Precarização do trabalho. In A. D. Cattani, & L. Holzmann (Orgs.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.
- Garcia, M. R. V., Segre, A., Baccaro, A. F., Silva, L. M., Costa, L., & Cândido, M. S. (2010). “Mulheres guerreiras”: Identidade feminina e profissional entre vendedores ambulantes da cidade de São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 27 – 42.
- Gernet, I. & Dejours, C. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. In P. Bendassolli, & L. A. P. Soboll (Org.) *Clinicas do trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo, Atlas.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre, Artmed.

- Godoi, C. K., & Mattos, P. L. C. L. (2010). Entrevista qualitativa: Instrumento de pesquisa e evento dialógico. In A. B. Silva, C. K. Godoi, & R. Bandeira-de-Mello (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo, Saraiva.
- Gonçalves, M. G. M. (2002). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: A historicidade como noção básica. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.) *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez.
- Gondim, S. M. G., & Bendassolli, P. F. (2014). Uma crítica da utilização da análise de conteúdo qualitativa em psicologia. *Psicologia em Estudo*, 19(2), 191-199.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *The American Journal of Sociology*, 78 (6), 1360-1380.
- Guimarães, N. A., Andrada, A. C., Picanço, M. & Vieira, P. (2012). Redes sociais e obtenção de trabalho: Trajetórias, atributos e relações. In E. Marques (Org.), *Redes sociais no Brasil: Organizações civis e políticas públicas*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- Hanneman, R. A. (2001). *Introducción a los métodos de análisis de las redes sociales*. Departamento de Sociologia de La Universidad de California Riverside. Recuperado de: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm>
- Hirata, H. (2011). Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, 24(1), 15-22.
- Ianni, O. (1992). *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo, Brasiliense.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). *Primeiros resultados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua*. PNAD/IBGE, 2012 e 2013.

Recuperado

de:[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Fasciculos\\_Indicadores\\_IBGE/pnadc\\_201302caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201302caderno.pdf)

Jaguaribe, H. (2001). *Um estudo crítico da história*, vol. 2. São Paulo, Paz e Terra.

Krein, J. D., & Proni, M. W. (2010). *Economia informal: Aspectos conceituais e teóricos*.

Brasília: OIT. Recuperado de: <http://www.oitbrasil.org.br/node/241>

Lemieux, V., & Ouimet, M. (2012). *Análise estrutural das redes sociais*. 2ª Ed. Lisboa, Instituto Piaget.

Liedke, E. R. (2006). Trabalho. In A. D. Cattani, & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Lima, J. C. (2001). A teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, 17, 46-63.

Lima, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: Uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, 25, 158-198.

Lima, J. C., & Conserva, M. S. (2006). Redes sociais e mercado de trabalho: Entre o formal e o informal. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, 24, 73-98.

Lima, J. C. & Soares, M. J. B. (2002). Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, 17(37), 163-180.

Linhart, D. (2014). Modernização e precarização da vida no trabalho. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo, Editora Boitempo.

Lomnitz, L. A. (2009). *Redes sociais, cultura e poder*. Rio de Janeiro, E-papers.

Luna, M., & Velasco, J. L. (2005). Confianza y desempeño en las redes sociales. *Revista Mexicana de Sociología*, 67(1), 127-162.

- Marin, A., & Hampton, K. N. (2007). Simplifying the personal network name generator: Alternatives to traditional multiple and single name generators. *Field Methods*, 19(2), 163-193.
- Marin, A., & Wellman, B. (2011). Social networks analysis: An introduction. In J. Scott, & P.J. Carrington (Eds.), *The Sage handbook of social network analysis*. London, Sage Publications.
- Marques, E. (2007). Os mecanismos relacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), 157-161.
- Marques, E. (2012). Redes sociais, pobreza e segregação em São Paulo e Salvador conceitos e métodos. In E. Marques (Org.), *Redes sociais no Brasil: Sociabilidade, organizações e políticas públicas*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- Marteletto, R. M. (2001). Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência de informação. *Ciência da Informação*, 30(1), 71-81.
- Martes, A. M. B., Bulgacov, S., Nascimento, M. R., Gonçalves, S. A., & Augusto, P. M. (2006). Fórum – Redes sociais e interorganizacionais [Apresentação]. *Revista de Administração de Empresas*, 46(3), 10 – 15.
- Martins, P. H. (2005). A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, 45-66.
- Marx, K. (2004). *O capital: Crítica da economia política, Livro I*. 22ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Mauss, M. (2013). *Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo, Cosacnaify.

- Menéndez, L. S. (2003). Análisis de redes sociales: o como representar las estructuras sociales subyacentes. *Apuntes de Ciencia y Tecnología*, 7, 21 – 29. Recuperado de: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/1569/1/dt-0307.pdf>
- Mészáros, I. (2006). Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In R. Antunes (Org), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Mizruchi, M. S. (2006). Análise de redes sociais: Avanços recentes e controvérsias atuais. *Revista de Administração de Empresas*, 46(3), 72 – 86.
- Nardi, H. C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: Trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 57-65.
- Newman, M. E. J. (2003). The structure and function of complex networks. *SIAM Review*, 45(2), 167-256. <http://dx.doi.org/10.1137/S003614450342480>
- OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2002). *Decent work and the informal economy*. Geneva: ILO.
- Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo.
- Portugal, S. (2007a). *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Estudo Geral. Repositório Digital da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/11097>
- Portugal, S. (2007b). O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (79), 35 - 56.

- Portes, A. (2000). Capital social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (33), 133-158.
- Rey, F. L. G. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas.
- Rodrigues, L. P. (2008). Sistemas auto-referentes, autopoieticos: Noções-chave para a compreensão de Niklas Luhman. *Pensamento Plural*, (3), 105-120.
- Salvitti, A., Viégas, L. S., Mortada, S. P., & Tavares, D. S. (1999). O trabalho do camelô: Trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2, 1-23.
- Santos, J. B. F., Maciel, R. H., & Sato, L. (2014). Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): Considerações teórico-empíricas. *Contemporânea*, 4(2), 325-350.
- Sato, L. (2007). Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*, 19(Esp.), 95-102.
- Sato, L. (2012). *Feira Livre: Organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo, EDUSP.
- Scott, J. (2000). *Social network analysis: A handbook*. 2<sup>nd</sup> Ed. London: Sage.
- Sennet, R. (2005). *A corrosão do caráter: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record.
- Silva, S. S. C., Pontes, F. A. R., Lima, L. C., & Maluschke, J. B. (2010). Rede social e papéis de gênero de casais ribeirinhos de uma comunidade amazônica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 605-612.
- Silverman, D. (2009). *Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto Alegre, Artmed.

- Spink, M. J. & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: A perspectiva da Psicologia Social. In M. J. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos: Aproximações teóricas e metodológicas*. 2ª Ed. São Paulo, Cortez.
- Spink, M. J. & Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: Uma abordagem teórico metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos: Aproximações teóricas e metodológicas*. 2ª Ed. São Paulo, Cortez.
- Spink, P. K. (1996). Organização como fenômeno psicossocial: Notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 174-192.
- Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20, 70-77.
- Spink, P. K. (2009). Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: Repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 227-241.
- Thébaud-Mony, A., & Druck, G. (2007). Terceirização: A erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In G. Druck, & T. Franco (Org.), *A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização*. São Paulo, Boitempo.
- Tittoni, J., & Nardi, H. C. (2006). Subjetividade e trabalho. In A. D. Cattani, & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.
- Toassa, G., & Souza, M. P. R. (2010). As vivências: Questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. *Psicologia USP*, 21(4), 757-779.
- Toni, M. (2006). Informalidade. In A. D. Cattani, & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.

- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas.
- Varanda, M., Fontes, B., Eichner, K., & Rego, R. (2012). A análise de redes sociais no mundo lusófono: Contributos para o conhecimento de uma comunidade científica em desenvolvimento. *Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 22(7), 147-188.
- Vasapollo, L. (2006). O trabalho atípico e a precariedade: Elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In R. Antunes (Org), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Vieira, S. (2003). O Ceará faz a feira. In G. Carvalho (Org.). *Bonito pra chover: Ensaios sobre a cultura cearense*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha.
- Wasserman, S., & Faust, K. (1994). *Social network analysis: Methods and applications*. Cambridge, Cambridge University Press.

**Apêndice A – Formulário com informações gerais do entrevistado**

1.Nome: \_\_\_\_\_

2.Banca: \_\_\_\_\_

3.Idade: \_\_\_\_\_

4.Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

5.Naturalidade: \_\_\_\_\_

6.Tempo de trabalho como feirante: \_\_\_\_\_

7.Tempo de trabalho no galpão: \_\_\_\_\_

8.Função na banca/feira: \_\_\_\_\_

9.Vínculo de Trabalho:

( ) Carteira assinada

( ) Paga INSS como autonomo

( ) Empreendedor individual

( ) Trabalho informal

10.Qual é o seu estado civil atualmente?

( ) Solteiro

( ) Casado ou vive com um companheiro

( ) Separado

( ) Outro, Especifique \_\_\_\_\_

11. Qual foi o último nível de escolaridade que você concluiu?

- Sem escolaridade
- Ensino fundamental (1o. grau)
- Ensino Médio (2o. grau)
- Curso técnico
- Universidade

12. Qual seu rendimento pessoal com o trabalho na feira?

- Até R\$ 600,00
- Entre R\$ 600,00 até R\$ 1.350,00
- Entre R\$ 1.350,00 até R\$ 2.250,00
- Entre R\$ 2.250,00 até R\$ 4.000,00
- Entre R\$ 4.000,00 até R\$ 7.800,00
- Entre R\$ 7.800,00 até R\$ 18.800,00
- Acima de R\$ 18.800,00

## Apêndice B - Roteiro de entrevista com trabalhadores da feira

---

<b>Trajatória laboral</b>	Você teve outros tipos de trabalho antes deste? Quais? Como foi a sua entrada na feira? Como você aprendeu a ser feirante?
-------------------------------	--

---

<b>Modos de Ordenação do trabalho</b>	Quantas pessoas trabalham nesta banca? Como é o seu dia a dia de trabalho na feira? Que tarefas são realizadas do início ao fim da jornada de trabalho? Nos outros dias que não tem feira, você trabalha? Em quais atividades? Quem são as pessoas que te ajudam? É você que organiza o seu trabalho, decide o que será feito (produtos, vendas, dinheiro)? Você tem um chefe? O que você mudaria no seu trabalho se você pudesse? Você acha que o trabalho na feira é cansativo?
---	---

---

<b>Mapeamento das redes sociais</b>	Quem são as pessoas que você conhece na feira? Indique os nomes (identificar função laboral, banca, vínculo social com o ego, vínculo entre os <i>alters</i> ). Desses indicados, quem são aqueles que mais ajudam no seu trabalho na feira? Com quem você trabalha mais diretamente? De quem você mais precisa? Indicar os nomes. De que forma estas pessoas te ajudam na realização do seu trabalho? Quais são as pessoas que você mais ajuda na feira? Como? Indique as pessoas que mais contribuem para seu trabalho, fazendo um <i>ranking</i> de importância. Quantas vezes em um dia de feira você interage com os indicados - frequentemente; ocasionalmente/ de vez em quando; raramente?
---	--

---

<b>Laços, trocas e normas de convivência</b>	Dá pra fazer amizade aqui? O que é preciso? Alguém da feira te ajuda? Como? Você confia em alguém na feira? Em quem você confia? O que gera briga entre os feirantes? Tem muita concorrência? O que é preciso para ser um feirante? Se você fosse ensinar um feirante novato a ser feirante, o que você diria? Você acha que existem regras de trabalho entre os feirantes, ou cada um faz o que quer?
--	--

---

<b>Capacidade de associação</b>	Alguma vez os feirantes já se juntaram para tentar resolver algum problema da feira que atingia a todos? Você se relaciona com mais algum trabalhador da feira que você não tenha indicado? Ou trabalhador de uma outra feira?
-------------------------------------	--

---

<b>Sentidos do trabalho</b>	Quais as vantagens e desvantagens de se trabalhar na feira? Você gosta de ser feirante? Se você pudesse escolher continuaria trabalhando na feira ou teria outra profissão? O que você acha que as pessoas estão buscando quando vem trabalhar na feira? Como você imagina que será seu trabalho no futuro?
---------------------------------	---

---

**Apêndice C – Exemplo de matriz de relações para inserção no *Ucinet 6.0***

**Tabela C1**

***Matriz de Relações da Rede Egocentrada de BAT Ego1***

	<b>BAT Ego1</b>	<b>VNE Ego2</b>	<b>SDP Ego3</b>	<b>REG Ego4</b>	<b>P</b>	<b>MR</b>	<b>PA</b>	<b>MD</b>	<b>A</b>	<b>Carre gadores</b>	<b>Costu reiras</b>
BAT Ego1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VNE Ego2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SDP Ego3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REG Ego4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MR	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0
PA	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0
MD	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0
A	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0
Carregadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Costureiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**Tabela C2**

***Matriz de Relações da Rede de Trabalho de BAT Ego1***

	<b>BAT Ego1</b>	<b>VNE Ego2</b>	<b>SDP Ego3</b>	<b>REG Ego4</b>	<b>P</b>	<b>MD</b>
BAT Ego1	0	1	1	1	1	1
VNE Ego2	0	0	0	0	0	0
SDP Ego3	0	0	0	0	0	0
REG Ego4	0	0	0	0	0	0
P	0	0	0	0	0	0
MD	1	0	1	0	0	0

**Tabela C3**

***Matriz de Relações da Rede Confiança de BAT Ego1***

	<b>BAT Ego1</b>	<b>VNE Ego2</b>	<b>SDP Ego3</b>	<b>REG Ego4</b>	<b>P</b>	<b>MD</b>
BAT Ego1	0	1	1	1	1	1
VNE Ego2	0	0	0	0	0	0
SDP Ego3	0	0	0	0	0	0
REG Ego4	0	0	0	0	0	0
P	0	0	0	0	0	0
MD	1	0	1	0	0	0

## Apêndice D – Rede egocentrada de Ego 16

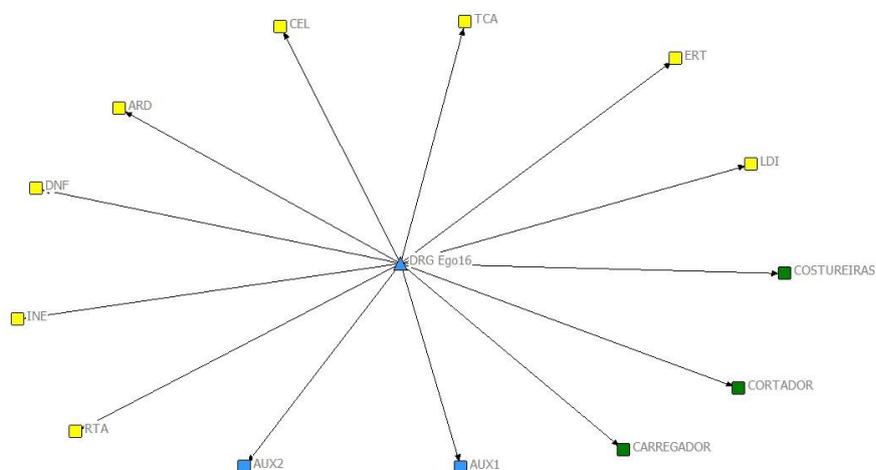


Figura D1. Diagrama da rede egocentrada Ego 16.

**Tabela D1**

### *Informações Complementares da Rede Egocentrada de Ego16*

SÍMBOLO	ATORES	FUNÇÃO NA REDE	LAÇOS
▲	DRG Ego16	Fabricante e vendedora. Dona da banca L.	Trabalho, amizade e confiança
■	AUX1	Vendedora diarista na banca L. Trabalha em períodos de maior demanda.	Trabalho
■	AUX2	Vendedora na banca L. Trabalha em períodos de maior demanda.	Trabalho
■	ARD	Feirante de outra feira. Dá apoio na venda na banca L.	Trabalho, amizade e confiança
■	Carregador	Transporte de mercadoria do carro ao galpão.	Trabalho
■	Cortador	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	Costureira	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	LDI	Feirante de outra banca.	Amizade
■	INE	Feirante de outra banca.	Amizade
■	TCA	Feirante de outra banca.	Amizade
■	RTA	Feirante de outra banca.	Amizade
■	ERT	Feirante de outra banca.	Amizade
■	CEL	Feirante de outra banca.	Amizade
■	DNF	Feirante de outra banca.	Amizade

## Apêndice E – Rede egocentrada de Ego 17

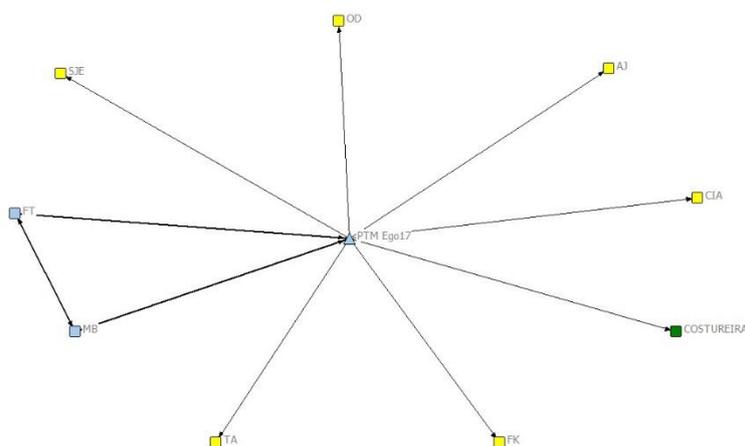


Figura E1. Diagrama da rede egocentrada Ego 17.

**Tabela E1**

### *Informações Complementares da Rede Egocentrada de Ego17*

SÍMBOLO	ATORES	FUNÇÃO NA REDE	LAÇOS
△	PTM Ego17	Fabricante e vendedora. Dona da banca M.	Trabalho, amizade e confiança
■	MB	Marido de PTM Ego17. Dá apoio na produção e no transporte de mercadoria.	Familiar, trabalho e confiança
■	FT	Irmão de PTM Ego17. Dá apoio no transporte de mercadoria.	Familiar, trabalho e confiança
■	Costureira	Processo produtivo de mercadorias.	Trabalho
■	FK	Feirante de outra banca. Apoio nas vendas.	Amizade e trabalho
■	AJ	Feirante de outra banca. Apoio nas vendas.	Amizade e trabalho
■	CIA	Feirante de outra banca. Apoio nas vendas.	Amizade e trabalho
■	TA	Feirante de outra banca. Apoio nas vendas.	Amizade e trabalho
■	OD	Feirante de outra banca. Apoio nas vendas.	Amizade e trabalho

**Apêndice F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA  
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**TÍTULO DA PESQUISA: REDES DE TRABALHO E SUBJETIVIDADE EM  
FEIRA DE ROUPAS NA CIDADE DE FORTALEZA-CE  
PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Renata Guimarães de Carvalho**

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo investigar a organização e o funcionamento de redes de trabalho no contexto de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza – CE.

Através da sua participação você irá colaborar para o entendimento dos processos de formação e organização de redes de trabalho no ambiente da feira, assim como o funcionamento das trocas objetivas e subjetivas envolvidas.

**1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA**

Ao participar desta pesquisa você será entrevistado individualmente e contará um pouco sobre as atividades realizadas no seu dia a dia, as relações que estabelece com os trabalhadores de sua banca e com outros feirantes e trabalhadores da feira. Essa entrevista será gravada e transcrita para posterior análise.

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

**2. RISCOS E DESCONFORTOS**

O risco em participar dessa pesquisa é mínimo, pois são perguntas amplas sobre o cotidiano de trabalho. Entretanto, é importante esclarecer que se em algum momento sentir desconforto psicológico e, dessa forma, não desejar responder a alguma pergunta, ou mesmo desejar encerrar a entrevista, sinta-se a vontade.

As informações coletadas na entrevista são confidenciais, de conhecimento apenas dos pesquisadores, e para uso exclusivo para o mapeamento das redes de trabalho. Se tiver alguma dúvida ou desconforto relacionado à pesquisa, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável que tomará as providências cabíveis e possíveis, amenizando qualquer dano.

**3. BENEFÍCIOS**

Os benefícios esperados por meio da pesquisa relacionam-se à possibilidade de reunir o conhecimento dos feirantes sobre o seu próprio trabalho, contribuindo para o entendimento dos processos de trabalho informal na feira e as redes de relações que são criadas. Assim,

você e os demais trabalhadores participantes, bem como a sociedade em geral, serão beneficiados, direta ou indiretamente, com esta pesquisa.

#### **4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA**

Se você precisar de alguma assistência, como orientação e/ou encaminhamento, por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, você será encaminhado pela pesquisadora para o setor responsável da instituição.

#### **5. CONFIDENCIALIDADE**

Todas as informações que você nos fornecer através da entrevista serão utilizadas somente nesta pesquisa. Suas respostas e seus dados pessoais ficarão em segredo e seu nome não aparecerá em nenhuma das gravações ou formulários nem quando os resultados forem apresentados.

#### **6. ESCLARECIMENTOS**

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

**Nome do pesquisador responsável: Renata Guimarães de Carvalho**

**Endereço: UNIFOR – Av. Washington Soares, 1321, sala N13.**

**Telefone: (85) 3477-3198**

**Horário de atendimento: Terça-feira no período da tarde ou em outro dia e horários combinados.**

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

**Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – COÉTICA - UNIFOR**

**Av. Washington Soares, 1321, Bloco da Reitoria, Sala da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1º andar. Bairro Edson Queiroz, CEP 60811-341. Telefone (85) 3477-3122, Fortaleza, CE.**

**7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:** Caso o(a) sr. (a) aceite participar desta pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

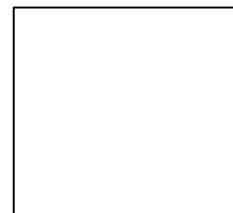
**8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:** Caso o(a) sr. (a) estiver de acordo em participar, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receber uma cópia deste Termo. Sua rubrica deve constar em cada página do referido termo junto com a deste pesquisador.

**TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade \_\_\_\_\_, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Fortaleza-CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

UNIVERSIDADE DE  
FORTALEZA (UNIFOR)  
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Redes de trabalho e subjetividade em feira de roupas na cidade de Fortaleza - CE

**Pesquisador:** Renata Guimarães de Carvalho

**Área Temática:**

**Versão:**

**CAAE:** 30948514.6.0000.5052

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 688.792

**Data da Relatoria:** 03/08/2014

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de estudo exploratório a ser realizado em galpão, que comporta aproximadamente 200 feirantes, onde ocorre uma feira de roupas que faz parte da conhecida "feira da José Avelino" no centro da cidade de Fortaleza. Optou-se pela realização da coleta de dados em um galpão devido à sua organização menos instável na estrutura de bancas e feirantes, permitindo a identificação das redes de trabalho.

A famosa "feira da madrugada" acontece nos dias de quarta e sábado, iniciando às 19h e indo até as 8h do dia seguinte. Caracteriza-se como um local de comércio popular que atrai compradores de várias cidades das regiões Norte e Nordeste e pode contar em sua totalidade com até sete mil feirantes nos períodos de alta estação. Os produtos comercializados na feira são, em sua maioria, produzidas pelos próprios feirantes em pequenas fábricas em seus domicílios e em parceria com famílias.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa serão observação direta e entrevista semiestruturada. Pela natureza dinâmica e complexa do objeto de estudo, optou-se pelo uso de métodos mistos para tratamento dos dados coletados. Serão utilizados

**Endereço:** Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria  
**Bairro:** sala da VRPPG - Edson Queiroz **CEP:** 60.811-905  
**UF:** CE **Município:** FORTALEZA  
**Telefone:** (85)3477-3122 **Fax:** (85)3477-3056 **E-mail:** coetica@unifor.br

UNIVERSIDADE DE  
FORTALEZA (UNIFOR)  
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



Continuação do Parecer 000.792

dados quantitativos, oriundos dos sistemas de mapeamento de redes UCINET 6.0 e NetDraw 2.28, e também dados qualitativos, procedentes dos discursos dos sujeitos participantes.

Os dados qualitativos das entrevistas deverão ser tratados através da análise de conteúdo para mapeamento das categorias temáticas emergentes, com o uso do software Atlas TI. Espera-se manter um diálogo constante entre as dimensões quantitativa e qualitativa no processo de análise de resultados.

Cabe destacar que todas as entrevistas realizadas nesta pesquisa serão gravadas em áudio e transcritas, sendo resguardado o sigilo e a identidade dos sujeitos participantes.

#### Objetivo da Pesquisa:

##### Objetivo Primário:

Define-se como objetivo geral desta pesquisa delinear a organização e o funcionamento de redes de trabalho no contexto de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza-CE.

##### Objetivo Secundário:

- Mapear a existência de redes articuladas ao processo de trabalho na feira;
- Definir os tipos de redes de relações existentes na feira e seus principais indicadores estruturais;
- Identificar os conteúdos objetivos e subjetivos transacionados nestas redes.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

O risco em participar dessa pesquisa é mínimo, pois são perguntas amplas sobre o cotidiano de trabalho do participante. Entretanto, é importante esclarecer que se em algum momento o participante sentir desconforto psicológico e, dessa forma, não desejar responder a alguma pergunta, ou mesmo desejar encerrar a entrevista, pode fazê-lo a qualquer momento sem nenhum prejuízo para o mesmo. As informações coletadas na

entrevista são confidenciais, de conhecimento apenas dos pesquisadores, e para uso exclusivo para o mapeamento das redes de trabalho.

##### Benefícios:

Os benefícios esperados por meio da pesquisa relacionam-se à possibilidade de reunir o conhecimento dos feirantes sobre o seu próprio trabalho, contribuindo para o entendimento dos processos de trabalho informal na feira e as redes de relações que são criadas. Assim, a difusão

Endereço: Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria  
Bairro: sala da VRPPG - Edson Queiroz CEP: 60.811-905  
UF: CE Município: FORTALEZA  
Telefone: (85)3477-3122 Fax: (85)3477-3056 E-mail: coetico@unifor.br

UNIVERSIDADE DE  
FORTALEZA (UNIFOR)  
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



Continuação do Parecer: 666.792

científica dos resultados contribuirá para o avanço das discussões sobre o trabalho informal, trazendo benefícios diretos ou indiretos para os trabalhadores participantes, bem como para a sociedade em geral.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto apresenta-se de forma coerente entre os objetivos, metodologia bem como a sua relevância para a academia e a sua contribuição social.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

\_PARECER\_RELATOR\_666077.pdf

PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_268539.pdf

Folha de Rosto A Formulário Plataforma Brasil Ranata Guimaraes de Carvalho.pdf

PROJETO DETALHADO.doc

TCLE - Termo de Consentimento pesquisa 2014.doc

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sugere-se a Aprovação do projeto de pesquisa visto atender, na íntegra, as determinações da Res.466/12 CNS/MS e diretrizes.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O colegiado acata o parecer de Aprovação do projeto e esclarece: Apresentação de relatório parcial e final; A pesquisa deve ser desenvolvida conforme delimitada no protocolo aprovado; O CEP deve ser informado dos efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal da pesquisa; Emendas ou modificações ao protocolo de pesquisa devem ser enviadas ao CEP para apreciação ética.

Endereço: Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria  
Bairro: sala da VRPPG - Edson Queiroz CEP: 60.811-905  
UF: CE Município: FORTALEZA  
Telefone: (85)3477-3122 Fax: (85)3477-3056 E-mail: coeticos@unifor.br

UNIVERSIDADE DE  
FORTALEZA (UNIFOR)  
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



Continuação do Parecer: 608.792

FORTALEZA, 16 de Junho de 2014

---

Assinado por:  
**Marilia Joffly Pereira da Costa Parahyba**  
(Coordenador)

Endereço: Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria  
Bairro: sala da VRPPQ - Edson Queiroz CEP: 60.811-905  
UF: CE Município: FORTALEZA  
Telefone: (85)3477-3122 Fax: (85)3477-3056 E-mail: coetico@unifor.br